

DIAGNÓSTICO MS 2020

RELATÓRIO TÉCNICO



DIAGNÓSTICO MS 2020

RELATÓRIO TÉCNICO

EXPEDIENTE

Coordenação, Redação e Revisão

Luciana Ferreira da Silva

Elaboração, Redação e Edição

Heloiza Cristina Holgado da Silva

Edição

Fabio dos Santos Barros

Redação

Coordenadores dos eixos estratégicos

Afrânio José Soriano Soares

Márcia Regina Martins Alvarenga

Dores Cristina Grechi

Laís Fernanda de Azevedo Silva

Rosenery Loureiro Lourenço

Robsom Marques de Amorim

Luciana Ferreira da Silva

Sandro Marcio Lima

Andréia Nunes Militão

Érika Kaneta Ferri

Walter Guedes da Silva

Wander Matos de Aguiar

Equipe

Eixo Cultura, Esporte e Lazer

Aline Saddi Chaves,

André Giulliano Mazini

João Fábio Sanches Silva

José Alexandre de Souza Franco

Liziane Flores Zarpelon de Castilho

Neurivaldo Campos Pedroso Junior

Eixo Desenvolvimento Econômico

Giovane Silveira da Silveira

Jonattan Rodriguez Castelli

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Rúbia Elza Martins de Sousa

Eixo Gestão pública

Heloiza Cristina Holgado da Silva

Valdir Antonio Balbino

Alex Sandro Ritcher Won Muhlen

Eixo Ciência, Tecnologia e Inovação

Cláudia Andréa Lima Cardoso

Gilberto José de Arruda

Luis Humberto da Cunha Andrade

Eixo Educação

Andrêssa Gomes de Rezende Alves

Bruna Caroline Camargo

Carla Regina de Souza Figueiredo

Leandro Picoli Nucci

Eixo Saúde

Medicina

André Barciela Veras

Christine Grützmänn Faustino

Mirella Ferreira da Cunha Santo

Enfermagem

Jair Rosa dos Santos

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Eduardo Espindola Fontoura Junior

Alessandra Aparecida Vieira Machado

Eixo Desenvolvimento Humano e Social

Mateus Boldrine Abrita

Fabio Martins Ayres

Rafael Oliveira Fonseca

Léia Teixeira Lacerda.

Débora Fittipaldi Gonçalves

Eixo Justiça e Segurança Pública

Rogério Turella

Eliotério Fachin Dias

Eixo Meio Ambiente

Norton Hayd Rego

Elaboração e Edição gráfica

Everson Umada - Editora UEMS

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da UEMS.

D527

Diagnóstico MS 2020 : relatório técnico. – Dourados, MS:
UEMS, 2021.

157 p.

1. Mato Grosso do Sul – Relatórios 2. Desenvolvimento
regional 3. Projeto MS-2020 I. UEMS II. Título

CDD 23. ed. - 981.71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agraer	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional de Transportes
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Escolagov	Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de MS
FCMS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Fecomércio	Federação do Comércio de MS
Fiagro	Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais
FIEMS	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de MS
FUNDTURMS	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
ILPF	Integração Lavoura, Pecuária e Floresta
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MEC	Ministério da Educação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MSGÁS	Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

OBFEF	Olímpiada Brasileira de Física das Escolas Públicas
OBMEP	Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PDCTR	Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional
PECOMA	Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais
PEEA	Política Estadual de Educação Ambiental
PERS	Planos Estaduais de Resíduos Sólidos
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
Profisco	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPPi	Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
SAD	Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização
SED	Secretaria de Estado de Educação
SEDHAST	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica
SEINFRA	Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPAF	Secretaria de Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Comparativo dos princípios da Política de Cultura, Esporte e Lazer da UEMS com o Plano Estadual de Cultura	22
Tabela 02 – Comparativo dos objetivos da Política de Cultura, Esporte e Lazer da UEMS com o Plano Estadual de Cultura	23
Tabela 03 – Indicadores e Diretrizes da Política de Cultura, Esporte e Lazer de MS	24
Tabela 04 – Valor bruto da produção agropecuária em Mato Grosso do Sul em 2020, por produtos selecionados	32
Tabela 05 – Unidades de produção de energia Térmica (Capacidade de Geração, KW)	36
Tabela 06 – Quantidade de Veículos por Tipo de Consumo no MS (2021.....	39
Tabela 07 – Volume de Vendas Faturado em m ³ da MSGÁS.....	40
Tabela 08 – Fluxo de movimento no Aeroporto Internacional de Campo Grande	42
Tabela 09 – Percentual dos trabalhadores das ACTs com nível superior ou mais, em relação ao número total de trabalhadores nas ACTs em MS.....	44
Tabela 10 – Relação entre pavimentação total de rodovias de MS até 2020 e pavimentação em trechos de rodovia em regiões turísticas prioritárias.....	45
Tabela 11 – Legenda para o detalhamento das formas de uso.....	46
Tabela 12 – Índice de Execução do Orçamento Planejado e Executado com relação às formas de uso dos recursos nos seis destinos turísticos delimitados (2003-2020).....	46
Tabela 13 – Visitantes que avaliam os serviços turísticos de MS como “ótimos”	53
Tabela 14 – Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Atrativos.....	55
Tabela 15 – Investimentos em campanhas promocionais.....	56
Tabela 16 – Desempenho de Mato Grosso do Sul no ranking de competitividade dos estados brasileiros.....	109
Tabela 17 – Evolução do número de cooperativas e cooperados em Mato Grosso do Sul.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Quantidade de pesquisadores no MS	15
Figura 02 – Produção de artigos científicos no MS	16
Figura 03 – Somatório do número de citações de artigos científicos do MS	16
Figura 04 – Número de Programas de Pós-graduação no MS	17
Figura 05 – Número de Programas de Mestrado Profissionais	18
Figura 06 – Número de titulados no MS entre os anos de 2000 e 2017	18
Figura 07 – Posição do Estado na Porcentagem do Valor Bruto da Produção Agropecuária em 2020.....	30
Figura 08 – Evolução do Valor Bruto da Produção Agropecuária de Mato Grosso do Sul no período de 2011-2020, com valores em bilhões de reais.....	31
Figura 09 – Taxa de Crescimento para Brasil e Mato Grosso do Sul referente ao Valor Bruto da Produção Agropecuária no período de 2011 até 2020 para produtos selecionados	32
Figura 10 – Total de Indústrias no MS no período de 2000-2020	33
Figura 11 – Participação percentual da indústria no PIB do MS no período de 2002-2018.....	34
Figura 12 – Valor Adicionado das Atividade Industriais de MS a preços correntes – em R\$ mil (2002-2018)	34
Figura 13 – Consumo de gás natural no MS (m ³).....	36
Figura 14 – Variação % do volume de vendas de gás natural por segmento (2016-2020).....	41
Figura 15 – Índice de responsabilidade social dos municípios de Mato Grosso do Sul.....	66
Figura 16 – Índice de desenvolvimento sustentável dos municípios de Mato Grosso do Sul.....	66
Figura 17 – Histórico de Implantação do Sistema de Plantio Direto (SPD) em MS.....	122
Figura 18 – Comparativo Plantio Direto nos estados.....	123
Figura 19 – Painel analítico com o diagnóstico do MS-2020.	142
Figura 20 – Relação entre os ODS e os eixos estratégicos propostos para o MS-2040.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Organização das dimensões e eixos estratégicos correspondentes a Análise do Diagnóstico do MS- 2020.....	13
Quadro 02 – Indicadores da dimensão social, analisados segundo as estratégias, de acordo com os subeixos e pactuação/Estado, Mato Grosso do Sul	90
Quadro 03 – Análise dos indicadores U.1 e U.2 relacionados com as estratégias.....	92
Quadro 04 – Análise do indicador U.3 relacionado com as estratégias	92
Quadro 05 – Análise do indicador U.4 relacionado com as estratégias	93
Quadro 06 – Análise do indicador U.5 relacionado com as estratégias.....	94
Quadro 07 – Análise do indicador U.6 relacionado com as estratégias	94
Quadro 08 – Análise do indicador U.7 relacionado com as estratégias	95
Quadro 09 – Análise do indicador U.8 relacionado com as estratégias	95
Quadro 10 – Análise do indicador U.9 relacionado com as estratégias.....	95
Quadro 11 – Análise do indicador U.10 relacionado com as estratégias.....	96
Quadro 12 – Análise do indicador U.11 relacionado com as estratégias	96
Quadro 13 – Análise do indicador U.12 relacionado com as estratégias.....	97
Quadro 14 – Análise do indicador U.13 relacionado com as estratégias.....	98
Quadro 15 – Análise do indicador U.14 relacionado com as estratégias.....	99
Quadro 16 – Análise do indicador U.15 relacionado com as estratégias	99
Quadro 17 – Síntese da Análise das Estratégias do Eixo Saúde.....	100

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1 MS 2020: UM PLANO ESTRATÉGICO PARA O ESTADO	11
2 CENÁRIOS PROJETADOS	12
3 DIAGNÓSTICO POR EIXOS ESTRATÉGICOS	13
4 EIXO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	14
5 EIXO DA CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	22
6 EIXO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	27
6.1 DIMENSÃO ECONÔMICA	27
6.2 DIMENSÃO TURISMO.....	43
7 EIXO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL.....	58
8 EIXO DA EDUCAÇÃO.....	69
9 EIXO DA SAÚDE.....	87
10 EIXO DA GESTÃO PÚBLICA	101
11 EIXO DO MEIO AMBIENTE	117
12 EIXO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	131
13 PAINEL DE RESULTADOS E PROPOSIÇÕES PARA O MS-2040.....	141
REFERÊNCIAS	145

APRESENTAÇÃO

Esse relatório técnico apresenta os resultados do diagnóstico do projeto MS-2020 que traçou Cenários e Estratégias para Mato Grosso do Sul, no período de 2000 a 2020. O diagnóstico foi elaborado por uma equipe da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a partir da análise de 25 macroprioridades e 126 estratégias do MS-2020 nas dimensões social, econômica, ambiental, gerencial e no domínio da informação e conhecimento.

A equipe executora da UEMS foi organizada em 10 coordenações focais, composta por suas equipes nos seguintes eixos e dimensões: 1. Meio Ambiente (Conservação; Gestão de Recursos Hídricos e Naturais); 2. Cultura, Esporte e Lazer (Ampliação do acesso; Cultura local e transformação Social); 3. Desenvolvimento Econômico (Diversificação e Intensificação da Produção; Fortalecimento da agricultura familiar; Sanidade Agropecuária; Inteligência logística, Turismo); 4. Gestão Pública (Inovação e Simplificação; Equilíbrio Fiscal; Desenvolvimento de Pessoas; Estratégia da Tecnologia; Parcerias Estratégicas); 5. Infraestrutura (Habitação popular; Mobilidade e Transporte; Capacidade Energética; Universalização do saneamento Básico) 6. Ciência, Tecnologia e Inovação (Inovação Tecnológica e científica; Empreendedorismo; Conectividade; Capital Humano), 7. Educação (Qualidade de aprendizagem para todos; Melhoria do ambiente escolar; Permanência na Escola), 8. Saúde (Regionalização e ampliação de acesso; Fortalecimento da Atenção e Vigilância em Saúde; Aprimorar a Gestão do SUS); 9. Desenvolvimento Humano e Social

(Proteção Social; Direitos Humanos; Trabalho, Emprego e Renda; Cidadania); 10. Justiça e Segurança Pública (Preservação da vida e patrimônio; Reintegração Social).

Como metodologia adotou-se a realização do diagnóstico dos resultados alcançados pelo Projeto MS-2020 mediante a análise da base de dados, dos documentos disponíveis nas secretarias do governo do Estado e dos documentos específicos das áreas relacionadas as macroprioridades, a fim de verificar o alcance das estratégias propostas e correlacioná-las aos indicadores pertinentes. Desta forma, será possível avaliar em que medida se deu a evolução histórica desses indicadores ao longo dos últimos 20 anos.

Esse diagnóstico servirá de subsídio para a elaboração do Plano de Longo Prazo MS-2040, em que estarão ancoradas as metas e objetivos para o período de 2020 a 2040, visando sustentar o desenvolvimento econômico de MS a partir do planejamento estratégico de suas ações, que irão consolidar os eixos estratégicos propostos como política de Estado.

O protagonismo da UEMS na elaboração do diagnóstico MS-2020 e na coordenação do Plano MS-2040, valida a pesquisa realizada na Instituição e a expertise dos recursos humanos a ela vinculados nas mais diversas áreas de conhecimento, para a proposição do planejamento nos eixos estratégicos definidos pelo Estado.

Dra Luciana Ferreira da Silva

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PROPPi

COORDENADORES E DIMENSÕES DO EIXO ESTRATÉGICO



1. MS-2020: UM PLANO ESTRATÉGICO PARA O ESTADO

A construção dos Cenários e Estratégias para Mato Grosso do Sul, Projeto MS-2020, foi proposto no ano 2000 como uma iniciativa para traçar as possibilidades de futuro, apontar àquelas que seriam desejáveis e que possuíam sustentação político-social, o que se configurou à época um grande desafio ao Estado.

Esse projeto foi elaborado à época em que se comemorava os vinte e um anos de implantação do Estado de Mato Grosso do Sul e num contexto em que se tornavam claras as oportunidades que haviam sido perdidas, e sobretudo, as deficiências estruturais que persistiam, além de todos os problemas semelhantes à outros Estados brasileiros. No entanto, tinha-se a convicção de que o Estado poderia construir uma nova história, vislumbrar novos horizontes para o futuro. Mobilizar a energia dos sul-mato-grossenses, articuladas e organizadas em um plano consistente, poderia levar à recuperação do tempo perdido e aos avanços desejados.

Foi nessa perspectiva que a construção do Projeto MS-2020 foi proposta e pensada para ser o primeiro grande produto de um planejamento estratégico governamental, que teve o envolvimento de importantes segmentos da sociedade. O Governo do Estado, representantes de instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais das mais variadas áreas se dedicaram a essa construção coletiva dos cenários, com o propósito de identificar, a partir do MS-2020, novas possibilidades de futuro.

Centrada nessa visão, a extinta Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia - SEPLANCT e a Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS, tornaram-se parceiras para viabilizar a realização destes estudos, na definição de diretrizes e orientações estratégicas para a construção de um plano de ação, consubstanciado em macro-prioridades e suas estratégias.

Para a organização do MS-2020 adotou-se como metodologia a proposição de cenários a partir das hipóteses de comportamento futuro e das incertezas do momento histórico quando da elaboração do projeto. Para tanto, foram propostos quatro cenários assim denominados: Vôo do Tuiuiú, Piracema, Rapto do Predador e Estouro da Boiada, que são detalhados no capítulo 2.

Esse relatório técnico, Diagnóstico MS-2020, traz a análise das estratégias alcançadas ao longo dos últimos 20 anos na perspectiva de situar as políticas do governo do Estado nos eixos avaliados e nos cenários traçados no MS-2020.

2. CENÁRIOS PROJETADOS

Os cenários ou os futuros prováveis de Mato Grosso do Sul contidos no Projeto MS-2020 foram elaborados a partir da definição das hipóteses de comportamento futuro e da combinação dos estados das incertezas, no qual foram analisados os resultados mais significativos e que se constituiu como base para o desenho de futuros consistentes e cenários alternativos.

Assim, de forma simplificada, o Projeto MS-2020 apresentou quatro ideias-força do futuro de Mato Grosso do Sul:

1. Vôo do Tuiuiú: o longo ciclo de prosperidade mundial coincide com a consolidação de um projeto social-liberal no Brasil, processos que favorecem a ampliação do MERCOSUL e se combinam com a predominância de um projeto desenvolvimentista no Estado de Mato Grosso do Sul, do qual decorre, com maior probabilidade e consistência, a ampliação dos investimentos nos eixos nacionais e nos eixos estaduais, com verticalização e diversificação produtiva do agribusiness e a expansão moderada do turismo.

2. Piracema: no contexto internacional de dinamismo excludente, forma-se no Brasil uma aliança social-reformista, voltada para a implementação de um crescimento endógeno, implicando a abertura seletiva para o exterior, processos que, combinados com a consolidação de um projeto desenvolvimentista estadual, orientado para a inclusão social, levam a uma parcial implantação dos investimentos nos eixos nacionais e estaduais, à verticalização com diver-

sificação do agribusiness e à forte expansão do turismo.

3. Rapto do Predador: o dinamismo excludente prevalece no contexto mundial, ao mesmo tempo em que o Brasil é dominado por uma proposta liberal, facilitando a manutenção do MERCOSUL apenas como instrumento de promoção do comércio dos países-membros, ao passo que no Estado de Mato Grosso do Sul se consolida um projeto de modernização conservadora, marcado pela exclusão social, levando, com maior probabilidade e consistência, a uma parcial implantação dos investimentos nos eixos nacionais e estaduais, verticalização sem diversificação do agribusiness e expansão de forte para moderada do turismo.

4. Estouro da Boiada: a crise e estagnação em nível mundial coincide com estagnação e pobreza no Brasil, levando ao fracasso do MERCOSUL, e também à descontinuidade do projeto político estadual, do que resulta, como mais consistente, limitada implantação dos investimentos nos eixos nacionais e estaduais, especialização do agribusiness e expansão limitada do turismo.

Compreender em que cenário o Estado se encontra a partir das estratégias traçadas no MS-2020 é fundamental para subsidiar o planejamento estratégico para os próximos 20 anos. Esse diagnóstico, como proposta metodológica, irá subsidiar a equipe executora da UEMS na definição das estratégias para o envolvimento dos demais *stakeholders* na proposição do Plano de Longo Prazo MS-2040.

3. DIAGNÓSTICO POR EIXOS ESTRATÉGICOS

As estratégias e macroprioridades do Projeto MS-2020 foram organizadas nas dimensões social, econômica, ambiental, gerencial e no domínio da informação e conhecimento. Adotou-se como metodologia, na elaboração do diagnóstico apresentado nesse Relatório Técnico, correlacionar as dimensões do MS-

2020 aos eixos estratégicos propostos no Planejamento Estratégico do governo do Estado nas quais a equipe da UEMS foi organizada.

Como pode ser observado no Quadro 01 cada Dimensão do MS-2020 contemplou um ou mais eixos estratégicos.

Quadro 01 ORGANIZAÇÃO DAS DIMENSÕES E EIXOS ESTRATÉGICOS CORRESPONDENTES A ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DO MS- 2020.

Dimensões MS-2020	Eixos Estratégicos
Dimensão social	Ciência, tecnologia e inovação
	Desenvolvimento humano e social
	Educação
	Saúde
	Justiça e segurança pública
Dimensão econômica	Desenvolvimento econômico: <ul style="list-style-type: none">• Dimensão econômica• Dimensão do turismo
Dimensão ambiental	Meio ambiente
Dimensão do domínio da informação e do conhecimento	Ciência, tecnologia e inovação
Dimensão gerencial	Gestão pública
	Cultura, esporte e lazer

O diagnóstico de cada eixo estratégico foi realizado a partir da consulta à base de dados, documentos disponíveis nas Secretarias do governo do Estado e documentos específicos das áreas relacionadas às macroprioridades. A partir dessa análise, foi possível avaliar os indicadores de resultados alcançados para a série histórica disponível e apresentar uma síntese. A síntese aponta se as estratégias foram plenamente alcançadas, parcialmente alcançadas ou não alcançadas,

e se essas estratégias deverão ou não ser mantidas para o escopo do Plano de Longo Prazo MS-2040.

Nos próximos capítulos são apresentadas as análises para cada Eixo Estratégico.



4. EIXO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O projeto MS-2020 apresenta na dimensão “Domínio da Informação e do Conhecimento” as macroprioridades e as estratégias iniciais que contemplam o eixo “Ciência, Tecnologia e Inovação”, atualmente proposto para o Plano de Longo Prazo MS-2040. É possível observar que na estrutura do MS-2020, o eixo apresenta cinco estratégias principais:

1. Difusão do conhecimento produzido no Estado de forma a ampliar o interesse da sociedade pela ciência e tecnologia;
2. Aproximação das instituições de pesquisa com o setor produtivo, criando programas estaduais em diferentes ramos de atividade;
3. Capacitação da força de trabalho do Estado;
4. Viabilização dos recursos para ciência e tecnologia, tanto por parte do Governo quanto por parte das parcerias privadas;
5. Identificação das potencialidades (materiais e de recursos humanos) do Estado em ciência e tecnologia e articulação com outros Estados (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, principalmente) e outros países.

Além disso, estratégias de outras dimensões formuladas no Projeto MS-2020 também foram contempladas na análise do eixo Ciência, Tecnologia e Inovação. A exemplo das estratégias da Dimensão Social: Qualificar a força de trabalho direcionada aos setores estratégicos, Ampliar as parcerias entre as escolas públicas estaduais de ensino com as empresas do sistema SENAI, SENAC, SESC, SESI, SENAR e SEBRAE e Ampliar as parcerias entre as instituições de ensino e pesquisa com o setor produtivo e as comunidades.

Considerando a realidade do Estado à época em que a proposta MS-2020 foi elaborada, todas as estratégias listadas acima para promoção da ciência no Estado são relevantes e de fundamental importância, principalmente se for considerado que o Estado não tinha à época número suficiente de potenciais geradores de conhecimento e de infraestrutura de qualidade instalada.

Ao se inspecionar os diferentes documentos disponíveis não foi possível identificar quais estratégias foram diretamente executadas, nem tão pouco se foram induzidas por agentes do Estado. Tem-se a impressão de que faltou definição do agente res-

ponsável por induzir, acompanhar e avaliar as metas. De qualquer forma, é inegável que houve no MS avanços no eixo da Ciência, Tecnologia e Inovação nos últimos 20 anos, em grande parte devido a algumas ações individualizadas, seja por pesquisadores ou por instituições no Estado.

A seguir é apresentada a percepção da equipe sobre pontos relevantes e que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no Estado, mas que provavelmente não foram induzidos apenas pelas estratégias do MS-2020.

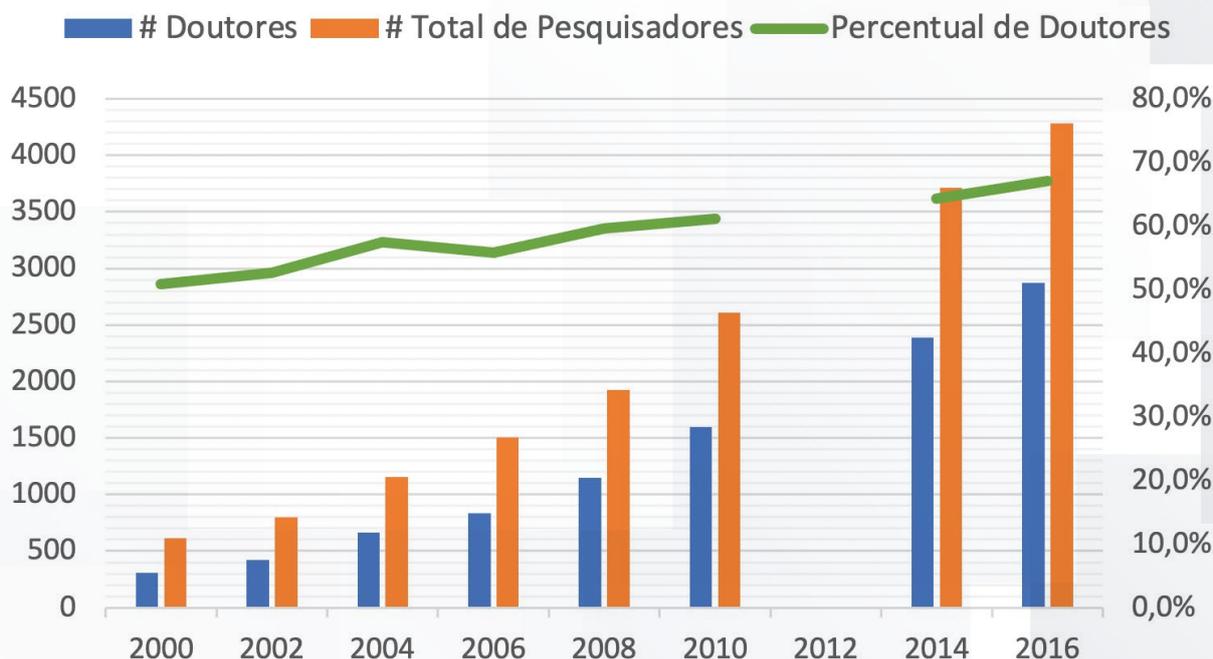
4.1 INSTITUIÇÕES COMO POTENCIAL GERADORA DE CONHECIMENTO NO MS

Indiretamente, a ciência produzida no Estado nos últimos 20 anos foi fortemente influenciada pelo crescimento estrutural e de recursos humanos das Instituições que aqui geram conhecimento. A criação e expansão da Universidade Federal da Grande

Dourados (UFGD), a expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da UEMS, ambas com ampla abrangência no Estado, além da criação dos Institutos Federais, influenciaram fortemente a capacidade de pesquisa local, com repercussão direta nos principais indicadores de produtividade científica do Estado.

Estas instituições, juntas, fizeram crescer consideravelmente o número de doutores pesquisadores no Estado (Figura 1). Houve um aumento de aproximadamente 7 vezes no número de pesquisadores no Estado entre os anos de 2000 e 2016, com base nos dados disponibilizados pelo Portal de Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta evolução histórica mostra o Estado saindo de 612 pesquisadores em 2000, dos quais 50,8% eram doutores, para 4.282 pesquisadores em 2016, sendo 67% doutores. Considerando apenas o número de doutores, o incremento foi maior do que 9 vezes, no intervalo de 16 anos.

Figura 01 QUANTIDADE DE PESQUISADORES NO MS

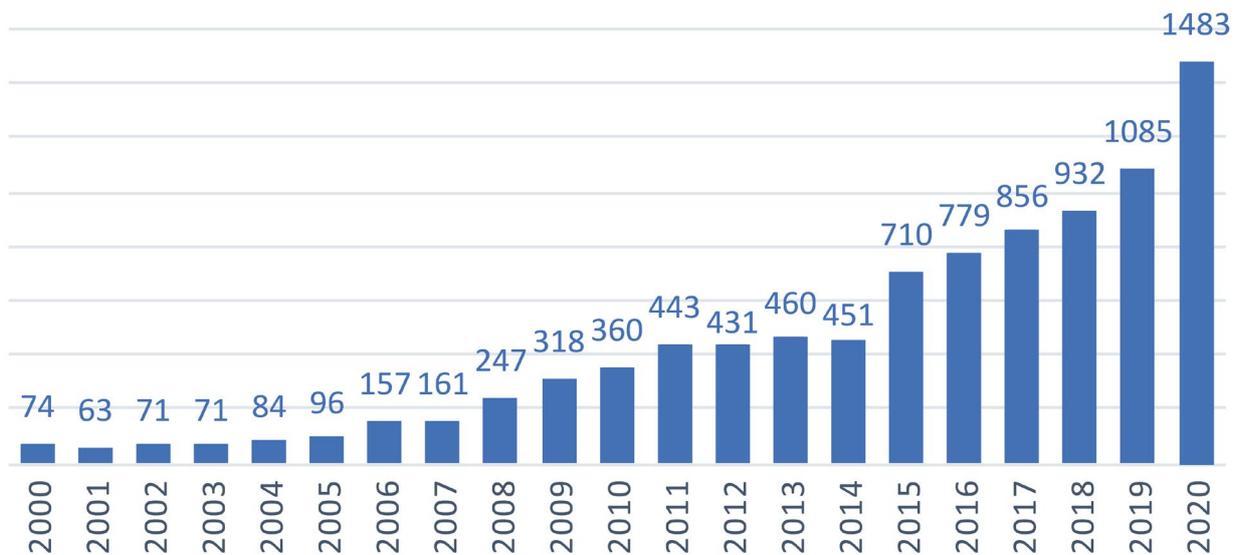


Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Levando em consideração que o principal produto científico desenvolvido no Brasil é o bibliográfico, sendo principalmente artigos e livros, buscou-se na base Web of Science a produção de pesquisadores do MS nos últimos 20 anos (Figura 2). O número de artigos científicos e livros pu-

blicados pelos pesquisadores do MS vêm crescendo nos últimos anos, sendo que 2020 representou o recorde de publicações. Este comportamento da curva corrobora com o crescimento das Instituições de Ensino Superior e da quantidade de pesquisadores doutores no Estado de MS.

Figura 02 PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS NO MS

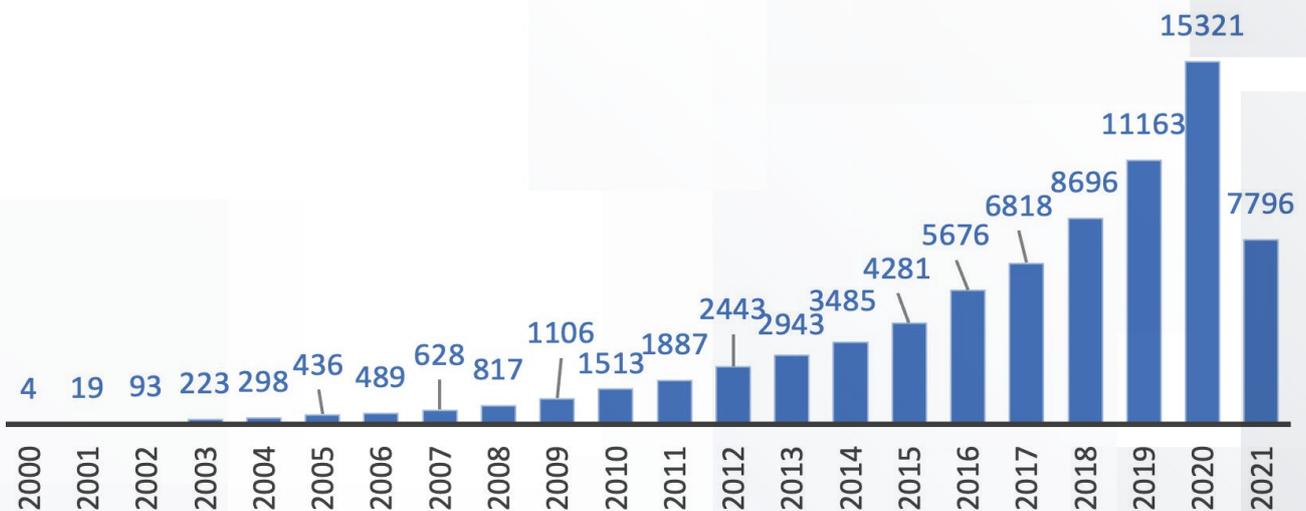


Fonte: Webofscience (Pesquisa por cidades do MS).

Importante notar que a quantidade relevante de artigos também traz

perfil de qualidade, quando se analisa o número de citações (Figura 3).

Figura 03 SOMATÓRIA DO NÚMERO DE CITAÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DO MS

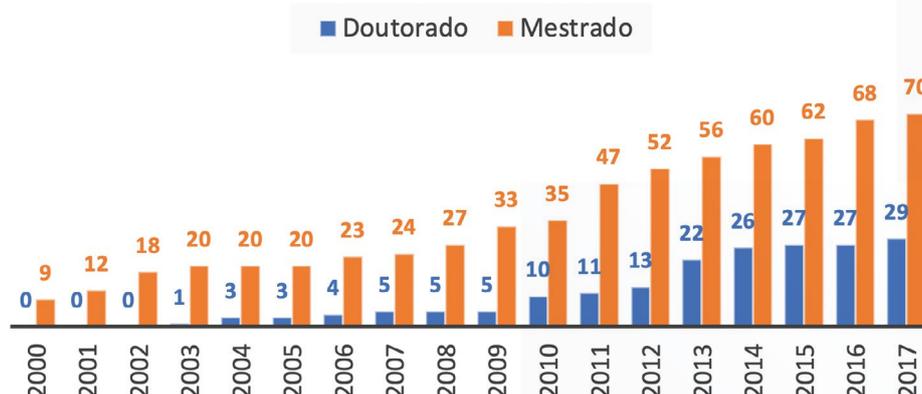


Fonte: Webofscience (Pesquisa por cidades do MS).

Na somatória de citações por ano desde 2000, de todos os artigos científicos publicados pelos pesquisadores no MS, verifica-se que o Estado obteve 77.217 citações, o que é um número muito expressivo. A impressão que se tem é que a produção de conhecimento, pela capacidade instalada no Estado, talvez tenha alcançado capacidade propícia para garantir a aproximação com o setor produtivo, o que foi estabelecido como meta no projeto MS-2020.

O enorme contingente de profissionais capacitados que se instalou no Estado contribuiu para que novos profissionais fossem aqui formados, através dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) que foram sendo implantados (Figura 4). O número de Cursos de Mestrado e Doutorado no início dos anos 2000 era muito pequeno, com destaque para a primeira oferta de doutorado, que só teve início em 2003.

Figura 04 NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO MS



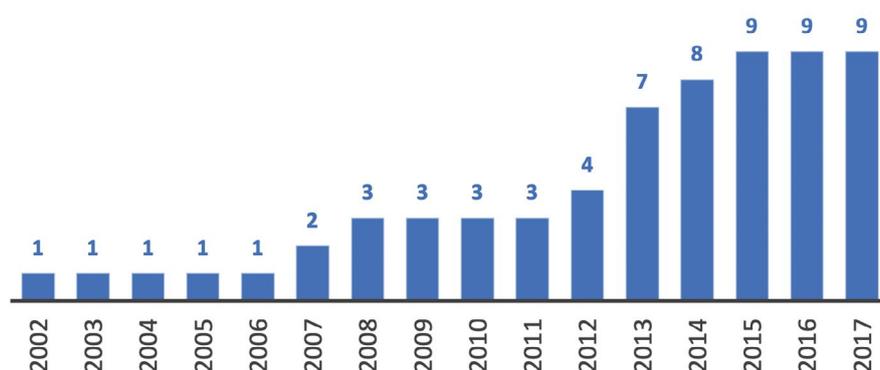
Fonte: CCGE

Em 2017, que é o último ano do levantamento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, o número de cursos de Mestrado totalizava 70 e de doutorado 29, nas diferentes áreas do conhecimento, espalhados entre as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do Estado. O número pode parecer bom, mas para maior abrangência de atuação junto ao setor produtivo, há a necessidade de se ampliar a oferta de cursos de mestrado e doutorado. A exemplo, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) oferta 93 Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, com cursos de Mestrado e/ou Doutorado, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), oferta 53 programas. Considerando-se tratar de uma Unidade Federativa, esse número deve ser

ampliado nos próximos anos.

Quando se pensa na aproximação dos Programas de Pós-graduação com o Setor produtivo, a oferta de cursos profissionais tem desempenhado um importante papel nessa missão. No Estado, a oferta desta modalidade de curso tem crescido nos últimos anos (Figura 5). Em 2002 houve a implantação do primeiro curso de mestrado profissional e em 2015 havia alcançado 9 cursos, número que se mantém até o presente momento. Os referidos Programas de Pós-Graduação oferecem o curso de Mestrado, mas nenhum oferece o Doutorado, isso indica que a modalidade precisa ser fortemente induzida para auxiliar no fortalecimento de parcerias Universidade-Sector Produtivo.

Figura 05 NÚMERO DE PROGRAMAS DE MESTRADO PROFISSIONAIS

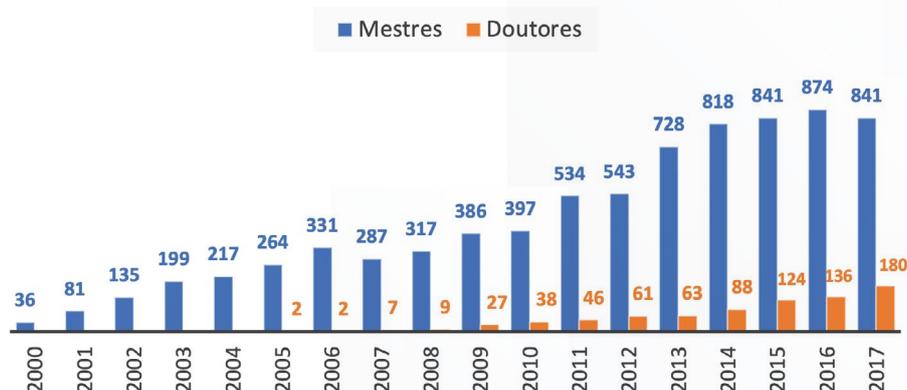


Fonte: CGEE

Todos os Programas de Pós-graduação do Estado contribuíram para uma evolução crescente no número de mestres e doutores, indicando que a força de trabalho instalada para formação de pessoal capacitado avançou nos últimos anos. O Estado de MS está titulando aproximadamente 1000

profissionais por ano, sendo 15% doutores e 85% mestres (Figura 6). Esta capacidade instalada de formação de recursos humanos qualificados deve ser mantida e ampliada, para garantir um desenvolvimento sustentável no Estado.

Figura 06 NÚMERO DE TITULADOS NO MS ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2017



Fonte: CGEE

Todo o cenário apresentado aqui não se desprende do ocorrido no Brasil, no mesmo período. Importante destacar que no país, algumas ações e políticas articuladas entre as diferentes instâncias governamentais e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) proporcionaram o aumento do número de titulações de mestrado e doutorado, sobretudo na região Cen-

tro-Oeste, o que não está relacionado diretamente ao papel do Estado como agente do comportamento aqui reportado.

4.2 AGÊNCIAS DE FOMENTO COM ATUAÇÃO NO MS

Quanto ao fomento à pesquisa, observa-se que o aporte financeiro

por empresas ainda é muito incipiente no Estado e precisa ser incentivado. É inegável a importância da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT - MS) no apoio ao desenvolvimento científico no Estado. Através de convênios da Fundação com as Agências de Fomento (CAPES e CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Ministério da Educação (MEC), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Programa CENTELHA entre outros, alguns programas importantes foram fomentados ao longo dos últimos anos, dos quais vale destacar alguns exemplos, para que seja observada a proximidade das ações da Fundação com o projeto MS-2020:

1. Apoio à realização de Eventos: promoção de feiras de Ciência e Tecnologia para criação de ambiente integrador entre as Instituições de Ensino Superior;
2. Apoio às Economias do futuro: visando a promoção de ecossistemas de inovação no Estado a fim de promover aumento da competitividade em pequena e médias empresas;
3. Apoio à Formação de Capital Humano: concessão de bolsas de estudos aos Programas de Pós-graduação no Estado, além de bolsas de fixação de doutores no Estado (Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - PDCTR);
4. Apoio à Internacionalização: financiamento de bolsas de pós-graduação no exterior, por meio de convênios com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa;
5. Apoio a Programas Especiais de Ciência, Tecnologia e Inovação:

atendimento de demandas específicas de apoio, fortalecimento e divulgação das pesquisas geradas no MS, como exemplo o projeto Mídia Ciência, que tem feito importante papel de divulgação da ciência produzida e apoiada pela Fundação.

A FUNDECT-MS teria um papel de maior destaque se fosse contemplada com o orçamento previsto na Lei 2.046 de 15 de dezembro de 1999, quando de sua criação, a qual prevê que sua receita seria de, no mínimo, 0,5% da receita tributária do Estado. Este percentual nunca foi alcançado ao longo destes 20 anos. Em 2019, por exemplo, foi repassado à FUNDECT-MS pelo governo estadual apenas 0,09% da sua receita tributária. Se fosse garantido um repasse maior, um novo planejamento com ampliação das ações seria facilitado e culminaria em acréscimo na quantidade e na qualidade da produção de conhecimento no MS, proporcionando um papel de destaque no cenário nacional e internacional. Além disso, poderiam ser apresentadas e fomentadas propostas induzidas para aproximação de Universidades com o Setor Produtivo.

É inegável que a oferta de bolsas de estudos para formação de mestres e doutores foi e será fundamental para manter o alto nível de produção no Estado. Em termos de bolsas de Pós-Graduação, fundamentais para se alavancar a pesquisa no país, deve-se reforçar o indiscutível papel da CAPES, embora a FUNDECT-MS também tenha participação. Não foi possível encontrar o montante de bolsas concedidas atualmente no Estado, mas deve acompanhar proporcionalmente o número de programas em funcionamento no Estado, o que também cresceu nos últimos anos, como demonstra as Figuras 4 e 5.

Nos últimos anos, o CNPq teve o importante papel de ser responsável pelo financiamento dos projetos de pesquisa dos docentes vinculados às Instituições de Ensino Superior no Estado, embora também tenha concedido bolsas de estudos a estudantes. A percepção de que o perfil da capacidade de pesquisa no Estado foi crescente nos últimos anos também pode ser observada pelo número de bolsistas produtividade em pesquisa do CNPq. Tais bolsas visam selecionar pesquisadores que possuam produção científica, tecnológica e de inovação de destaque em suas respectivas áreas do conhecimento. No início dos anos 2000, em todas as áreas do conhecimento, o MS totalizava menos de 10 pesquisadores contemplados com a Bolsa Produtividade, mas em 2020 a quantidade alcançou aproximadamente 100, ou seja, um aumento de 10x (CNPq, 2020).

4.3 APROXIMAÇÃO DO CONHECIMENTO COM O SETOR PRODUTIVO

O Estado possui três Unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tem desempenhado um importante papel junto ao Setor do Agronegócio, que é um dos mais representativos na economia do Estado. Por ser uma empresa, seu perfil de geração de conhecimento se distingue das Universidades, nem sempre podendo ser aferida por produção bibliográfica gerada. Outros parâmetros são mais importantes, como: registros de patentes, oferta de treinamento direto ao Setor Produtivo, boletins informativos ao homem do campo, notas técnicas, entre outros. É fundamental que indicadores que monitorem essas ações e/ou iniciativas sejam criados para de-

finir as estratégias e auxiliar na produção de conhecimento junto ao Setor Produtivo.

Outras unidades de negócio importantes para a produção de conhecimento junto às indústrias do Estado são as vinculadas à Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS). É preciso promover parcerias entre Universidades, Institutos Federais e o Setor Produtivo industrial, sem deixar de considerar a relevância do Sistema FIEMS.

A implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas Instituições de Ensino Superior também deverá desempenhar um importante papel para o fortalecimento da qualidade dos produtos e processos implementados no Estado. Além de contribuir com a redução de pontos que hoje estrangulam e não permitem a aproximação Universidade-Setor Produtivo. Estratégias de fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica deverão ser priorizadas nas metas do projeto MS- 2040.

Apenas para registro, nos últimos 20 anos o Estado de MS presenciou iniciativas para fortalecimento do Setor Produtivo, como a implantação do Centro Tecnológico do Couro na Embrapa de Campo Grande, o Centro Tecnológico de Pecuária e o Centro Tecnológico do Vestuário, entre outros.

O Estado protagonizou uma importante proposta integradora envolvendo diferentes agentes produtores de conhecimento no Estado, que resultou no Projeto BIOECONOMIA, submetido à FINEP e que foi aprovado para fomentar ações de diferentes Universidades, visando o desenvolvimento sustentável do Estado.

4.4 PROCESSO DE POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No que diz respeito ao processo de popularização do conhecimento gerado no Estado, é possível notar no Projeto MS-2020 que várias estratégias se vinculavam à divulgação do conhecimento. O objetivo era sensibilizar a sociedade da importância da ciência e principalmente apresentar o que estava sendo desenvolvido no MS. Isso é importantíssimo quando se quer promover uma sociedade, pois ela enquanto parte do todo, deve estar ciente do contexto ao qual está inserida.

Assim como em outras estratégias do Projeto MS 2020, a equipe não conseguiu vincular diretamente ações executadas pelo Estado para atingir o que está proposto no projeto. Mas, é de conhecimento que o uso de diferentes mídias (*sites, facebook, instagram, canal de TV, rádio entre outros*) pelas Instituições de Ensino Superior do Estado procuram promover a ciência do MS.

Um projeto financiado pela FUNDECT-MS desde 2014 com relevante trabalho é o Mídia-Ciência, que ainda está em desenvolvimento e passa por adequação de proposta constantemente. Esse projeto nasceu da ideia de popularizar as ações financiadas pela Fundação, e hoje já é utilizada para levar informações relevantes à sociedade, inclusive de algumas Secretarias de Governo. Talvez este seja um projeto piloto que possa ser aprimorado/adequado para fins mais específicos de atrair cada vez mais os jovens para o desenvolvimento da ciência.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO EIXO

Foi possível constatar que:

1. Houve falta de definição/atribuição de responsabilidades para que as estratégias do MS-2020 pudessem ter alcançado patamares de sucesso;
2. Muitas estratégias acabaram sendo desenvolvidas, em parte, pelas Instituições de Ensino Superior no Estado, que motivadas pela inércia nacional, promoveram a ciência no Estado, sem portando, ter partido de uma demanda local;
3. Muitas das estratégias definidas no MS-2020 deverão ser mantidas, ou adequadas ao momento, no MS-2040.

A partir destes levantamentos, a equipe do eixo Ciência, Tecnologia e Inovação sugere ser fundamental para a Proposta do MS-2040:

1. Definir no organograma do Estado os órgãos/setores da administração pública que tem potencial para serem responsáveis pela viabilidade de execução das estratégias propostas;
2. Fortalecer e garantir uma Secretaria de Ciência e Tecnologia;
3. Fortalecer o FUNDECT-MS.



Foto: Cristiane Luca

5. EIXO DA CULTURA, ESPORTE E LAZER

O projeto MS-2020 não apresentou estratégias específicas para o tema Cultura, Esporte e Lazer. No entanto, essa é uma das dimensões que se configura atualmente como Política do Estado e se apresenta como um dos eixos do planejamento estratégico. Nessa perspectiva, a equipe pautou o diagnóstico dessa dimensão, que será incorporada no Plano de Longo Prazo MS-2040, nas diretrizes estabelecidas na Lei nº 5.148 de 27 de dezembro de 2017 que instituiu o Plano Estadual de

Cultura de Mato Grosso do Sul.

Como direcionamento metodológico optou-se por realizar a comparação entre a Política de Cultura, Esporte e Lazer da UEMS (Deliberação CECAC-CEPE/UEMS nº 7 de 15 de setembro de 2016 e homologada pela Resolução CEPE/UEMS nº 1.786 de 24 de outubro de 2016) e o Plano Estadual de Cultura. Embora a Política de Cultura da UEMS tenha sido anterior a 2017, essa se baseou na PEC e apresenta princípios e objetivos comuns (Tabela 01; Tabela 02).

Tabela 01 COMPARATIVO DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DA UEMS COM O PLANO ESTADUAL DE CULTURA.

Política de cultura, esporte e lazer – UEMS	Plano estadual de cultura – MS
Princípios	
Estimular e respeitar a liberdade de expressão e de criação	Liberdade de expressão, de criação e de fruição
Promover a diversidade cultural	Diversidade cultural
Incentivar a preservação da memória e das tradições regionais	Direito à memória e às tradições
Valorizar a cultura e a arte nas mais variadas formas de expressão, para fins de desenvolvimento social, econômico e político	Responsabilidade socioambiental; Valorização da cultura como vetor da sustentabilidade; Respeito aos direitos humanos; Direito de todos às artes e à cultura;
Estimular a produção artística e cultural no âmbito interno e externo da comunidade da UEMS	Direito à informação, à comunicação e à crítica cultural
Divulgar e popularizar as atividades culturais e artísticas	Democratização das instâncias de formulação das políticas culturais
Acompanhar as diretrizes e os princípios do Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul	Responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais.

Fonte: Política de Cultura, Esporte e Lazer da UEMS e Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul

Tabela 02 COMPARATIVO DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DA UEMS COM O PLANO ESTADUAL DE CULTURA

Política de cultura, esporte e lazer – UEMS	Plano estadual de cultura – MS
Objetivos	
Valorizar e difundir a diversidade cultural, artística, étnica e regional sul-mato-grossense priorizando as vertentes indígenas, afrodescendentes e imigrantes	Valorizar e difundir a diversidade cultural, étnica e regional sul-mato-grossense, em especial as vertentes indígenas, afrodescendentes e imigrantes
Promover a memória cultural por meio de bibliotecas, museus e arquivos	Promover o direito à memória por meio de bibliotecas, museus e arquivos
Estimular o intercâmbio cultural sul-mato-grossense no âmbito nacional e internacional	Ampliar a presença, a circulação e o intercâmbio da cultura sul-mato-grossense em nível nacional e internacional;
Fomentar a cultura, o esporte e o lazer no âmbito interno e externo da comunidade acadêmica da UEMS	Planejar, criar e implementar, para os próximos dez anos, programas e ações voltados à valorização, ao fortalecimento, à promoção e ao desenvolvimento da cultura no Estado
Estimular ações culturais e artísticas por meio da criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, documentação e memória	Proteger e promover o patrimônio cultural; Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais
Promover e proteger a diversidade cultural reconhecendo os valores culturais em todos os contextos populacionais por meio de incentivo de projetos, programas e eventos voltados para os diferentes grupos étnicos, raciais e culturais	Estimular a sustentabilidade socioambiental, desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais sul-mato-grossenses
Ampliar o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer	Estimular a presença das artes e da cultura no ambiente educacional
Promover eventos e iniciativas que propaguem e cultivem a cultura brasileira e fronteiriça destacando recitais e rodas de chamamé, polca, iniciativas de literatura, artesanato e música brasileira, choro, samba, frevo, maracatu, capoeira entre outras	Estimular a participação efetiva da produção artístico-cultural local em eventos promovidos no Estado de Mato Grosso do Sul
Preservar o patrimônio material e imaterial da comunidade acadêmica da UEMS resguardando e cultivando a memória da história da UEMS e da sociedade a qual está inserida; Preservar o patrimônio material e imaterial do Espaço Guaraoby	Qualificar os ambientes e os equipamentos culturais no Estado
Mapear as potencialidades culturais, artísticas, esportivas e de lazer nas Unidades Universitárias da UEMS	Consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais; Estimular a organização de instâncias consultivas

Fonte: Política de Cultura, Esporte e Lazer da UEMS e Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul

5.1 DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES

Para apresentar os indicadores estratégicos de Cultura, Esporte e Lazer do Estado foram consultados os diários oficiais de 2019 e 2020, Diário Oficial Eletrônico nº 10.055/2019 e nº 10.355/2020, respectivamente. Tais informações fazem parte do Programa MS Cidadania que realizam ações com os objetivos de ampliar e fortalecer as políticas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais e as políticas afirmativas para o efetivo exercício da cidadania por meio da implementação de políticas e programas que visem à educação para a igualdade. Desta forma, dentro do Programa MS Cidadania encontram-se as ações voltadas para a Cultura, Esporte e Lazer.

Destaca-se o exposto no DOE nº 10.055/2019, página 35 “Pelo cuidado com sua população, o Estado de MS promove ações que fomentam a Cultura Local, organizando atividades e eventos que contribuem também para valorização e o fortalecimento da produção artística e cultural, além de estimular práticas geradoras de renda que contribuirão para Transformação Social. No que tange à Ampliação do acesso ao esporte e à cultura, o Governo trabalha na formulação e implementação de políticas de universalização das atividades esportivas e culturais, de forma a garantir que essas práticas beneficiem o maior número possível de pessoas” (Tabela 03).

O trecho destacado acima é o mesmo no DOE nº 10.355/2020, página 50.

Tabela 03 INDICADORES E DIRETRIZES DA POLÍTICA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE MS

Base de dados pesquisada	Indicador 2019	Diretriz	Última medição
DOE 10.055/2019	Público direto atendido nas atividades físicas e de esporte e lazer	Ampliação do Acesso	7890 (2018)
	Número de municípios atendidos nos eventos esportivos e de lazer	Ampliação do Acesso	55 (2018)
	Nº de pessoas beneficiadas com atividades culturais da Economia Criativa	Transformação Social	Linha de base a partir de 2019
	Público Atendido por Equipamentos e Ações Culturais no Estado	Transformação Social	498.460 (2018)
	Nº de ações de culturais voltadas ao protagonismo da cultura local	Transformação Social	Linha de base a partir de 2019
DOE 10.355/2020	Público direto atendido nas atividades físicas e de esporte e lazer	Ampliação do Acesso	7890 (2018)
	Número de municípios atendidos nos eventos esportivos e de lazer	Ampliação do Acesso	55 (2018)
	Nº de pessoas beneficiadas com atividades culturais da Economia Criativa	Transformação Social	Linha de base a partir de 2019
	Público Atendido por Equipamentos e Ações Culturais no Estado	Transformação Social	498.460 (2018)
	Nº de ações de culturais voltadas ao protagonismo da cultura local	Transformação Social	Linha de base a partir de 2019

Fonte: FUNDESPORTE, FCMS.

Ressalta-se que no DOE nº 10.055/2019, página 35, a apresentação dos programas de Cultura, Esporte e Lazer é textual e não há destaque quantitativo de ações realizadas ou metas a serem alcançadas. O mesmo texto se repete no DOE nº 10.355/2020, páginas 50 e 51.

5.2 PROGRAMA MS ESPORTE E LAZER

As ações de Esporte e Lazer, desenvolvidas pela FUNDESPORTE, incorporam as manifestações das atividades desportivas, aqui consideradas como: de rendimento, educacional, escolar e de participação (lazer), a serem alcançadas por meio de entregas nesses múltiplos campos e nas mais diversas faixas etárias, mediante ampliação e qualificação das ações. Para tal, faz-se necessária a contínua capacitação dos recursos humanos, o diagnóstico e ampliação da rede de infraestrutura do desporto, ampliação da oferta das atividades físicas, e a maior abertura de espaços para prática das mesmas pela comunidade em todos os municípios do Estado.

As políticas de Esporte e Lazer contribuem positivamente para prevenção e auxílio às questões problemáticas da saúde, promovendo melhor qualidade de vida e bem-estar auxiliando na diminuição das desigualdades e no resgate de valores e princípios, além de atuar como ferramenta de prevenção à violência, à criminalidade, às drogas, alcoolismo e à exploração sexual/prostituição.

5.3 PROGRAMA MS CULTURA

O Programa MS Cultura é desenvolvido pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e apresenta

ações alinhadas às diretrizes estratégicas de fomento à cultura local, ampliação do acesso e transformação social. Essas ações objetivam promover o desenvolvimento humano, social e econômico, institucionalizando um processo de gestão democrática e permanente entre sociedade e poder público, de forma a valorizar e praticar a cultura nas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

No que se refere ao fomento à cultura local, Mato Grosso do Sul tem sua identidade, valores e modo próprios de expressão, possuindo uma pluralidade cultural advinda da formação histórica de sua malha social que, apesar de valiosa, ainda é pouco reconhecida, valorizada, protegida e difundida.

5.4 DIAGNÓSTICO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Para Santos e Davel (2018) os equipamentos culturais são organizações com potencial de impulsionar os territórios nos quais atuam. O termo equipamento cultural aplica-se para as “edificações destinadas às práticas culturais”, tais como: teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos, galerias, centros culturais, salas de concerto, espaços polivalentes, museus, dentre outros (Coelho 2012 apud Santos e Darvel, 2018).

Algumas informações sobre equipamentos culturais foram retiradas do Perfil dos Estados e Municípios brasileiros: cultura (IBGE, 2015) e outras do site da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul incluindo o Mapa Cultural de MS.

O Estado de MS possui os seguintes equipamentos culturais: bibliotecas públicas, museus, teatros ou salas de espetáculos, centro cultural,

arquivo público (centro de documentação) e centro de artesanato.

Segundo dados do IBGE (2015), no ano de 2014 o Estado de MS ofereceu sete cursos de capacitação: a) curso de elaboração e gestão de projetos; b) curso de gestão cultural; c) curso de editais; d) curso de leis de incentivo; e) curso de capacitação de recursos; f) curso de gestão de equipamentos culturais; g) estabelecimento de parcerias com entes públicos e privados.

O Mapa Cultural de Mato Grosso do Sul é uma plataforma livre, gratuita, colaborativa e interativa de mapeamento cultural desenvolvida para ser um instrumento transparente e colaborativo de gestão pública, permitindo aos gestores, agentes culturais e a todos os cidadãos conhecer, compartilhar e participar da produção e ações que integram a política cultural do Estado. O Mapa Cultural é uma ferramenta de comunicação que busca visibilizar os eventos do calendário cultural, os projetos desenvolvidos e os espaços promovidos pelos agentes e instituições culturais de Mato Grosso do Sul e, passa a ser também, a plataforma de acesso e execução dos editais realizados pela Fundação de Cultura de MS.

O Mapa Cultural permite identificar os seguintes espaços no Estado: artes circenses; antropologia; arqueologia; arquitetura e urbanismo; arquivo; arte de rua; arte digital; artes visuais; artesanato; audiovisual; cinema; circo; comunicação; cultura cigana; cultura digital; cultura estrangeira (imigrantes); cultura indígena; cultura LGBT; cultura negra; cultura popular; dança; design; direito autoral; economia criativa; educação; filosofia; esporte; fotografia; gastronomia; gestão cultural; história; jogos eletrônicos; jornalismo; leitura; literatura; livro; meio ambiente; mídias sociais; moda;

museu; música; novas mídias; ópera; patrimônio cultural; patrimônio imaterial; patrimônio material; pesquisa; produção cultural; rádio; saúde; sociologia; teatro; televisão e turismo.

Segundo dados do Mapa Cultural, o Estado possui os seguintes equipamentos culturais: 83 bibliotecas; 08 parques; 06 museus vinculados às universidades (dois da UFGD e quatro da UFMS); 21 museus privados e 31 museus públicos (municipais e estaduais).

5.5 SÍNTESE DO EIXO

Os Indicadores apresentados se referem aos obtidos no DOE e as informações se repetem em 2019 e 2020, nas quais não há a proposição de metas.

Não foi possível avaliar os indicadores apresentados. Os documentos não apresentam objetivos e metas. E a Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura passa a ser reestruturada a partir de 30 de abril de 2021. É necessário buscar parcerias na Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura e na Fundação de Cultura para conhecer os objetivos e metas no Plano Plurianual do Estado.



6. EIXO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Eixo do Desenvolvimento Econômico apresenta a avaliação das estratégias que compõem as seis macroprioridades do Projeto MS-2020, assim listadas:

1. Transformar o Estado em referência mundial em turismo.
2. Consolidar a competitividade em agonegócios.
3. Atingir o desenvolvimento econômico baseado na sustentabilidade
4. Ampliar a participação de Mato Grosso do Sul no PIB e nas exportações do país
5. Consolidar uma matriz energética diversificada e “limpa”
6. Articular a integração do Estado aos eixos dinâmicos dos países da América Latina.

Com o objetivo de estruturar de forma mais clara a apresentação do diagnóstico desse Eixo, as macroprioridades foram agrupadas na Dimensão Econômica e na Dimensão do Turismo e tiveram suas respectivas estratégias analisadas.

6.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

6.1.1 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR A COMPETITIVIDADE EM AGRONEGÓCIOS

Estratégia 1: Fortalecer a organização entre os agentes de produção

Para essa estratégia constatou-se que o governo do Estado tem promovido debates com os setores produtivos nos quais a temática de discussão tem contemplado a cadeia de produção, como exemplo, o que foi realizado no Primeiro Encontro da Cadeia da Borracha do Estado, ocorrido em 2019.

Outro evento que mostra o fortalecimento dos agentes de produção ocorreu em 2017, quando a FAMASUL, a FIEMS, a Federação do Comércio de MS (Fecomércio) e demais entidades envolvidas no setor produtivo da carne bovina, uniram-se para reforçar a qualidade da carne devido a denúncias na Operação Carne Fraca.

Soma-se a questão da organização dos agentes de produção a atuação, além da institucional como citada acima, também a ação de empresas multinacionais, especificamente na Região da Grande Dourados por meio de empresas como a JBS e SEARA que transformam o município em polo de investimentos no setor privado da cadeia suíno-avicultura e por conseguinte na geração de 10 mil empregos para toda cadeia.

Estratégia 2: Disponibilizar tecnologias e sistemas de comercialização

Dentre as ações realizadas para atingir essa estratégia pode-se citar o projeto MS Digital, elaborado em 2020, o qual objetiva levar internet de fibra óptica para os 79 municípios de Mato Grosso do Sul, o que impacta diretamente na conectividade do agronegócio. Ainda sobre a questão da disponibilidade de tecnologia, observa-se a forte atuação da Embrapa que, na Hortitec 2016, apresentou ao público produtor cultivares híbridas ornamentais. Dentre outras tecnologias, pode-se citar os tipos de grama que são catalogadas pela Embrapa e que impactam no sabor da carne bovina, o que levou a certificação da Carne Sustentável do Pantanal e a fazenda criadora ao título de Fazenda Pantaneira Sustentável.

Quando se trata de canais de comercialização nota-se a atuação do Governo do Estado nas pequenas e médias propriedades de agricultura familiar, principalmente no que diz respeito a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para os produtores de carne, destaca-se o Pacto Sinal Verde que tem como um dos seus objetivos mapear a cadeia de produção para alavancar a comercialização.

Estratégia 3: Implantar os programas previstos no Plano de Desenvolvimento Agropecuário

Em evento promovido pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), o Secretário de Estado de Meio ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura familiar (SEMAGRO), afirmou que as atividades de agropecuária do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul são guiadas essencialmente pelo Plano de Desenvolvimento Agrícola e

o Plano de Desenvolvimento Agropecuário, MS. Ainda sobre o Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária-MS constatou-se que, o mesmo passou por modificações com o objetivo de melhorar a eficácia de sua atuação (SEMAGRO, 2020).

Estratégia 4: Buscar compatibilizar as normas de financiamento ao perfil regional da demanda

O Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais-Fiagro tem sido representativo no financiamento do agronegócio no Estado de MS. Soma-se a esse, o Plano Safra, que tem como objetivo atender a demanda por investimentos na agricultura sul-mato-grossense e os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Plano Safra atende as expectativas e anseios dos produtores de Mato Grosso do Sul sejam estes de pequena, média e grande propriedade rural, ou seja, nele “participam tanto a agricultura empresarial quanto familiar”, segundo o Secretário da SEMAGRO (SEMAGRO, 2019). Há ainda o Fundo Constitucional para Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO) Rural que em 2019, selecionou 484 propostas superando um bilhão de reais.

Outra modalidade de financiamento, que está atrelada as características do agronegócio de Mato Grosso do Sul, é o financiamento obtido por meio do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), em que Mato Grosso do Sul é o terceiro estado com maior área agrícola cultivável no país atendido por esse Programa. Tal extensão de terras atendidas e a posição do Estado no *ranking* de financiamento está atrelado as iniciativas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, na qual o Estado foi pioneiro.

Estratégia 5: Qualificar a força de trabalho do setor produtivo

Para a estratégia de qualificação da força de trabalho, o Estado promoveu o Curso Técnico em Agronegócio ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que em 2016 atuou em seis municípios: Aparecida do Taboado, Dourados, Maracaju, Campo Grande, Coxim e Inocência, Mato Grosso do Sul. Além disso, o SENAR também tem atuado de forma mais intensa, a partir de 2012, na promoção da Agricultura de Precisão com o objetivo de incrementar a competitividade do Agronegócio no Estado. Para tanto, promoveu atividades para a Qualificação de Operadores de Máquinas Agrícolas nos municípios de Maracaju, Dourados, Ponta Porã e Amambai. Essas iniciativas tem o apoio do Sistema FAMASUL, que é formado pelo SENAR, pela Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (Funar), pela Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja/MS) e pelos sindicatos rurais do Estado.

Também se constatou a realização de eventos para discutir a qualificação profissional por meio de parcerias do SENAR com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário. O IFMS também oferece cursos na área de Educação Sanitária em parceria com a IAGRO, Embrapa e FUNDECT, como por exemplo na realização do Programa de Transferência de Tecnologia e Capacitação em Pecuária de Corte (Agroescola). Ainda sobre a atuação da AGRAER com a IFMS tem-se o seguinte parecer no que diz respeito aos cursos de qualificação da força de trabalho no campo: “podem contribuir para a fixação de famílias no campo ao oferecer conhecimento

para agregar valor à produção e oportunidades de emprego e renda”, afirmou o pró-reitor de Extensão do IFMS, Moacir Augusto de Souza (IFMS, 2015).

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio de suas Secretarias de Estado, a exemplo da Secretaria de Produção e Agricultura Familiar (SEPAF), também já ofertou ciclos de capacitações para seus técnicos e para as instituições parceiras. O coordenador técnico do Programa Leite Forte afirmou que, “os técnicos percebem a importância do investimento do Governo do Estado na sua qualificação, o que os faz se sentirem valorizados e ainda mais motivados”, afirmou (SEMAGRO, 2015).

6.1.1.1 REPERCUSSÃO DAS ESTRATÉGIAS

De acordo com o exposto acima pode-se considerar que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul tem realizado ações que vão ao encontro das estratégias estabelecidas no Projeto MS-2020. O resultado inevitável de tais ações pode ser verificado na participação do Estado de Mato Grosso do Sul no Valor Bruto da Produção Agropecuária, que mostra o desempenho das lavouras e da pecuária por meio do faturamento bruto dos seus estabelecimentos, ao mensurar os preços recebidos pelos produtores. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a “estimativa do Valor Bruto da Produção é elaborada pela Coordenação-Geral de Avaliação de Políticas e Informação do Departamento de Financiamento e Informação da Secretaria de Política Agrícola”.

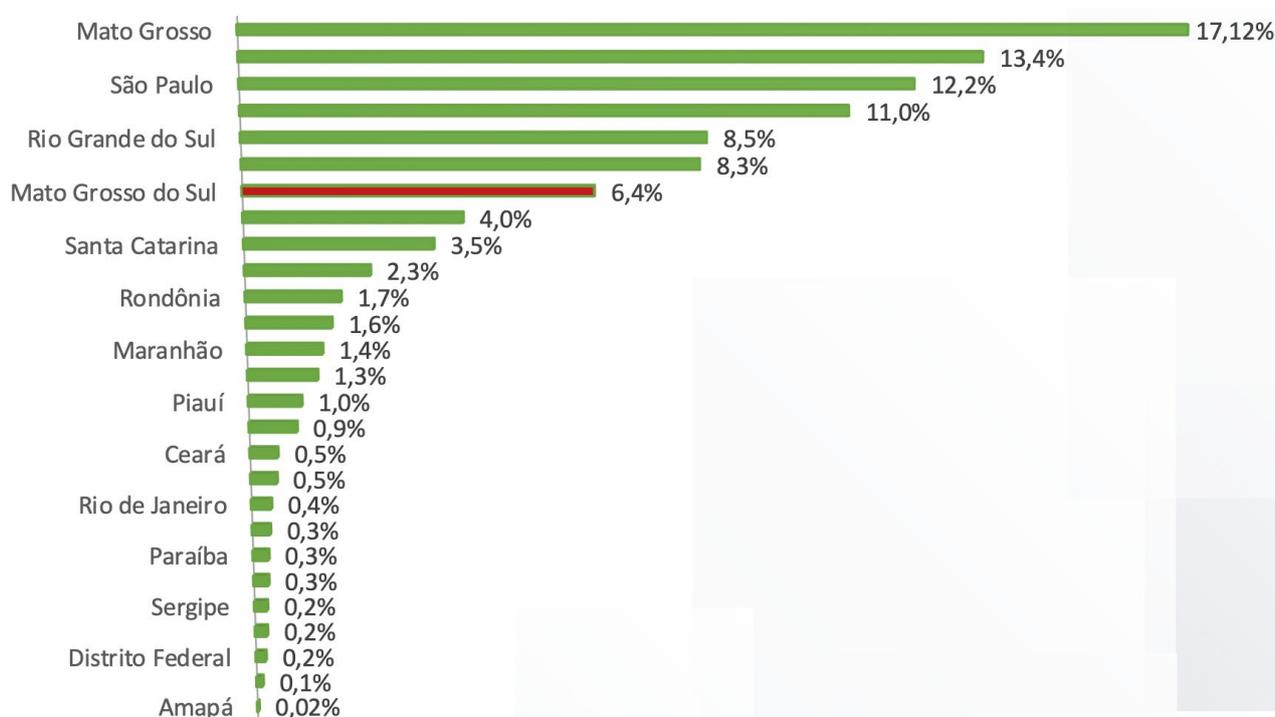
No ano de 2020 o Valor Bruto estimado para a produção agropecuária brasileira foi de 871 bilhões de reais. Das cinco regiões do país aque-

la que se destacou foi o Centro-Oeste com R\$ 279 bilhões, seguida da região Sul com R\$ 221 bilhões, Sudeste com R\$ 216 bilhões, Nordeste com R\$ 76 bilhões e Norte com R\$ 56 bilhões.

É possível visualizar o Estado de Mato Grosso do Sul na sétima posição em relação as 27 Unidades da Federação, com um Valor Bruto da Produção

Agropecuária na magnitude de R\$ 55.875.851.000 (Figura 07). Pode-se verificar o comportamento espacial de Mato Grosso do Sul em relação aos demais Estados da Federação, o que mostra por meio de sua participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária um alto nível de competitividade.

Figura 07 POSIÇÃO DO ESTADO NA PORCENTAGEM DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2020

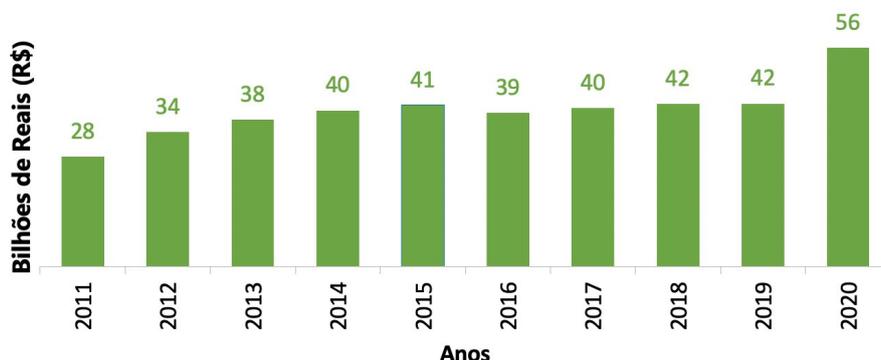


Fonte: BRASIL. MAPA. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP):** veja a evolução do desempenho das lavouras e o faturamento bruto dentro do estabelecimento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 27 maio 2021.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária dobrou em um período de dez anos (Figura 08), comportamento semelhante a outras sete Unidades da Federação, nas quais somente duas apresentaram valor bruto de produção acima daquela de Mato Grosso do Sul (55 bilhões), a saber: Mato Grosso (R\$ 149 bilhões) e Goiás (R\$ 72 bilhões). O que confirma Mato Grosso do Sul como um

dos estados com altíssima competitividade no Agronegócio.

Figura 08 EVOLUÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MS NO PERÍODO DE 2011-2020, COM VALORES EM BILHÕES DE REAIS (R\$)



Fonte: BRASIL. MAPA. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP):** veja a evolução do desempenho das lavouras e o faturamento bruto dentro do estabelecimento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 27 maio 2021.

Destaca-se o Valor Bruto da Produção Agropecuária em Mato Grosso do Sul para o ano de 2020 por especificação de produtos selecionados (Tabela 04). No que se refere aos produtos de lavoura, soja, milho e cana de açúcar, esses representam 96% do total e alcançaram valores acima de 1 bilhão

de reais. Já para os produtos de pecuária, os que estão acima de um bilhão de reais são: bovinos, frango e suínos, que representam 97% do total de produtos da pecuária. Juntos, estes seis produtos representam 97% do Valor Bruto da Produção Agropecuária em Mato Grosso do Sul no ano de 2020.

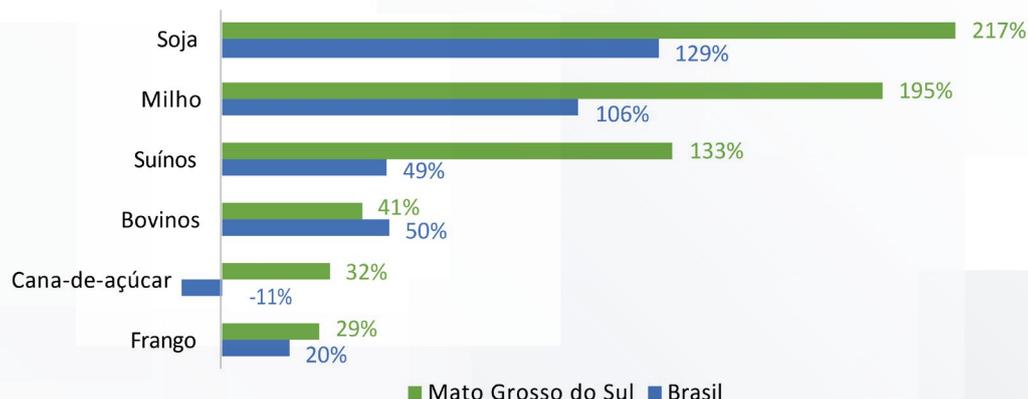
Tabela 04 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL EM 2020, POR PRODUTOS SELECIONADOS

Produto	Valores em R\$
Soja	22.605.260.326
Milho	9.302.455.903
Cana-de-açúcar	4.994.011.074
Algodão herbáceo	429.643.434
Mandioca	372.867.998
Feijão	162.904.833
Trigo	94.361.538
Arroz	81.453.511
Laranja	27.762.593
Banana	22.096.658
Amendoim	22.080.081
Tomate	6.218.613
Café Total	1.849.380
Café Arábica	1.849.380
Uva	245.290
Total Lavouras	38.123.211.232
Bovinos	13.642.247.848
Frango	2.545.362.810
Suíños	1.193.645.573
Leite	192.992.584
Ovos	178.390.951
Total Pecuária	17.752.639.768
Total Lav.+ Pec.	55.875.851.000

Fonte: BRASIL. MAPA. **Valor Bruto da Produção Agropecuária:** veja a evolução do desempenho das lavouras e o faturamento bruto dentro do estabelecimento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 27 maio 2021.

Pode-se observar na Figura 09 um comparativo entre a Taxa de Crescimento dos produtos primários que

compõem 97% do Valor Bruto da Produção Agropecuária de Mato Grosso do Sul aos mesmos produtos para o Brasil.

Figura 09 TAXA DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO PERÍODO DE 2011 ATÉ 2020 PARA PRODUTOS SELECIONADOS

Fonte: BRASIL. MAPA. **Valor Bruto da Produção Agropecuária:** veja a evolução do desempenho das lavouras e o faturamento bruto dentro do estabelecimento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 27 maio 2021.

Observa-se que a diferença entre as taxas de crescimento para os produtos Soja, Milho e Suínos é acima de 80% para Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil. Já a diferença entre a taxa de crescimento da cana-de-açúcar é de 43% para Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil. Neste caso, enquanto o Brasil apresentou um decréscimo de 11%, Mato Grosso do Sul mostrou um crescimento de 32% para o mesmo período.

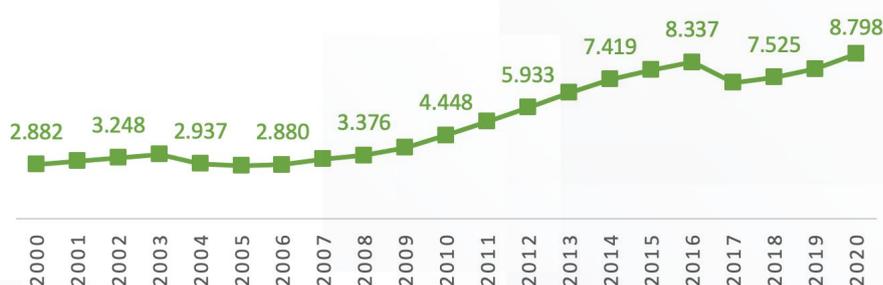
Todavia, Mato Grosso do Sul não apresentou o mesmo desempenho de diferença positiva para o produto Bovinos que cresceu 8% a menos que o restante do país, um valor aproximado em relação a diferença positiva que apresentou na taxa de crescimento do valor da produção para o produto Frangos em relação ao restante do país.

6.1.2 MACROPRIORIDADE: ATINGIR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BASEADO NA SUSTENTABILIDADE

As estratégias apresentadas nessa macroprioridade dizem respeito ao desenvolvimento econômico baseado na sustentabilidade. No MS-2020 foram definidas estratégias relacionadas às mudanças na estrutura produtiva do estado, particularmente, no setor industrial. Dessa forma, a análise realizada para esta avaliação se baseou na coleta de dados quantitativos e qualitativos referentes à indústria sul-mato-grossense.

O primeiro aspecto a ser assinalado é de que entre 2000 e 2020 o estado de Mato Grosso do Sul experimentou um processo de ampliação da sua base produtiva e de sua indústria de transformação. A partir do total de indústrias (estabelecimentos industriais) localizadas no MS, nota-se um crescimento no período de 2.882 indústrias em 2000 para 8.798 em 2020, o que representou três vezes o número inicial (Figura 10).

Figura 10 TOTAL DE INDÚSTRIAS NO MS NO PERÍODO DE 2000-2020



Fonte: SEMADE.

Destaca-se também que, mesmo em um estado cuja economia é caracterizada pelas atividades agropecuárias, especialmente a produção de *commodities* agrícolas, a participação percentual da indústria no PIB estadual cresceu de 16,52 em 2002 para 22,26 em 2018 (Figura 11). Esse aspecto é relevante pois indica que o su-

praticado crescimento do número de indústrias não é um mero reflexo do crescimento econômico, no qual todos setores se expandiram, mas sim uma elevação da importância da indústria para a dinâmica econômica estadual, indo na contramão do vivenciado pelo Brasil, que experimenta um forte processo de desindustrialização.

Figura 11 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA INDÚSTRIA NO PIB DO MS NO PERÍODO DE 2002-2018



Fonte: SIDRA/IBGE

A respeito da elevação percentual da indústria no PIB estadual, destaca-se um aumento da participação da indústria de transformação no Valor Adicionado total da indústria sul-mato-grossense, subindo de 33% em 2002 para 57% em 2018. Cabe frisar que essa alteração de composição do Valor Adicionado denota um possível processo de desenvolvimento da base produtiva local, concentrando-se em atividades mais complexas e que têm potencial de gerar mais emprego. Ainda nesse período houve uma redução da participação dos Serviços da Indústria de Utilidade Pública¹ e da

Construção Civil, o primeiro se reduzindo de 34 para 23% e o segundo de 31 para 19%. Já o setor da indústria extrativa mineral permaneceu no mesmo patamar de 2002, em torno de 2% do Valor Adicionado Industrial.

É possível observar a evolução das atividades industriais agregadas do estado em nível de Valor Adicionado a preços correntes (Figura 12). Verifica-se que as indústrias de transformação e de serviços da indústria de utilidade pública¹ foram as que mais cresceram no período analisado, principalmente a partir de 2010.

Figura 12 VALOR ADICIONADO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE MS A PREÇOS CORRENTES – EM R\$ MIL (2002-2018)



Fonte: SEMAGRO.

¹ Os serviços da indústria de utilidade pública são conceituados como serviços industriais de uso comum, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), como por exemplo: subsetores de limpeza urbana e esgoto, bem como eletricidade e água.

No entanto, nesta avaliação preliminar, não foi possível verificar em detalhes as atividades que mais avançaram, devido às bases de dados encontradas (SIDRA, BDEWEB – SEMADE, Séries Históricas da SEMAGRO) não apresentarem informações para todas as atividades. Há descontinuidade de parte considerável delas, assim como ausência de dados para outras tantas. Desse modo, não foi possível avaliar as estratégias “Implantando Plano de Desenvolvimento Industrial fundamentado no princípio de integração, modernização e diversificação da base produtiva” e “Definindo programas setoriais de apoio ao desenvolvimento e de diversificação da base produtiva”. Sugere-se assim que, se estabeleça uma base de dados para a indústria estadual em nível menos desagregado. Apesar disso, pode-se assinalar que, em razão do avanço dos dados agregados, há indício de que a estratégia “Atendendo os elos das cadeias produtivas tradicionais” foi cumprida.

No tocante as estratégias “Criando polos industriais verticalizados” e “Atraindo investimentos públicos e privados”, pode-se afirmar que ambas foram contempladas e apresentaram resultados positivos. Sobre a implantação de parques industriais verticalizados, as notícias trazidas pelo site da SEMAGRO trazem à tona tanto a criação de novos parques industriais quanto investimento para a melhoria dos já existentes, utilizando-se de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e de Equilíbrio Fiscal do Estado. Dentre os quais destacam-se: Polo Indubrasil e Polo Industrial Miguel Leteriello (ambos em Campo Grande), além dos polos de Três Lagoas, Dourados, Fátima do Sul, Maracaju, Miranda, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia. Dessa forma,

percebe-se que o objetivo dessa estratégia vem sendo bem-sucedido e, em razão da sua relevância para a transformação e integração da base produtiva, sugere-se a sua manutenção.

A estratégia de atração de investimentos públicos e privados foi uma das mais bem realizadas no período, a ponto de entre 2015 e 2019 o estado de MS ter sido a terceira Unidade Federativa que mais captou investimentos no Brasil, com um crescimento de 28,3%. Além disso, entre 2015 e 2017, Mato Grosso do Sul foi o estado que mais firmou convênios de projetos com a União, um total de 249 projetos assinados, representando a entrada de R\$ 293,7 milhões em recursos federais. Destarte, em razão da importância estratégica que a captação de recursos exerce para a implementação de políticas públicas e devido ao governo estadual ter sido bem-sucedido nessa estratégia, indica-se a manutenção dela.

6.1.3 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR UMA MATRIZ ENERGÉTICA DIVERSIFICADA E “LIMPA”

Desde os anos 2000 o estado de MS vem incorporando sua capacidade de geração de energia elétrica e diversificando sua matriz, rumo à produção de energia de biomassa. Em 2015 a produção de bioenergia avançou 58% e o estado alcançou a segunda posição no *ranking* nacional entre os maiores geradores de bioenergia, com 1.873,369 MW, ficando atrás apenas de Rondônia (CCEE, 2020).

Ao que tange a utilização de gás natural, a MSGÁS, empresa estatal responsável pela distribuição de gás natural no estado, vem ampliando sua rede de fornecimento. No MS o

eixo do Gasoduto passa pelos municípios de Corumbá, Miranda, Anastácio, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. No entanto, o uso de gás natural como fonte de energia ainda se restringe a três municípios: Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas.

O consumo de gás natural ampliou-se, ainda que não tenha apresentado um crescimento constante. De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), o consumo entre 2004 e 2015 cresceu 58% (Figura 13).

Figura 13 CONSUMO DE GÁS NATURAL NO MS (M³)



Fonte: SEMADE.

A macroprioridade, “Consolidar uma matriz energética diversificada e “limpa””, contempla algumas estratégias que foram analisadas e são descritas a seguir. Tais estratégias estão agrupadas em dois blocos, o referente às estratégias de Viabilização da utilização de gás natural e o referente a Eliminação dos estrangulamentos do transporte modal.

1 - VIABILIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE GÁS NATURAL

Estratégia 1: Implementar Unidades de produção de energia térmica

Mato Grosso do Sul ampliou de forma considerável o número de unidades de produção de energia térmica, são pelo menos 80 unidades implementadas desde os anos 2000 (Tabela 05) (ANEEL, 2021).

Tabela 05 UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA (CAPACIDADE DE GERAÇÃO, KW)

Nome	Município	Início de Operação	Potência (KW)
Energética Santa Helena	Nova Andradina	Biomassa	3.200
Sonora	Sonora	Biomassa	35.000
DOSCS	Dourados	Fóssil	44
Aeroporto Internacional de Corumbá	Corumbá	Fóssil	312
Aeroporto Internacional de Campo Grande	Campo Grande	Fóssil	678
CPECM	Campo Grande	Fóssil	480
Modular de Campo Grande (Willian Arjona)	Campo Grande	Fóssil	190.000
Unidade de Navegação Aérea (UNA) de Coxim	Coxim	Fóssil	22
Passa Tempo	Rio Brilhante	Biomassa	73.800
Alcoolvale	Aparecida do Taboado	Biomassa	4.200

(continuação)

Nome	Município	Início de Operação	Potência (KW)
Vetorial	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	6.940
Aeroporto Internacional de Ponta Porã	Ponta Porã	Fóssil	130
Luiz Carlos Prestes (Antiga Três Lagoas)	Três Lagoas	Fóssil	385.819
Microturgn	Campo Grande	Fóssil	100
Safi	Nova Alvorada do Sul	Biomassa	4.640
Shopping Campo Grande	Campo Grande	Fóssil	4.655
Fibria MS (Antiga VCP MS)	Três Lagoas	Biomassa	175.100
Angélica	Angélica	Biomassa	105.000
São Fernando Açúcar e Álcool	Dourados	Biomassa	50.016
Vista Alegre I (Antiga Energética Vista Alegre)	Maracaju	Biomassa	60.000
Vetorial Corumbá	Corumbá	Biomassa	10.000
LDC Bioenergia Rio Brilhante (Antiga Louis Dreyfus Rio Brilhante)	Rio Brilhante	Biomassa	90.000
Santa Luzia I	Nova Alvorada do Sul	Biomassa	130.000
Monteverde	Ponta Porã	Biomassa	20.000
Caarapó	Caarapó	Biomassa	114.000
Maracajú	Maracaju	Biomassa	12.400
Santa Helena	Nova Andradina	Biomassa	10.000
Eldorado	Rio Brilhante	Biomassa	140.000
Unidade de Bioenergia Costa Rica	Costa Rica	Biomassa	79.828
São Fernando Energia I	Dourados	Biomassa	50.000
Fátima do Sul Agro-energética Álcool E. Açúcar	Fátima do Sul	Biomassa	4.200
Sistema backup de geração da Estação de Compressão de Campo Grande/MS	Campo Grande	Fóssil	1.200
Hora Comercial	Dourados	Fóssil	52
Supermercado São Francisco	Paranaíba	Fóssil	144
Ananguera Educacional - Fernando Correa	Campo Grande	Fóssil	720
Eldorado Brasil	Três Lagoas	Biomassa	214.103
Ananguera Educacional SA - Campo Grande	Campo Grande	Fóssil	2.160
Cargil Três Lagoas	Três Lagoas	Biomassa	6.000
Iaco Agrícola	Paraíso das Águas	Biomassa	71.500
Amandina	Ivinhema	Biomassa	80.000
Campo Grande – 1	Campo Grande	Fóssil	576
Delta Combustíveis	Rio Brilhante	Fóssil	800
Vista Alegre II	Maracaju	Biomassa	30.000
Fibria MSII	Três Lagoas	Fóssil	269.580
Exceler Plaza Hotel	Campo Grande	Fóssil	208
Coopernavi	Naviraí	Biomassa	12.000
Eldorado Unidade Nova Andradina	Nova Andradina	Biomassa	22.000
Marfrig Paranaíba	Paranaíba	Fóssil	1.600
Laguna	Batayporã	Biomassa	21.200
Centro Oeste Iguatemi	Iguatemi	Biomassa	4.000
UFN III	Três Lagoas	Fóssil	42.000
Vicentina	Vicentina	Biomassa	2.000

(continuação)

Nome	Município	Início de Operação	Potência (KW)
Cerona	Nova Andradina	Biomassa	150.000
Costa Rica I	Costa Rica	Biomassa	163.999
Água Bonita I	Sonora	Biomassa	10.000
Água Bonita II	Sonora	Biomassa	10.000
Água Bonita III	Sonora	Biomassa	10.000
VPB I – Bataguazu	Bataguassu	Biomassa	50.000
Onça Pintada	Selvíria	Biomassa	50.000
Sucuri	Aparecida do Taboado	Biomassa	50.000
Tuiuiú	Aparecida do Taboado	Biomassa	50.000
Fronteira	Ladário	Fóssil	266.462
Guaicurus I	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	55.000
Guaicurus II	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	55.000
Guaicurus III	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	55.000
Guarany I	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	55.000
Guarany III	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	55.000
Nova da Mata I	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	50.000
Tamanduá	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	156.000
Anhanduí	Campo Grande	Biomassa	156.000
EDLUX	Jaraguari	Biomassa	10.000
Guaicurus	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	165.000
Maracaju I	Maracaju	Biomassa	80.000
Brasilândia	Brasilândia	Biomassa	18.000
Campo Grande	Campo Grande	Fóssil	237.150
Corumbá	Corumbá	Fóssil	108.000
Coxim	Coxim	Fóssil	3.060
Água Clara	Água Clara	Biomassa	12.330
Porto Murtinho	Porto Murtinho	Fóssil	4.500
Mato Grosso do Sul Power (Fases I e II)	Campo Grande	Fóssil	288.150
Klotz Corumbá	Corumbá	Fóssil	176.000
Klotz Campo Grande II	Campo Grande	Fóssil	242.590
Sidrolândia (Antiga Santa Olinda)	Sidrolândia	Biomassa	25.000
Termopantanal (Antiga MPX Termo)	Corumbá	Fóssil	241.250
Usina Laguna	Batayporã		15.000
Laguna	Batayporã	Biomassa	15.000
Guarany II	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	55.000
Inpasa Dourados	Dourados	Biomassa	26.000
Central Geradora Suzano RRP1	Ribas do Rio Pardo	Biomassa	507.220
LAR Cooperativa Agroindustrial	Caarapó	Biomassa	21.600
Terra Verde I	Nova Andradina	Biomassa	140.000
Total			6.380.718

Fonte: Aneel (2021). Valores atualizados até 2021.

Estratégia 2: Implantar a rede e os ramais de distribuição

A rede de distribuição de gás natural é feita pela MSGÁS e iniciou a distribuição do combustível em 2001 em Campo Grande com o fornecimento comercial da Companhia com a entrega de 780 mil m³/dia à Usina Termoeletrica Willian Arjona – Tractebel Energia AS. Em 2006, concluiu-se as obras de expansão do ramal de distribuição de Campo Grande, aproximadamente 4,1 km na área central e Indubrasil. A malha municipal passou a ter 77 Km de extensão. A expansão possibilitou o início do fornecimento ao segmento industrial em Campo Grande.

Em 2007 a MSGÁS expandiu a rede de distribuição em Três Lagoas para o atendimento da planta de Celulose e Papel Fríblia, com 7,2 km de rede da Unidade de Odorização até a fábrica. Já em Corumbá, avançou o projeto do ramal da MMX Mineração e Matálicos S.A., e dá continuidade no projeto do ramal de distribuição da empresa Rio Tino.

De acordo com o histórico da MSGÁS, a empresa continuou investindo na expansão da distribuição do gás natural nos três municípios conforme os mapas abaixo. No entanto, não há informações sistematizadas sobre a expansão da rede distribuição numa série histórica. Desse modo, é difícil avaliar o cumprimento da meta. O que se pode perceber é que houve expansão do consumo de gás natural no MS, sendo a indústria o principal setor consumidor.

Estratégia 3: Estimular a utilização do gás natural no transporte de massa

O gás natural como combustível veicular não apresentou expressividade dentro do consumo de combustíveis energéticos no MS. Os veículos que utilizam gás natural no estado representam 0,39% do total da frota, sendo que em 2004, eram 2.226 veículos e em 2021, 4.955 (Tabela 06) (DENATRAN-MS, 2021).

Tabela 06 QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR TIPO DE CONSUMO NO MS (2021)

Espécie Veículo	Frota total de veículos no MS	Gasolina/GNV	Gasolina/ÁlcoolGNV	Álcool/GNV
Passageiro	1.284.492	1.955	766	141
Carga	225.511	1.042	60	50
Especial	95.234	322	44	6
Misto	56.525	540	25	4
Total geral	1.661.762	3.859	895	201

Fonte: DENATRAN-MS.

O volume de vendas de gás natural veicular manteve-se declinante nos últimos 5 anos. Em 2015 o volume de vendas foi de aproximadamente 4,7 milhões de m³ e em 2019 foi de 3,4 milhões de m³ (MSGÁS, 2021).

Estratégias 4 e 5: Estimular a utiliza-

ção do gás natural no processo industrial e Criar polos industriais no eixo de influência do Gasoduto

O município de maior atividade econômica industrial de MS é o de Três Lagoas, o único considerado como um polo nacional de desenvolvimento e industrialização. Sozinho,

o município foi responsável por 40,1% das exportações totais do estado em 2020. Empresas de grande porte como a Suzano, a Eldorado e a ADM são as principais consumidoras de gás-natural.

No entanto, houve uma chamada pública em 2019 da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), cujo principal beneficiado será o MS. O edital de abertura do mercado, pressupõe um incremento de 2.330% na saída de gás natural no Estado a partir de 2022. O volume vai saltar dos 95 mil metros cúbicos/dia para 2,2 milhões de metros cúbicos/dia, o que incorrerá num ganho expressivo de receitas para Estado.

Além disso, há a aprovação da expansão dos ramais de distribuição do gás natural em Sidrolândia e Ribas do Rio Pardo e por diversas vezes o governo do MS fechou acordos comerciais com a Bolívia na produção e distribuição do gás natural.

A MSGÁS tem uma forte política de expansão do consumo do gás natural no processo industrial (Tabela 07). Atualmente, o estado conta com o gás natural para o seu desenvolvimento, que hoje atende mais de 460 empresas, dentre elas, hospitais, shoppings, lojas e, ainda, 9970 unidades residenciais e 23 indústrias, concentradas no município de Três Lagoas, Campo Grande e Corumbá.

Tabela 07 VOLUME DE VENDAS FATURADO EM M³ DA MSGÁS

Segmento	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	452.086	611.212	716.624	984.425	1.233.806	1.246.170
Comercial	1.202.185	1.433.652	1.771.119	2.216.908	2.839.731	2.456.521
Industrial	68.540.374	99.744.864	160.864.947	206.244.600	209.732.092	194.239.911
Cogeração	877.422	831.877	817.997	779.961	792.803	594.085
GNV	4.710.754	4.170.632	3.784.738	4.036.492	4.101.831	3.420.999
Térmico Vendas -	389.223.683	50.829.455	2.387.144			
Térmico Serviços	566.466.534	266.423.552	337.325.797	248.512.327	275.712.290	211.714.571
Total	1.031.473.037	424.045.244	507.668.366	462.774.713	494.412.553	413.672.257

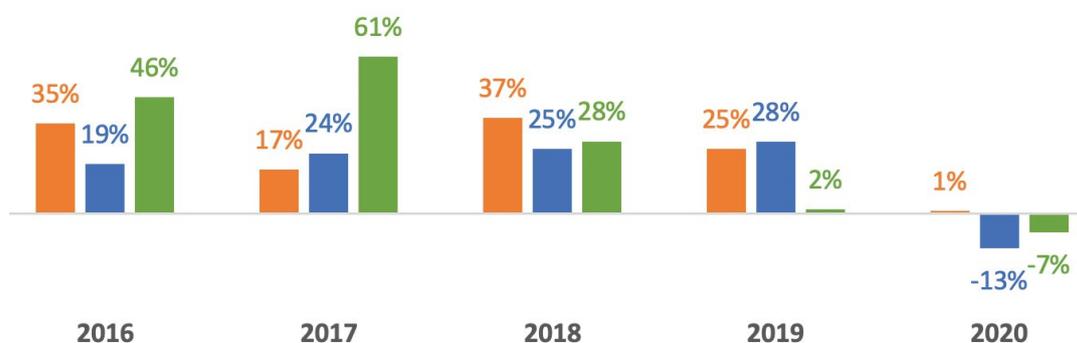
Fonte: MSGÁS (2021).

O volume de vendas de gás natural para o setor industrial vem crescendo ano a ano, com exceção do ano de 2020, que apresentou uma redução de 7% com relação à 2019, devido à crise econômica impulsionada pela pandemia da COVID-19.

Os segmentos residencial, comercial e industrial são dinâmicos nas vendas de gás natural, principalmente o industrial, o que leva a concretizar a estratégia estabelecida no plano de desenvolvimento do MS2020. Mesmo com essa redução em 2020, no acu-

mulado da série o setor industrial aumentou a compra de gás natural em 185% (Figura 14).

Figura 14 VARIACÃO % DO VOLUME DE VENDAS DE GÁS NATURAL POR SEGMENTO (2016-2020)



Fonte. MSGÁS (2021).

2 - ELIMINAÇÃO DOS ESTRANGULAMENTOS DO TRANSPORTE MULTIMODAL

De maneira geral, o governo de MS vem apresentando diversos projetos de integração logística nacional e internacional. Os principais projetos dos últimos anos são: o projeto da Ferrovia Transamericana, o projeto da Ferroeste e o projeto da RILA ou “Corredor Biocênico”. Dentre os principais objetivos, está em tornar o MS o principal ponto de escoamento de exportação para a América Latina, consolidando um sistema multimodal de transportes, interligando os meios de transporte rodoviário, hidroviário, aéreo e ferroviário, de modo a integrar os centros de produção aos grandes mercados consumidores.

O Governo do Estado está substituindo pontes de madeira por pontes de concreto armado e hoje 97% dos municípios estão interligados por asfalto. O Estado possui quatro aeroportos internacionais em funcionamento nas cidades de Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã e Bonito e mais 149 aeródromos reconhecidos, sendo 128 privados, 17 públicos e quatro militares em áreas de segurança nacional (GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 2018).

Estratégias 1 e 2: Complementar a infra-estrutura da malha rodoviária, ferroviária, hidroviária e aeroaviária e Recuperar a malha rodoviária, aeroaviária e ferroviária do Estado

A rede ferroviária do Estado é composta de 1.618 km de extensão, sendo 1.208 km da Novoeste e 410 km da Ferronorte. O trecho da Novoeste vai de Três Lagoas à Corumbá, passando por Campo Grande e através do ramal de Indubrasil segue para Ponta Porã, com 304 km de extensão. A Ferronorte conta com 410 km de linhas entre Aparecida de Taboado (divisa com SP) a Alto Taquari (divisa com MT) e não apresentou complementos no período.

Com 3.442 km de extensão, a hidrovia Paraguai-Paraná é uma das mais importantes dos corredores continentais de integração da América Latina. De Cáceres (MT) a Nueva Palmira (Uruguai), corta o território brasileiro em 890 km. A via interliga-se com a hidrovia Tietê-Paraná, que tem 2.400 km de extensão, dos quais 600 km em Mato Grosso do Sul. Os dois eixos de navegação receberam investimentos públicos e privados para potencializar a logística de transportes.

Dentro da modalidade rodoviária, a malha rodoviária estadual possui 12.653 km de extensão, sendo 4.410

km pavimentadas e 7.389 km não pavimentadas (GOVERNO DO ESTADO DO MS, 2021). De acordo com os dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em 2010 o MS possuía 3.750km de rodovias asfaltadas e apenas 32% delas era considerada “ótima” ou “boa” em termos de manutenção (CNT, 2018). Em 2018, 4.410 km estavam pavimentados, 3.817km de rodovias federais e 593km de rodovias estaduais, desse total 854 km sob concessão privada.

Os resultados da pesquisa realizada em 2018 pela CNT demonstraram que o índice de satisfação dos usuários das rodovias aumentou em 50,4% comparativamente aos anos anteriores, o que indica uma melho-

ra na conservação e manutenção das vias. Apesar disso, até 2018 não havia projetos para duplicação de rodovias no estado, com 98% de suas pistas simples, um agravante para um estado que possui grande fluxo de veículos de carga (CNT, 2018).

Já no que diz respeito ao transporte aeroviário, o MS possui um grande desafio, tendo em vista que há apenas 3 aeroportos internacionais: Campo Grande, Corumbá, Dourados e Ponta Porã, sendo que estes dois últimos já não têm realizado voos comerciais. Os dados disponíveis, de acordo com a INFRAERO, mostram que o fluxo de movimento aeroviário no estado vem numa tendência decrescente (Tabela 08).

Tabela 08 FLUXO DE MOVIMENTO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPO GRANDE

Ano	Voos (pouso+decolagem)	Passageiros (pouso + decolagem)	Carga (t) Privado + Correios
2012	30.250	1.655.073	5.075
2013	25.539	1.592.471	4.517
2014	24.843	1.638.513	4.464
2015	22.825	1.555.602	4.611
2016	19.466	1.459.007	4.490
2017	18.792	1.536.838	3.494
2018	19.357	1.578.585	4.841
2019	18.027	1.541.990	5.523
2020	10.224	710.195	2.824

Fonte: INFRAERO.

Estratégia 3: Criar mecanismos de controle das concessões públicas

Em 2018 o estado de MS possuía cerca de 854km de rodovias em concessão à CCR-MSvias (CNT). A rota ferroviária é toda concedida à América Latina Logística (ALL) (Ministério dos Transportes). As concessões rodoviárias são reguladas pela lei nº 13.673/18.

Estratégia 4: Promover a integração das diversas modalidades de transporte

A partir do trabalho estratégico do Estado com outros cinco estados e dois países, o objetivo principal do Governo é viabilizar a rota bioceânica, a partir de Corumbá e Porto Murtinho

em Mato Grosso do Sul até os portos de Iquique, Antofagasta, Mejillones e Arica no Chile, e Ilo, no Peru, para, através do Oceano Pacífico, reduzir custos de frete na exportação de produtos brasileiros para a Ásia e Europa. Esse projeto conta com o apoio do Governo Federal, que já liberou US\$ 350 milhões para sua implantação. O governo paraguaio também já sinalizou com investimentos para a rota rodoviária, que prevê a construção de uma ponte sobre o rio Paraguai em Porto Murtinho.

A Rota Bioceânica: A Rota de Integração Latino Americana (RILA), ou Rota Bioceânica, é um corredor rodoviário com extensão de 2.396 quilômetros, que pretende ligar o Oceano Atlântico aos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, passando por Paraguai e Argentina. Essa seria uma alternativa ao Porto de Santos (SP), encurtando distância e tempo para as exportações e importações brasileiras entre mercados potenciais na Ásia, Oceania e Costa Oeste dos Estados Unidos. No estado de Mato Grosso do Sul, a rodovia atravessa a parte sul do Pantanal.

O município de Porto Murtinho (MS) está situado na parte sul do Pantanal, às margens do rio Paraguai, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Com pouco mais de 15 mil habitantes, 80% da população do município vive, essencialmente, do turismo de pesca. No local, será construída uma ponte rodoviária que ligará o Brasil à cidade Carmelo Peralta, no Paraguai. A obra, orçada em 75 milhões de dólares, tem o aporte para a construção da Itaipu Binacional, com previsão de término para 2023 (ECOIA, 2020)

A Nova Ferroeste: o Corredor Oeste de Exportação ou a Nova Ferroeste tem como premissa ligar o Porto de Paranaguá até Maracaju no

Mato Grosso do Sul, com o objetivo de oferecer um modal adequado e eficiente para o escoamento de produtos e mercadorias provenientes do Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai. A inclusão do empreendimento na carteira de investimentos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal possibilita torná-lo atrativo para a iniciativa privada e, dessa forma, ser leiloado na Bolsa de Valores (B3) em 2022.

A nova Ferroeste tem potencial para ser o segundo maior corredor de exportação de grãos do Brasil e impactar cerca de 9 milhões de brasileiros, além disso, os municípios afetados pela ferroeste correspondem por 3% do PIB brasileiro e deverá atender a uma demanda de transporte de 26 milhões de toneladas de carga (FERROESTE, 2020).

Ferrovia Transamericana: Governo do Estado busca viabilizar a revitalização da Malha Oeste, cujo trecho de Três Lagoas a Corumbá está sucateado e com baixo nível de produção, e articula, com o apoio de São Paulo e a bancada federal, incluir a ferrovia no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Governo Federal, e estender a atual concessão, que finda em sete anos, para mais 30 anos.

6.2. DIMENSÃO TURISMO

As macroprioridades apresentadas nessa dimensão são originárias das Dimensões Econômica e Ambiental, que integram o Projeto MS-2020.

Para a análise dessas macroprioridades foram selecionadas 4 regiões prioritárias de trabalho da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (Bonito-Serra da Bodoquena, Caminho dos Ipês, Cerrado-Pantanal e Pantanal), e ainda, incluídos os muni-

cípios de Dourados e Três Lagoas.

6.2.1 MACROPRIORIDADE: TRANSFORMAR O ESTADO EM REFERÊNCIA MUNDIAL EM TURISMO

A Macroprioridade, “Transformar o estado em referência mundial em turismo”, contempla algumas estratégias que foram analisadas e são descritas a seguir.

Estratégia 1: Qualificação da força de trabalho

Essa estratégia diz respeito à formação educacional de um indivíduo, que o habilita para exercer uma determinada profissão. Esses são em geral cursos de graduação, tecnologia, ou cursos técnicos. O indicador obtido refere-se ao total de trabalhadores das atividades características do turismo (ACT) *versus* o total de trabalhadores das ACTs com ensino superior ou mais (Tabela 09). Isso porque

se considerou que os trabalhadores que possuem no mínimo curso superior estão qualificados para exercer uma determinada atividade. Entretanto, ele possui a fragilidade de não permitir retirar desse universo, o total de trabalhadores com cursos técnicos, uma vez que a base de dados consultada (RAIS) fornece apenas o grau de escolaridade dos trabalhadores, o que não permitiria separar, entre os trabalhadores que possuem ensino médio completo, aqueles que tem curso técnico ou ensino médio regular.

Entende-se que as estratégias voltadas para o turismo devem prever também a capacitação profissional, de modo a incluir a evolução da força de trabalho que atua nas funções operacionais das atividades características do turismo. Nesse sentido, a estratégia deve ser mantida, uma vez que o turismo é atividade de uso intensivo de recursos humanos qualificados, e é estratégico para qualquer segmento de atuação.

Tabela 09 PERCENTUAL DOS TRABALHADORES DAS ACTS COM NÍVEL SUPERIOR OU MAIS, EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES NAS ACTS EM MS

Ano	Total Trabalhadores nas ACTs em MS	Total Trabalhadores das ACTs com nível superior ou mais em MS	% dos trabalhadores das ACTs com nível superior ou mais, em relação ao número total de trabalhadores nas ACTs em MS
2019	27.666	1.195	4,3%
2018	27.419	1.177	4,3%
2017	27.783	1.157	4,2%
2016	27.982	1.113	4%
2006	16.666	446	2,7%

Fonte: RAIS (2021).

Estratégia 2: Recuperar e ampliar as vias de acesso aos centros turísticos

Essa estratégia deve ser mantida, uma vez que o turismo é atividade de uso intensivo de infraestrutura de acesso, contudo deve ser organizada de outra

forma, pois há estratégias que devem ser fundidas ou renomeadas. Esta estratégia poderia ser adequada para Ampliar investimentos em Infraestrutura básica em regiões prioritárias para o turismo no estado.

Tabela 10 RELAÇÃO ENTRE PAVIMENTAÇÃO TOTAL DE RODOVIAS DE MS ATÉ 2020 E PAVIMENTAÇÃO EM TRECHOS DE RODOVIA EM REGIÕES TURÍSTICAS PRIORITÁRIAS.

Período	Extensão total da rede rodoviária estadual de MS com pavimentação	Rede rodoviária estadual de MS com pavimentação nas regiões turísticas selecionadas	Percentual de quilometragem pavimentada em trechos de rodovias de regiões turísticas prioritárias em relação ao total de rodovias pavimentadas
De 2008 a 2014	4325,60 km – 3467,80 km = 857,80 km	290,205 km	33,83%
De 2015 a 2020	4.695,6 km – 4503,70 km = 191,9 km	165,673 km	86,33%

Fonte: Adaptados de Balancetes anuais de prestação de contas Fundersul e sistema E-Kronos da Seinfra/Agessul (Agessul – Eng. Gisela Luzia Fernandes em 20/05/2021).

Observa-se na Tabela 10 que houve um incremento considerável nos últimos 5 anos na percentagem de quilometragem pavimentada em trechos de rodovias de regiões turísticas prioritárias em relação ao total de rodovias pavimentadas, o que representa um esforço no alcance da estratégia analisada.

Estratégia 3: Adequar a infraestrutura local nos pontos turísticos

Os dados a seguir mostram os investimentos públicos do Ministério do Turismo nas cidades centrais das regiões turísticas prioritárias de Mato Grosso do Sul, incluídas as cidades de Três Lagoas e Dourados. Os dados foram extraídos da plataforma Portal da Transparência, em março de 2021².

Para tanto, foi elaborado o Índice de Execução (I.E.) o qual resultou da relação entre o orçamento executado pelo planejado. O cálculo do I.E. foi realizado a partir do trabalho de Silva, Fonseca e Borges (2021) e consiste na seguinte fórmula: Orçamento Executado (O)/Orçamento Planejado

x 100 = I.E. Os dados foram filtrados por formas de uso, as quais são detalhadas em nove modalidades (Tabela 11). Para este indicador utilizaram-se as informações referentes às formas de uso 1, 6, 7 e 8.

² Lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Disponível em: <http://portal.datatransparencia.gov.br/convenios/consulta?ordenarPor=orgao&direcao=desc>.

Tabela 11 LEGENDA PARA O DETALHAMENTO DAS FORMAS DE USO³

1- Sinalização turística	Sinalização de lugares ou espaços turísticos nos municípios. Sistema de sinalização ou revitalização de placas, infraestrutura de sinalização das entradas e saídas das zonas urbanas, reforma ou revitalização de pórticos.
2 – Capacitação	Cursos e qualificações de recursos humanos.
3 – Eventos	Festas, festivais e atividades do gênero.
4 – MKT e Promoção	Material de divulgação, participação em feiras, marketing digital.
5 – Planejamento	Planos, programas e projetos cuja finalidade seja o planejamento para atividades turísticas nos municípios.
6 - Infraestrutura turística	Praças de eventos, parques de exposição, centro de convenções e estruturas físicas semelhantes que têm o objetivo de promover os eventos, centros de artesanatos, ginásios esportivos, terminais turísticos e rodoviários, quiosques, reforma ou revitalização de prédios, implantação de infraestrutura, marinas, aquisição de equipamentos, apoio a atrativos turísticos, reforma, requalificação de orlas, trilhas, mirantes e parques, implantação de complexo turístico e cultural. Obras com a finalidade de proporcionar melhoria de praias e balneários.
7 - Infraestrutura básica	Pavimentação, asfaltamento de vias, melhoramento de acessos, obras de drenagem e implantação de pontes para melhorar o acesso.
8 - Infraestrutura urbana	Implantação, reforma, revitalização de praças públicas e outras intervenções em praças, revitalização de espaços públicos.
9 – Fortalecimento Institucional	Investimento em instâncias de governança.

Fonte: Silva, Fonseca e Borges (2021).

Além disso, os instrumentos analisados foram: contrato de repasse; convênio e termo de compromisso. Mais duas nomenclaturas foram incluídas em função de terem orçamento executado vinculadas a elas, as quais são: não se aplica e sem informação. Destes instrumentos, foram fil-

trados os que estavam com as seguintes situações: concluído, prestação de contas aprovada, prestação de contas aprovada com ressalvas, prestação de contas em análise, adimplente, aguardando prestação de contas, em execução, normal (Tabela 12).

Tabela 12 ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PLANEJADO E EXECUTADO COM RELAÇÃO ÀS FORMAS DE USO DOS RECURSOS NOS SEIS DESTINOS TURÍSTICOS DELIMITADOS (2003-2020)

Formas de Uso/Município	Dourados		
	Orçamento Planejado	Orçamento Executado	I.E.
Sinalização Turística	R\$ 911.877,39	R\$ 45.593,87	5%
Infraestrutura Turística	R\$ 4.978.400,00	R\$ 4.978.400,00	100%
Infraestrutura Básica	R\$ 390.000,00	R\$ 390.000,00	100%
Infraestrutura Urbana	R\$ 2.186.250,00	R\$ 1.698.750,00	78%
Sub total	R\$ 8.466.527,39	R\$ 7.112.743,87	84%

³ Quadro elaborado a partir de: Beni (2001), Ignarra (2003) e Silva *et al* (2021).

(continuação)

Formas de Uso/Município	Corumbá		
	Orçamento Planejado	Orçamento Executado	I.E.
Sinalização Turística	R\$ 1.426.250,00	R\$ 1.424.410,00	100%
Infraestrutura Turística	R\$ 14.254.114,47	R\$ 10.091.065,98	71%
Infraestrutura Básica	R\$ -	R\$ -	0%
Infraestrutura Urbana	R\$ 4.140.000,00	R\$ 4.062.039,94	98%
Sub total	R\$ 19.820.364,47	R\$ 15.577.515,92	79%
Formas de Uso/Município	Campo Grande		
	Orçamento Planejado	Orçamento Executado	I.E.
Sinalização Turística	R\$1.729.180,00	R\$ 1.121.517,53	65%
Infraestrutura Turística	R\$34.313.895,90	R\$ 21.523.817,94	63%
Infraestrutura Básica	R\$ 142.975.100,80	R\$ 100.293.549,90	70%
Infraestrutura Urbana	R\$ 6.359.979,00	R\$ 2.437.500,00	38%
Sub total	R\$ 185.378.155,70	R\$ 125.376.385,37	68%
Formas de Uso/Município	Bonito		
	Orçamento Planejado	Orçamento Executado	I.E.
Sinalização Turística	R\$ 195.000,00	R\$ -	0%
Infraestrutura Turística	R\$ 3.347.287,08	R\$ 2.859.867,50	85%
Infraestrutura Básica	R\$ 4.367.905,05	R\$ 2.129.655,05	72%
Infraestrutura Urbana	R\$ 633.750,00	R\$ 633.750,00	100%
Sub total	R\$ 8.543.942,13	R\$ 6.623.272,55	78%
Formas de Uso/Município	Costa Rica		
	Orçamento Planejado	Orçamento Executado	I.E.
Sinalização Turística	R\$ 760.450,00	R\$ 760.450,00	100%
Planejamento Turístico	R\$ -	R\$ -	0%
Infraestrutura Turística	R\$ 4.943.250,00	R\$ 3.968.250,00	80%
Infraestrutura Básica	R\$ -	R\$ -	0%
Infraestrutura Urbana	R\$ 243.750,00	R\$ 243.750,00	100%
Sub total	R\$ 5.947.450,00	R\$ 4.972.450,00	84%
Formas de Uso/Município	Três Lagoas		
	Orçamento Planejado	Orçamento Executado	I.E.
Sinalização Turística	R\$ -	R\$ -	0%
Infraestrutura Turística	R\$ 1.875.000,00	R\$ 1.237.810,00	66%
Infraestrutura Básica	R\$ -	R\$ -	0%
Infraestrutura Urbana	R\$ -	R\$ -	0%
Sub total	R\$ 1.875.000,00	R\$ 1.237.810,00	66%

Fonte: dados elaborados a partir do Portal da Transparência/Controladoria Geral da União/Detalhamento Convênio e Outros acordos.

Site: <http://portaldatransparencia.gov.br/convenios/consulta?ordenarPor=orgao&direcao=desc>.
Período de captura dos dados: março de 2021. Bolsista PIBIC - Valdirene Vilhalva Amaral. Projeto: Políticas Públicas e Gestão do Turismo: Análises dos repasses de recursos para os municípios do programa de regionalização do Turismo em Mato Grosso do Sul.

Essa estratégia deve ser mantida, uma vez que o turismo é uma atividade de uso intensivo de infraestrutura, contudo deve ser organizada de outra forma, pois há estratégias que devem ser fundidas ou renomeadas. Ex.: Ampliar e melhorar Equipamentos e serviços de apoio ao turismo.

Estratégia 4: Viabilizar recursos para programas de turismo no Estado

Os recursos destinados anualmente para atender as demandas através de chamamento público são baseados no planejamento estratégico da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTURMS), de modo que de um ano para o outro em razão de necessidade de realocação de recursos em outras ações pode ocorrer uma redução ou aumento de valor disponibilizado.

Exemplo disso é que no ano de 2018 em relação ao ano anterior houve uma diferença de R\$895.000,00 (-58% na variação percentual). Entretanto, de 2018 a 2020 houve um crescimento no recurso disponibilizado, de 109% quando comparado 2018 em relação a 2020. Ressalta-se que em 2020, em razão da pandemia, com a suspensão de eventos presenciais os recursos destinados à participação em feiras e eventos foram destinados a outras ações, entre elas os editais de chamamento com vistas ao suporte na retomada do setor. A seguir são apresentados alguns programas e ações:

- **PRODETUR 2011-2014**
Plano de MKT Bonito – Serra da Bodoquena.
Recurso: R\$ 146.000,00
Disponível em: D.O. 8034 de 19/09/2011, página 22. Processo número 21/400055/2011.
Nota Dotação: 339035. Nota de Empenho 227.
- **PRODETUR 2017 - 2018**
Plano de MKT Campo Grande e Região Caminho dos Ipês.
Recurso: R\$ 375.000,00
Disponível em: D.O. 9294 de 28/11/2016, página 18. Extrato do Contrato, número 0015/2016 FUNDTUR.
- **Programa de Regionalização do Turismo (Mapa do Turismo Brasileiro)**
Implantado em 2004 por meio da Política Nacional de Turismo (estabelecida pela Lei 11.771/2008), com a função de trabalhar a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo com estados, regiões e municípios brasileiros, e tem como objetivo principal “apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e promoção do turismo no país”. O Programa de Regionalização do Turismo trabalha sob a perspectiva de que mesmo que um município que não possua uma clara vocação para o turismo pode dele se beneficiar, permitindo ganhos para o município e região.
O Programa não conta com recurso específico destinado a execução do mesmo, cada Estado tem autonomia para a realização do processo, obedecendo os seguintes critérios obrigatórios: a) o município deve ter um órgão de turismo em atividade, b) conselho municipal de turismo funcionando, c) orçamento próprio destinado ao turismo local, d) além de prestadores de serviços turísticos de cadastro obrigatório registrados no Cadastur.
No entanto, destacamos que apesar de não haver recurso disponibilizado diretamente nesse programa, salienta-se que os editais de chamamento público destinados a ações de promoção, divulgação e apoio à co-

mercionalização dos destinos e produtos turísticos são balizados no Mapa do Turismo Brasileiro de modo a apoiar municípios e regiões prioritárias.

Os recursos e esforços no que tange aos apoios às instâncias de governança seguem a mesma linha estratégica na seleção a partir do mapa do Turismo de MS.

- **Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional - Decola MS**

Objetivo: redução da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o querosene com o intuito de atrair mais voos para o Estado – não foi levantado o percentual de arrecadação que deixou de acontecer em função da redução da alíquota.

Período: janeiro de 2019 a julho de 2021.

Recurso: R\$ 936.250,00 (Este recurso faz parte do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 29.313/2019 - PROCESSO Nº 71.920.046/2019, referente ao apoio a ações de Fomento e Promoção do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, o qual tinha entre suas metas o planejamento de captação de voos e o desenvolvimento de ações de promoção turística. Inicialmente denominado MS Investe Turismo em que estava inserido o Programa Fortalece Turismo).

Fonte da informação: FUNDATURMS

A Meta 1 (Planejamento de Captação de Voos) do Convênio nº 29313/2019, processo nº 71.920.046/2019 tinha como ação a contratação de Consultoria especializada para planejamento e interlocução junto a companhias aéreas bem como para relacionamento institucional com trade e fortalecimento do destino em mercados internacionais potenciais emissores.

A captação de voos é ação essencial para o aumento do fluxo turístico para o estado uma vez que a melhoria de acesso permite que mais turistas tenham facilidade de chegar ao destino, tornando-o mais competitivo no mercado. A ação conta com o suporte do Decreto de nº 15.246 de 18 de junho de 2019 reduzindo o ICMS do querosene, de forma que as empresas aéreas aumentem os voos turísticos em Mato Grosso do Sul. A empresa contratada apresenta relatórios de atividades periódicos para acompanhamento da evolução do trabalho. O serviço foi iniciado com uma análise de potencialidade do MS contendo informações sobre análise de fluxo dos aeroportos de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Bonito no período de out/2018 a set/2019; *share* de voos das principais companhias aéreas para o estado neste período; estudo de maiores emissores nacionais e internacionais para o estado e estudo de rotas com potencialidades para melhorar a conexão do MS buscando estabelecer voos regulares com importantes polos emissores brasileiros. A empresa também analisou o Programa Decola MS acima mencionado e deu início a conversações sobre pendências de operação de voos da cia Gol no aeroporto de Bonito e Dourados, além de busca de aumento de malha com a Cia Azul.

- **Programa de Classificação Turística dos Municípios**

O Programa tem previsto em portaria específica (PORTARIA FUNDATUR n.2, de 16 de outubro de 2019) como benefícios para as categorias COLHER e FRUTIFICAR a possibilidade de “ Investimento de recursos financeiros visando apoiar o município em ações com a finalidade de divulgar e promover o município”, no entanto, não houve nenhuma solicitação por

parte dos municípios nesse sentido, apenas pedidos de apoio técnico da FUNDTURMS.

- **Programa do Turismo e a Proteção à Infância e juventude**

Foram realizados gastos com folheteria e diárias com funcionário para realizar a sensibilização das pessoas em alguns dos destinos turísticos do estado, mas estes valores não foram levantados até o momento da entrega deste relatório.

Segundo a FUNDTUR, o Programa do Turismo e a Proteção à Infância e Juventude não recebe um recurso específico para sua execução. Contudo em 2017, considerando a necessidade do fortalecimento das instâncias de governanças regionais do turismo, bem como a sensibilização do trade dos destinos do Mato Grosso do Sul e as comunidades locais sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, foi viabilizada a impressão de material gráfico, utilizado durante a realização de 08 oficinas, oferecidas nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Bonito, Corumbá, Coxim, Costa Rica, Ladário, Porto Murinho e ainda na Estrada Parque/Passo do Lontra e Distrito de Albuquerque/Porto Morrinho, entre os meses de julho e dezembro de 2017

Fonte: (Ofício 286/GAB/FUNDTUR/2017, DE 21/06/2017).

- **Projeto de estruturação de novos segmentos (em 2021 transformou-se no Programa Trilhar – MS)**

Disponível: <https://brasilturis.com.br/trilhar-ms-conheca-o-programa-turistico-do-mato-grosso-do-sul/>, <http://www.ms.gov.br/turismo-lanca-edital-de-selecao-para-o-programa-trilhar-ms/>.

Projeto em parceria com a

FUNDTURMS, Sebrae/MS, Associação Brasileira das Operadoras de Turismo e a FUNDECT. Previsto para junho de 2021 e para o segundo semestre de 2021 o lançamento de editais de chamamento público com vistas a atender o Turismo de Observação de Aves, Hospitalidade, Turismo de Base Comunitária e Turismo Sustentável e Infância.

- **Observação de Aves**

Implicou em gastos com diárias de servidores para promoção de oficinas de qualificação em municípios turísticos.

Recursos: não foi possível averiguar no momento da entrega dos resultados.

Período: 2020.

- **Posicionamento e desenvolvimento da marca institucional do Turismo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero)**

Recurso: R\$30.000,00 (Fórum LGBT) + R\$ 5.921,00 (Workshop de Turismo LGBT)

Período: 2020

1º Workshop de Turismo LGBT (12 de março de 2020). Ação em parceria: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FundturMS), Sebrae estadual, Prefeitura e o Conselho Municipal de Bonito.

Objetivo: capacitar os profissionais do turismo, ampliar seu atendimento e desenvolver produtos que atendam às demandas do turista LGBT.

A FUNDTURMS trabalha hoje com o RD *Station*, um software que permite melhor gerenciamento de comunicação por e-mail, bem como a criação de campanhas com mensuração de seu resultado. Entre outras ações realizadas com suporte do software, destacam-se a votação da marca institucional LGBT+. Desde

2019, a Fundação de Turismo estruturou uma estratégia para posicionar o destino junto ao público LGBT+ incluindo treinamentos e palestras para o trade do estado compreender suas especificidades, de modo a organizar suas empresas para este atendimento. Visando firmar este posicionamento, a eleição da marca turística do MS para o público LGBT+ foi realizada através do RD *Station*. Destaca-se que essa ação está inserida no Convênio nº 29313/2019, processo nº 71.920.046/2019, cujo valor total é de R\$ 936.250,00, em que estão inclusos outros projetos a serem desenvolvidos.

Recursos: 35.921,00 ações LGBT+ (Seminário LGBT - R\$5.921,00 em Bonito e participação do Estado no Fórum LGBT em 2020 - R\$ 30.000,00).

Período: 2020/2021

Fonte: FUNDTUR

- **Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR)**

Desde 2020, foram meses de esforços da FUNDTURMS e Sebrae, junto ao Ministério do Turismo, para que o Estado tivesse instituições financeiras credenciadas para ofertar ao setor FUNGETUR. O FUNGETUR é uma linha de financiamento, com recursos do Ministério do Turismo, destinada, preferencialmente, aos segmentos de micro, pequenas e médias empresas. Diante dos impactos causados pela pandemia de Covid-19, o governo federal autorizou um crédito histórico de R\$ 5 bilhões para auxiliar empreendimentos turísticos no cenário de crise, com taxas e prazos diferenciados.

Recursos: Foi solicitado ao Sebrae o volume de recursos, contudo ao acessar a plataforma do Ministério do Turismo não se obteve acesso a esse dado até o momento da entrega deste documento.

Disponível em: <http://www.ms.gov.br/ms-conquista-linhas-de-credito-do-brb-para-que-setor-turistico-tenha-acesso-ao-fungetur/>

Recursos Totais:

2014 – 146.000,00 (PRODETUR)

2017 – 1.555.000,00 (Editais)

2018 – 375.000,00 (PRODETUR)

+ 660.0000,00 (Editais) = 1.035.000,00

2019 - 945.000,00 (Editais)

2020 - 1.380.000,00 (Editais) + 35.921,00 (1º Workshop de Turismo LGBT + Fórum LGBT - Campanha Logomarca LGBT) = 1.415.921,00

2019 a julho de 2021 – 936.250,00 (Decola MS - Convênio FUNDTUR e Sebrae)

Total = 6.033.171,00

Taxa de crescimento dos investimentos em programas = 6%

Fonte: FUNDTUR

Período: 2014 a julho de 2021.

A estratégia deve ser mantida, mas pode ser incorporada em uma outra que compreenda o estabelecimento de uma política estadual de turismo, com um plano integrativo e sistêmico entre todas as regiões e os diferentes setores do governo, os quais tenham interferência na atividade turística. A estratégia não é passível de avaliação na íntegra, uma vez que os dados sobre programas ou ações do estado, inerentes ao turismo não estavam completamente disponíveis no momento da coleta, ou porque estão pulverizados em áreas distintas.

Estratégia 5: Criar plano estadual de turismo que compatibilize os programas existentes

Para análise desta estratégia foram pesquisadas as ações que estivessem oficializadas por amparo legal, buscou-se publicações entre 2000 e 2020 que se configurasse em plano de

turismo para Mato Grosso do Sul.

Em 2008 foi elaborado um documento chamado “Estratégias para o desenvolvimento do turismo regional”, o qual compreendeu um conjunto de ações que aconteciam em diferentes pastas e que tinham alguma implicação com o turismo. Dez anos depois, em 2018 foi estabelecida a política estadual de turismo por meio da Lei Nº 5.224, DE 9 DE JULHO DE 2018, a qual dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, e dá outras providências.

Em 2019 desenhou-se o “Mapa Estratégico, prevendo ações até 2029 e, em função da pandemia em 2020, ocorreu o lançamento do plano de retomada para o turismo. Encontram-se em fase de elaboração os planos de ação das Instâncias de Governança Regionais, Pantanal, Caminho dos Ipês e Cerrado-Pantanal. Além destas, instância Costa Leste também está em fase de atualização, com apoio do Sebrae.

A estratégia deve ser mantida, porém, ampliada, envolvendo a integração entre a política, o plano e, principalmente, programas específicos e integrados à política e ao plano estabelecidos (compatibilizar os programas com o plano de turismo do estado). Cada qual com suas ações relacionadas. A estratégia deve deixar mais clara a importância da política e do plano estadual de turismo serem integrativos e sistêmicos, intra e inter-regionalmente e, ainda, entre os diferentes setores do governo. Além disso, ressaltar a necessidade da ampla participação social em sua elaboração (cidadão, entidades representativas, turistas, especialistas).

6.2.2. MACROPRIORIDADE: DESENVOLVER O ECOTURISMO COM ALTA QUALIDADE EM ACORDO COM OS PADRÕES DE EXCELÊNCIA

O indicador foi obtido através da pesquisa de demanda realizada pelo Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2018, 2019 e 2020, com visitantes que embarcavam no Aeroporto Internacional de Campo Grande/MS. A pesquisa propôs aos pesquisados classificar onze variáveis relacionadas aos serviços turísticos por eles usufruídos durante sua estadia em Mato Grosso do Sul. Na primeira pesquisa, em 2018, estava incluída a variável “Informação”, entretanto, ela não se repetiu nos anos seguintes, e optou-se por não a utilizar aqui.

Para a obtenção do indicador, realizou-se uma média das respostas dos pesquisados de cada ano. Percebeu-se que o indicador vem melhorando ano a ano, o que permite dizer que os serviços turísticos prestados no estado de Mato Grosso do Sul, também vem melhorando e atingindo a estratégia proposta.

A fragilidade do indicador apresentado é que os dados do ano de 2020 foram coletados até meados do mês de março, quando teve início a pandemia global de COVID-19, que interrompeu significativamente os fluxos turísticos e, por conseguinte, as pesquisas de demanda. Ainda assim, é possível identificar o aumento significativo da qualidade dos serviços turísticos no estado, sob a percepção da demanda (Tabela 13).

Tabela 13 VISITANTES QUE AVALIAM OS SERVIÇOS TURÍSTICOS DE MS COMO “ÓTIMOS” (%)

Ano	2020	2019	2018
Atrativos	57	51	45,5
Agências de viagens	52	45	36
Bares e Restaurantes	39	33	32,5
Casa de Câmbio	25	22	16,4
Comércio	29	23	23,5
Gastronomia	39	36	28,6
Guia de Turismo	60	50	43,1
Hospedagem	42	38	38,8
Locadora de Veículo	43	40	33,6
Taxi / Uber / 99	45	39	41,5
Vida noturna	28	24	25,9
MÉDIA	41,7	36,5	33,2

Fonte: Fundtur/Observatorio de Turismo-MS

Estratégia 1: Melhorar a qualidade dos serviços

A atividade turística é uma atividade caracterizada como serviços. Também é uma atividade intangível, ou seja, o que é consumido é produzido em tempo real pelos prestadores de serviços, com o apoio da estrutura previamente preparada. Assim, a qualidade dos serviços prestados ao turista se torna peça essencial da atividade. Por esse motivo, recomenda-se que a estratégia seja mantida, e a base de pesquisa do indicador (coleta da percepção da demanda), seja ampliada para outras cidades e modais.

Estratégia 2: Ampliar as linhas aéreas regionais

A FUNDTUR- MS iniciou no ano de 2018 um processo estratégico de diálogo frequente junto às companhias aéreas, com vistas a desenvolver o potencial de conectividade do esta-

do, interagir com os influenciadores de planejamento e operação de novas rotas, bem como apresentar as potencialidades do estado, no que tange ao potencial emissivo e receptivo.

O Governo do estado lançou em 2019 o Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional - Decola MS, instituído pelo Decreto nº 15.246, de 18 de junho de 2019, com o objetivo de estimular a implantação de linhas aéreas nos níveis regional, nacional e internacional, tanto nos aeroportos quanto nos aeródromos de estado. Como forma de atrair voos para o estado, por meio do programa, o governo reduzirá a alíquota de ICMS sobre o querosene da aviação.

Considerando os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, tem-se:

- **Número de novas rotas⁴**

Entre 2018 e 2020 foram con-

⁴ Não foi encontrada série histórica para os indicadores “número de novas rotas” e “número de novos assentos”, uma vez que os dados mais antigos disponíveis remetem ao ano de 2017, conforme apresentado no documento disponibilizado pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

quistadas 4 novas rotas (CGR – CNF; GRU – DOU; CGH – TJJ; CGR – IGU).

- **Número de novos assentos***

Entre os anos de 2018 e 2020 foram disponibilizados 239.226 novos assentos.

- **Número de pousos e de decolagens:**

Em 2000 ocorreram 12.005 pousos e decolagens (5.915 pousos e 6.090 decolagens) nos aeroportos selecionados (Bonito, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas).

Em 2019 ocorreram 15.906 pousos e decolagens (7.966 pousos e 7.904 decolagens) nos aeroportos Selecionados (Bonito, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas).

Três das “novas rotas” foram interrompidas por conta da pandemia da Covid-19, sendo elas: CGR-CNF (já tem previsão para retorno em 2021); CGR-IGU (essa era uma rota regular na alta temporada, no entanto, na temporada de 2019/2020, não foi possível sua implantação); CGH-TJJ.

Compreende-se que o Governo do Estado tem empreendido esforços para ampliação da malha aérea, no entanto, ainda se mostra relevante que esse esforço se mantenha, de modo a facilitar o deslocamento de turistas. Ademais, em função da pandemia, algumas das rotas conquistadas foram interrompidas. Assim sendo, a estratégia deve ser mantida.

Estratégia 3: Diversificar a oferta de sítios turísticos

O Ministério do Turismo criou por meio do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 o programa 65 Destinos Indutores. O objetivo era escolher destinos com demanda consolidada, que fossem ou pudessem tornar-se de padrão internacional, e que indu-

zissem o desenvolvimento do turismo nas regiões onde estavam inseridos. Além desses destinos consolidados, foram incluídas todas as capitais brasileiras.

Esses 65 destinos indutores foram selecionados em 2007 e a partir daí, produziu-se uma série histórica de classificação desses destinos, onde eram avaliadas 13 dimensões: Infraestrutura geral; Acesso; Serviços e Equipamentos Turísticos; Atrativos Turísticos; Marketing e Promoção do Destino; Políticas Públicas; Cooperação Regional; Monitoramento; Economia Local; Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais; Aspectos Ambientais; Aspectos Culturais. Essas avaliações, que se traduziam em pontuações de 0 a 100, colocavam os destinos em níveis que iam de 1 (mais baixo) a 5 (mais alto).

O documento Índice de Competitividade do Turismo Nacional avaliou essas dimensões nos 65 destinos indutores entre 2008 e 2015 (com exceção do ano de 2012). Depois de uma reavaliação, esse programa foi descontinuado, dando lugar ao programa de Classificação dos Municípios do Ministério do Turismo, também dentro do escopo do macroprograma de Regionalização do Turismo.

No Mato Grosso do Sul, além da capital Campo Grande, foram selecionados os municípios de Bonito e Corumbá como destinos indutores. Para a avaliação da estratégia, utilizou-se essa série histórica produzida pelo Ministério do Turismo, através dos documentos intitulados “Índice de Competitividade do Turismo Nacional”. Foi elaborada uma média dos indicadores dos três municípios para se chegar a um índice estadual (Tabela 14). Considerando a estratégia que versa sobre “diversificação dos sítios turísticos”, optou-se por usar apenas

a pontuação relacionada a “Atrativos Turísticos”, onde são considerados: atrativos naturais, atrativos culturais,

eventos programados, realizações técnicas científicas, diversidade de atrativos e equipamentos de lazer.

Tabela 14 ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL – ATRATIVOS

Ano	Média Mato Grosso do Sul	Média Brasil	Nível (de 1 a 5)
2015	62,6	63,2	4
2014	65,9	63,4	4
2013	64,9	63,2	4
2011	58,6	62,0	4
2010	56,2	60,5	4
2009	54,3	59,5	3
2008	45,8	58,2	3

Fonte: Ministério do Turismo: Dados e Fatos do Turismo (Disponível em <<http://www.dadosedatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>)

Sendo assim, tendo em vista o desempenho do Estado de Mato Grosso do Sul frente ao índice nacional, e principalmente o fato de o índice estadual ter crescido ano a ano, considera-se que a estratégia foi alcançada. E embora esse indicador não possa ser mais utilizado, é de suma importância que se criem mecanismos para a obtenção de avaliações posteriores, que permitam mensurar a estratégia a partir da implementação do MS-2040.

Estratégia 4: Integrar as atividades turísticas das bacias dos Rios Paraguai e Paraná

O estado possui oito regiões turísticas que constam no Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021, abrangendo 42 municípios. Desse total, quatro rotas se configuram como prioritárias para o estado, sendo elas: Rota Caminho dos Ipês, Rota Pantanal, Rota Bonito-Bodoquena e Rota Cerrado-Pantanal.

Dentre as quatro rotas prioritárias, duas se destacam com as mais consolidadas do estado, a Pantanal e

a Bonito-Bodoquena, sendo que ambas fazem parte da bacia do Rio Paraguai.

Observa-se uma integração entre a cidade de Campo Grande, que é o município que está no entremeio entre as bacias do rio Paraná e Paraguai, uma vez que, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, a maior parte de seu território faz parte da bacia do Rio Paraná, enquanto que uma pequena porção a noroeste integra-se a bacia do rio Paraguai, com àquelas que fazem parte das regiões turísticas Pantanal e Bonito-Bodoquena, tendo em vista que o município se configura como portão de entrada, contribuindo para o fluxo turístico no estado.

O ano de 2000 foi um marco para o desenvolvimento do turismo, do ponto de vista institucional, uma vez que foi instituída a Política de Desenvolvimento para o Ecoturismo do estado e o Pantanal foi reconhecido como Patrimônio da Reserva Natural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura - UNESCO (VIOLIN; ALVES, 2017). Assim sendo, observa-se que atos institucionais, desde 2000, vêm fomentando a consolidação das regiões turísticas Pantanal e Bonito-Bodoquena, fato que auxilia na compreensão do atual estado em que se encontra o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso do Sul.

Sugere-se a manutenção dessa estratégia, visto que o estado de Mato Grosso do Sul possui oito regiões turísticas que fazem parte do atual Mapa do Turismo (2019-2021), de modo que se mostra relevante a integração entre as regiões consolidadas (Pantanal e Bonito-Bodoquena) e aquelas que ainda estão em processo de desenvolvimento, com vista a fomentar e fortalecer o turismo nas demais regiões.

Estratégia 5: Promovendo o marketing

Foram produzidos 5 campanhas publicitárias e 2 planos de marketing: Plano de Marketing Polo Bonito-Serra da Bodoquena (2014); Plano de Marketing Caminho dos Ipês (2018).

Entre os anos 2000 e 2020 foram produzidas as seguintes campanhas publicitárias:

Até 2007 - “Viva Mato Grosso do Sul”;

2009 - “Mato Grosso do Sul: diferente, único e encantador”;

2014 - “Brasil recebe a todos, Mato Grosso do Sul quer você” – Campanha para a Copa de 2014;

2017 - “Visit MS”;

- Primeira fase da campanha (2017-2019) “Você no seu melhor estado”;

- Segunda fase da campanha (2019-2021) “Para pessoas únicas, escolhas surpreendentes”

2020 – “Turista responsável - Vem, mas vem de máscara”.

Os planos de marketing foram produzidos com base nos planos “Cores do Brasil” e “Aquarela”⁵.

A seguir apresenta-se a evolução dos investimentos em campanhas promocionais a partir de 2017, não incluídos feiras e eventos (Tabela 15). Observa-se a taxa de crescimento dos investimentos em campanhas promocionais entre 2017 a 2020 de 29%.

Tabela 15 INVESTIMENTOS EM CAMPANHAS PROMOCIONAIS

Ano	Investimento
2017	R\$ 252.079,81
2018	R\$ 111.800,70
2019	R\$ 470.053,75
2020	R\$ 713.490,02
2021	R\$ 715.815,51
Total	R\$ 2.263.239,79

Fonte: FUDTUR (2021).

⁵ O plano Aquarela diz respeito a um instrumento técnico voltado para ações promocionais, elaborado pelo Ministério do Turismo e pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (em 2020 recebeu uma nova denominação “Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo), com enfoque para o marketing internacional. O plano Cores do Brasil se configura como documento técnico voltado para o marketing nacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, s/d).

Apesar dos investimentos em marketing apresentarem uma taxa positiva de 2017 a 2020, a avaliação sobre a estratégia considera que a mesma foi atingida parcialmente, uma vez que, num período de 20 anos foram produzidos apenas 5 campanhas e 2 planos de marketing para regiões específicas do estado. Sugere-se a manutenção dessa estratégia, uma vez que as atividades voltadas ao marketing deverão se configurar como ações contínuas e direcionadas às regiões turísticas do estado como um todo.

Estratégia 6: Integrando a área urbana ao roteiro turístico

Não há base de dados ou indicadores que agreguem as informações desejadas, haja vista que não havia na época de criação da estratégia uma fonte de informação a respeito dessa “integração” desejada entre roteiros turísticos e áreas urbanas. Ainda hoje, não há informações que sistematizem esses dados de forma que possam ser mensurados como indicadores.



7. EIXO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

O Plano de Longo Prazo MS-2020 apresentou algumas estratégias iniciais no eixo de Desenvolvimento Humano e Social, que constam na Dimensão Social, muito embora, o que se constatou apesar dessa iniciativa, é que os planejamentos estratégicos realizados ao longo de décadas anteriores não apresentaram indicadores que subsidiem a análise e sistematização dos dados. Várias das informações necessárias para o diagnóstico dos indicadores de resultados na avaliação do alcance dessas estratégias ao longo desses 20 anos não estão sistematizadas para consulta pública, o que foi confirmado pelos servidores da AGRAER. Ainda assim, observou-se uma sobreposição de estratégias quando observados os vários planos e até mesmo sobreposição dentro de um mesmo plano. As ações e obras realizadas no período não foram sistematizadas em programas contínuos que permitissem o acompanhamento, monitoramento e análise por meio de indicadores e índices de forma sistemática.

Importante destacar que, a análise de algumas estratégias da Dimensão Social do MS-2020 está contemplada nos eixos da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação e no

Eixo da Saúde. Abaixo serão apresentadas o diagnóstico do conjunto de estratégias definidas no Eixo de Desenvolvimento Humano e Social.

7.1 MACROPRIORIDADE: ELIMINAR A POBREZA ABSOLUTA

O debate acerca do tema da pobreza e de todos os aspectos relacionados tem sido amplamente tratados em fóruns mundiais, a exemplo do Fórum Global de 92, da reunião da Cúpula dos Povos na Rio+20, entre outros, e que tem derivado ações integradas importantes no combate à pobreza e na busca de Justiça Social e Ambiental. Nesse contexto, o Governo de Mato Grosso do Sul acompanha tanto as ações mundiais quanto as do Governo Federal, e tem investido nos últimos anos recursos para projetos, programas e obras na perspectiva de mitigar a pobreza e alcançar a extinção absoluta.

A classificação de extrema pobreza da população é considerada um indicador importante para medir o nível de desenvolvimento social. Em Mato Grosso do Sul, 3% da população entrou na classificação de extrema pobreza em 2018, com renda mensal inferior a R\$ 145,00, o que representou

73.470 mil pessoas do total. Embora o percentual tenha ficado estável em relação a 2017, que era de 2,6%, houve aumento em relação a 2012, cujo índice era de 1,8%, recorde em sete anos. Mato Grosso do Sul encerrou o ano de 2020 com 9,3% de sua força de trabalho em situação de desemprego. Embora o índice seja elevado, ficou bem abaixo da média nacional (13,9%) e figura entre as três menores taxas do Brasil, atrás apenas de Santa Catarina (5,3%) e Rio Grande do Sul (8,4%). Os estados com piores índices são: Bahia e Alagoas (20%), Rio de Janeiro (19,4%) e Pernambuco (19%) (PNAD, 2020). Os dados são da PNAD trimestral (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A análise das estratégias relacionadas à macroprioridade “Eliminar a pobreza absoluta”, que além das estratégias relacionadas a dimensão social, integram estratégias nas dimensões de saúde, econômica, de segurança, entre outras, contempladas nos demais eixos desse relatório, são descritas a seguir.

Estratégia 1: Criar pequenos empreendimentos em várias áreas de atividade no campo e na cidade

A estratégia “Criar pequenos empreendimentos em várias áreas de atividade no campo e na cidade”, foi alcançada e deve ser mantida. Contudo a abertura de Micro e Pequenas Empresas também pode estar vinculado com a perda de emprego formal, pois muitas pessoas perderam emprego e abriram micro ou pequena empresa, o que pode tornar essa avaliação tendenciosa. Esse indicador é importante, mas não pode ser considerado isoladamente, sob o risco de mascarar a realidade social, de forma

que deve ser correlacionado com outros indicadores sociais. O estado de Mato Grosso do Sul tem o Programa de Verticalização da Produção, que beneficia agricultores familiares que desejam agregar valor à sua produção agropecuária ou produtos do extrativismo. Nos últimos 4 anos foram cadastradas 18 agroindústrias, cujo principal produto é a mandioca congelada. Outros produtos são produzidos como: derivados da cana de açúcar (melado e rapadura), artesanato e queijo.

Ainda nessa perspectiva, em 2021, onze (11) municípios do Estado firmaram parceria com o Sebrae/MS para a execução do programa Cidade Empreendedora, que está na sua terceira edição. A iniciativa visa transformar a realidade local, apoiando a retomada econômica das cidades participantes a partir do desenvolvimento de diferenciais competitivos como a área de comércio e serviços, agricultura familiar, turismo e inovação.

Estratégia 2: Estimular a implantação de agrovilas

Com relação ao estímulo à implantação de agrovilas, houve uma descontinuidade dessa estratégia com mudanças de iniciativas para o governo federal. A sugestão seria mudar essa estratégia de “implantação de agrovilas” para o “fomento da agricultura familiar”.

Estratégia 3: Criar programas voltados para grupos de risco social

Foram criados pelo governo do Estado de MS vários programas voltados para grupos de risco social. Algumas dessas ações estão abaixo destacadas. Pode-se constatar que essa é uma estratégia que deve ser mantida, pelo seu caráter permanente e que foi

alcançada parcialmente no decorrer dos anos.

A exemplo, podemos destacar o programa **Viva a Vida MS**, desenvolvido pelo governo do estado no período de 2010 – 2014. O programa foi uma extensão da política de Promoção de Qualidade de Vida, realizada inicialmente nas regiões do Cone Sul e Sul Fronteira, que se estendeu para as demais regiões do Estado, com o desenvolvimento de obras, projetos e ações. O programa fomentou a produção de soluções inovadoras quanto a melhoria da qualidade de vida da população mediante a atuação conjunta e integrada dos diversos setores, reduzindo a vulnerabilidade social. O programa integra os setores de trabalho, habitação, meio ambiente, educação, lazer, cultura, saúde e assistência social, baseado em atuação intersetorial, fortalecimento da participação social e fortalecimento regional.

Para atendimento das suas metas o programa fortaleceu ações e projetos existentes como criou novos projetos e ações em destaque:

- Vale Renda;
- Cestas Básicas para a população indígena;
- Ampliação dos programas Vale Universidade e Vale Universidade Indígena;
- Qualificação profissional;
- Otimização da Rede Sócio assistencial e proteção social;
- Bolsa Família (em parceria com o Governo Federal.);
- Construção, reforma e ampliação de unidades operacionais de educação, saúde, cultura, esporte e assistência social;
- Implementação de programas contra violência;
- Ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e coleta e tratamento de Esgoto;
- Construção de 12.727 (MAIS 8.000) unidades habitacionais;
- Execução de projetos nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e assistência social;
- Expansão do programa Luz para todos;
- Manejo Integrado da Bacia Hidrográfica e proteção da biodiversidade – Projeto Rio Formoso;
- Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE/MS;
- Lançamento e execução do Plano Estadual de Direitos Humanos;
- Implantação de programa de proteção a pessoas em situação de risco de morte;
- Lançamento e execução do Plano Estadual de Direitos Humanos LGBT;
- Extensão do programa Projovem de qualificação profissional inicial e desenvolvimento de experiências de participação cidadã;
- Transporte escolar em zona rural;
- Realização de censo escolar no Estado;
- Realização da Mostra Cultural das Escolas Estaduais de MS para apresentar à comunidade sul-mato-grossense os trabalhos artísticos produzidos pelos alunos da Rede Estadual de Ensino com a participação de 1.110 alunos;
- Realização os Jogos Escolares da Rede Estadual de Ensino – JOERE;
- Oferta de cursinho pré-vestibular aos alunos oriundos da Rede Pública de Ensino;
- Oferta de escolarização na modalidade jovens e adultos integrando Ensino Fundamental e Qualificação Social e Profissional para agricultura familiar (Projeto Saberes da Terra);

- Habilitação de professores indígenas para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Etapa I, II e III. Ará Verá etnias: Guarani/Kaiowa. Povos do Pantanal etnias: Atikun, Guató, Kadiwéu, Kinikinawá, Ofaié e Tereina;
- Fomento a qualificação, divulgação e comercialização do artesanato estadual;
- Ações culturais em seus diversos setores para o desenvolvimento do Estado;
- Ações para proteção e difusão do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense;

Ainda sobre a criação de programas voltados para grupos de risco social, verifica-se que dobrou o número de benefícios BPC – Benefício de Prestação Continuada de 2006 até 2021.

A estratégia “Criar programas voltados para grupos de risco social” também foi analisada sobre o enfoque da saúde, Eixo da Saúde.

7.2 MACROPRIORIDADE: ELIMINAR A ECONOMIA DA CONTRAVENÇÃO E DO CRIME ORGANIZADO

Essa macroprioridade foi analisada no Eixo da Justiça e Segurança Pública, em que são apresentados os programas que o governo estadual empreendeu nos últimos anos no sentido de avançar na proposição de políticas integradas de segurança pública para o combate à violência.

Além disso, a macroprioridade contempla a estratégia “Ampliando o acesso à educação com qualidade”, que foi analisada no Eixo Educação. As demais estratégias, destacadas abaixo, foram analisadas de forma integra-

da, dada a dificuldade de identificar ações e indicadores individualizados que permitisse aferir o seu alcance ao longo do período analisado.

- Estratégia 1: Ampliar o acesso à terra
- Estratégia 2: Ampliar o acesso às várias formas de produção
- Estratégia 3: Gerar alternativas de trabalho, emprego e renda
- Estratégia 4: Disponibilizar linhas de crédito para a produção

No que tange a estratégia de “Ampliar o acesso à terra”, observa-se ao longo dos anos que houve mudança na atuação do INCRA e do governo do Estado. O formato alterou e não é mais direcionado para a criação de assentamentos, mas para atividades de fomento via Banco da Terra (Estadual) e por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Federal).

No que se refere a estratégia de “Ampliar o acesso às várias formas de produção”, verificou-se que houve mudanças na política de produção que permite arrendamento da terra para obtenção de renda por parte dos assentados. Com relação a assistência técnica, a AGRAER atende na área de Assistência e Extensão Rural (ATER) em torno de 95.432 agricultores familiares, com repetição, prestando orientação técnica e elaboração de projetos de crédito rural.

Sobre a geração de alternativas de trabalho, emprego e renda, constata-se que a partir de 2015 os dados de emprego e renda eram equilibrados, a partir de 2020 houve queda no emprego formal e aumento na informalidade, pois algumas pessoas que ficaram desempregadas se tornaram micro ou pequenos empresários. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) sofreu altera-

ções na metodologia, o que dificulta a comparação histórica. Essa estratégia foi atingida parcialmente e não tem como ser mensurada de forma isolada.

A respeito da disponibilidade de linhas de crédito para a produção, tem-se como exemplo, recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com financiamento pelo Finame - Financiamento de Máquinas e Equipamentos. A AGRAER trabalha com a linha de crédito rural do Pronaf e do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), que em 4 anos elaborou 15.728 projetos de crédito rural no valor de R\$ 154.736.100,77 para os agricultores familiares e médios produtores.

7.3 MACROPRIORIDADE: ELIMINAR O DÉFICIT HABITACIONAL

A macroprioridade “Eliminar o déficit habitacional”, contempla algumas estratégias que foram analisadas e são descritas a seguir.

Estratégia 1: Implementar políticas de habitação e desenvolvimento urbano e rural para famílias de baixa renda, articulada com as demais políticas sociais

Sobre a Implementação de políticas de habitação e desenvolvimento urbano e rural para famílias de baixa renda, articulada com as demais políticas sociais, pode-se constatar que o governo criou o Plano de Habitação Estadual. O déficit habitacional era de 8% em 2000 e no ano de 2007 foi para 7% no Centro-Oeste.

Ainda no que se refere ao Estu-

do do Déficit Habitacional no Brasil em 2000, a Fundação João Pinheiro, estimou o déficit para o Estado de MS em 77.172 moradias, revelando um acréscimo de 19.596 necessidades de unidades habitacionais. No ano 2000, Mato Grosso do Sul ocupava a 5ª posição dentre os oito estados com maior índice de urbanização. Além disso, houve a extinção da CDHU no ano 2000 e a criação da Agência de Habitação Popular de MS no estado de 2003.

A produção habitacional no Estado avançou com a implantação de programas e parcerias entre os entes federais, estaduais e municipais, que uma vez articulados e coordenados, possibilitam o enfrentamento do déficit habitacional de modo a conter e diminuir sua evolução no Estado. No período 1999-2006 foram produzidas 26.683 unidades habitacionais.

Outras Iniciativas de enfrentamento do déficit habitacional em MS merecem destaque:

Programas Habitacionais:

- Che Roga Mi 2000 a 2003
- Novo Habitar 2003 a 2006
- MS Cidadão “Casa da Gente” 2007

Projetos:

- Tijolo por Tijolo
- Casa do Campo / Casa Rural
- Morar Feliz
- Kit Conclusão
- Casa de Aluguel / PAR
- Quilombolas
- Casa do Índio / Casa Indígena

As iniciativas de enfrentamento do déficit habitacional em MS destaca-se também com os movimentos populares: União Municipal das Associações de Moradores de Campo Grande – UMAM / Federação das

Associações de Moradores de Mato Grosso do Sul – FAMEMS / União Campo-grandense de Favelas – UCAF / Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM.

A autogestão foi se consolidando de forma que na atualidade já existem programas totalmente administrados pelos movimentos populares:

- Crédito Solidário
- Produção Social da Moradia
- Minha Casa, Minha Vida – Entidades

As iniciativas de enfrentamento do déficit habitacional em MS no período de 2007-2009 foram a criação da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades que assume a condução da política habitacional do Estado em sintonia com as diretrizes do Ministério das Cidades e a criação da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB/MS que realiza as obras habitacionais nos municípios, em parceria com os governos federal e municipais. No período de 2007 a 2009 foram produzidas 28.863 unidades no Programa MS Cidadão – Casa da Gente

Pode-se concluir que a estratégia foi alcançada parcialmente e que deve ser mantida para consolidar a sua abrangência.

Estratégia 2 e 3: Buscar formas de barateamento e melhoria da qualidade das habitações populares e Desenvolver programas de melhoria da qualidade de vida nos espaços construídos

As estratégias 2 e 3 foram analisadas conjuntamente, por tratar da mesma temática. Constatou-se que há algumas iniciativas de barateamento e melhoria da qualidade das habitações populares que foram de-

finidas pelo governo federal, no qual o Estado de MS acompanha. Constatou-se ainda que as habitações populares seguem as exigências do Plano de Habitação Estadual no requisito de dimensões mínimas e outras variáveis referentes a qualidade de vida para essas construções.

Apesar disso, não foi possível aferir os indicadores sistematizados do alcance dessas estratégias ao longo do período. Conclui-se, portanto, que apesar de se constatar iniciativas nesse sentido, e que devem ser mantidas enquanto estratégia para o Plano MS2040, não foi possível avaliar a abrangência de alcance dessa estratégia.

Estratégia 4: Desenvolver programas de aperfeiçoamento institucional em parceria com as prefeituras municipais.

Não foi possível avaliar essa estratégia, pela falta de clareza na sua definição.

7.4. MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR UMA ESTRUTURA AGRÁRIA EQUILIBRADA NO ESTADO

A macroprioridade “Consolidar uma estrutura agrária equilibrada no estado”, contempla algumas estratégias que foram analisadas e são descritas a seguir.

Estratégia 1: Criar programas de assentamentos

Estratégia 2: Estimular as cooperativas e as parcerias, com assistência técnica do Estado

Estratégia 6: Implantar programa estadual de reforma agrária

As estratégias 1, 2 e 6 foram analisadas de forma integrada, por estarem correlacionadas. No que se refere a criação de programas de assentamentos, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER iniciou esse trabalho e atualmente conta com a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e do Banco da Terra para financiar os projetos vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PRNA).

No site da Agraer é possível constatar iniciativas na criação de Projetos de Assentamentos no período analisado, que estão listados abaixo de acordo com a data de sua criação.

- Colônia Agroecológica Aspargo , 2004
- Projeto de Assentamento Terra Solidária I - COAMS, 2003
- Projeto de Assentamento Terra Solidária II - CUT, 2003
- Projeto de Assentamento Paulo Freire, 2002
- Projeto de Assentamento Santa Rita do Pardo, 2002
- Projeto de Assentamento São Francisco, 2002
- Projeto de Assentamento São Thomé, 2000

Cabe destacar, que recentemente em maio de 2021, foram entregues em Terenos, MS, 1.128 Títulos de Domínio (TD) a beneficiários do PRNA e assinado o convênio do 'Programa de Consolidação de Assentamentos – Produzir Brasil'.

O Produzir Brasil é fruto do trabalho entre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater e o Incra, sob governança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Surgiu para transformar a assistência técnica conven-

cional e acelerar o processo de consolidação dos projetos de reforma agrária, com o incentivo à produção em cadeias de valor que garantam o desenvolvimento sustentável.

O documento assinado entre o Ministério da Agricultura e Pecuária, via Anater e o Governo do Estado, por meio da AGRAER, autarquia ligada a SEMAGRO, vai garantir assistência técnica aos produtores assentados que foram titulados ou estão em processo de titulação, pertencentes à relação de beneficiários do Incra. Com o programa que deve ser executado em dois anos, será possível fomentar a produção com sustentabilidade. O convênio tem por objetivo levar todas as políticas públicas e técnicas para melhorar as condições de vida desses produtores, promovendo o desenvolvimento econômico, social e agroambiental, e conseqüentemente o desenvolvimento rural sustentável tão necessário nesses assentamentos. A realização deste programa em Mato Grosso do Sul oferece condições para a equipe da Agraer levar assistência técnica e as políticas públicas do Estado com grande efetividade, representando assim um grande ganho para as famílias assentadas.

As empresas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) foram selecionadas pela Chamada Pública 001/2020 da Anater, para atuar no âmbito do Programa no Estado e a empresa Crescer, que é responsável por assistir assentados nos municípios de Maracaju, Nioaque, Jardim, Aquidauana e Bodoquena já colocou em prática um cronograma de encontros para apresentar o programa às famílias nos Assentamentos Santa Guilhermina, Valinhos e Canta Galo, em Maracaju; no Assentamento Palmeira, em Nioaque; e nos Assentamentos Gardinha e Recanto do Rio

Miranda, em Jardim.

Na ocasião, também foram apresentadas as equipes técnicas, compostas por profissionais com formação multidisciplinar. Os extensionistas passaram por capacitação ministrada pela Anater para atuarem junto aos beneficiários. No município de Maracaju, 360 famílias dos assentamentos Santa Guilhermina, Canta Galo e Valinhos serão beneficiadas. Em Nioaque, 113 famílias do assentamento Palmeira. Em Jardim, 110 famílias dos assentamentos Guardinha e Recanto do Rio Miranda. Já em Aquidauana, 253 famílias dos assentamentos Indaiá I, Indaiá II, Indaiá III e Indaiá IV. E em Bodoquena, 76 famílias no assentamento Campina.

Quanto ao estímulo às cooperativas e as parcerias, com assistência técnica do Estado, observa-se que houve fortalecimento das cooperativas como COAMA e SICRED, além das cooperativas menores. Conforme o órgão de representação do Cooperativismo sul-mato-grossense (OCB/MS) o estado possui aproximadamente 350 mil cooperados e emprega mais de 8 mil pessoas, representando 10% do PIB Estadual. A OCB/MS é sociedade civil sem fins lucrativos, filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), constituída no dia 07 de junho de 1979, com a finalidade de integrar o sistema cooperativista sul-mato-grossense, promover e desenvolver o cooperativismo, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativas. A AGRAER também desenvolve ações de parceria com a OCB/MS e cooperativas singulares na área de capacitação e treinamento para agricultores familiares e técnicos.

Diante da análise realizada,

constatou-se que as estratégias foram parcialmente alcançadas ao longo do período analisado e que devem ser mantidas para o Plano MS-2040.

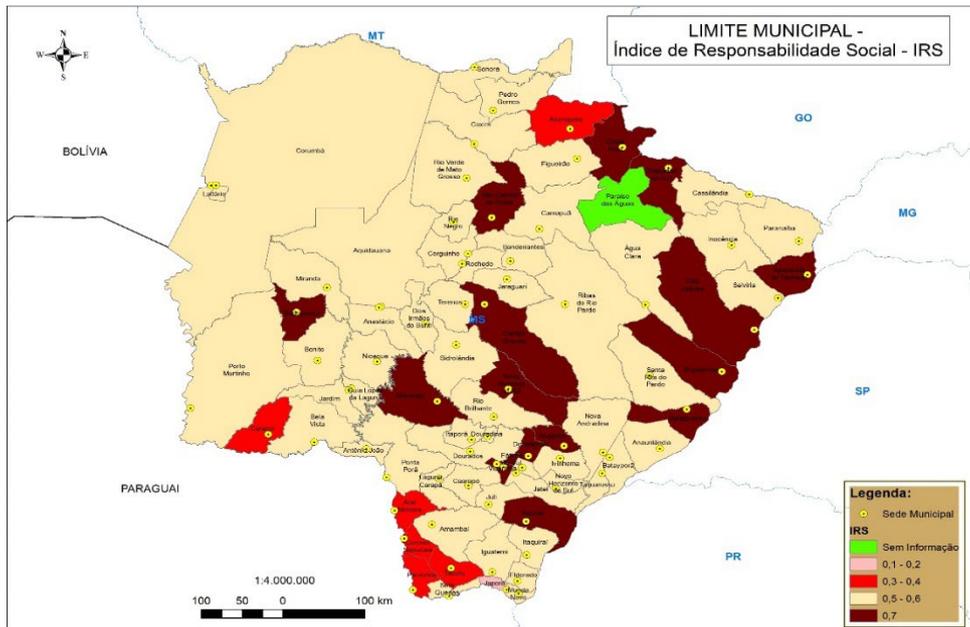
Estratégia 3: Identificar as potencialidades regionais, com vistas à elaboração de programas de incentivo à produção.

O Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) identificou as potencialidades regionais visando a elaboração de programas de incentivo à produção a partir da análise do eixo socioeconômico destacando a articulação regional que pode ser acrescida em função do volume de viagens e transações comerciais entre os municípios.

Para tanto se estipulou que, além do estabelecido pela Região de Influência das Cidades REGIC, deveria ser incorporada a quantidade de pessoas que se deslocam de uma cidade para outra no Mato Grosso do Sul, tendo como base os dados fornecidos pela Agência Estadual de Regulação - AGEPAN para os anos de 2012 e 2013. Além disso, incorporou-se o volume de transações comerciais entre as cidades, obtido pelo volume de operações registradas pela Nota Fiscal Eletrônica. Para articulação nacional, as transações de compra e venda com as outras Unidades da Federação via Notas Fiscais Eletrônicas no ano de 2013. E, para articulação internacional os dados sobre comércio exterior com exportação e importação do Banco Central, ano de 2013.

Ainda foram considerados os Indicadores IRS – Índice de Responsabilidade Social – (Figura 15) e o IDS – Índice de Desenvolvimento Sustentável – (Geral) como elementos importantes na composição da potencialidade dos municípios.

Figura 15 ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE MS

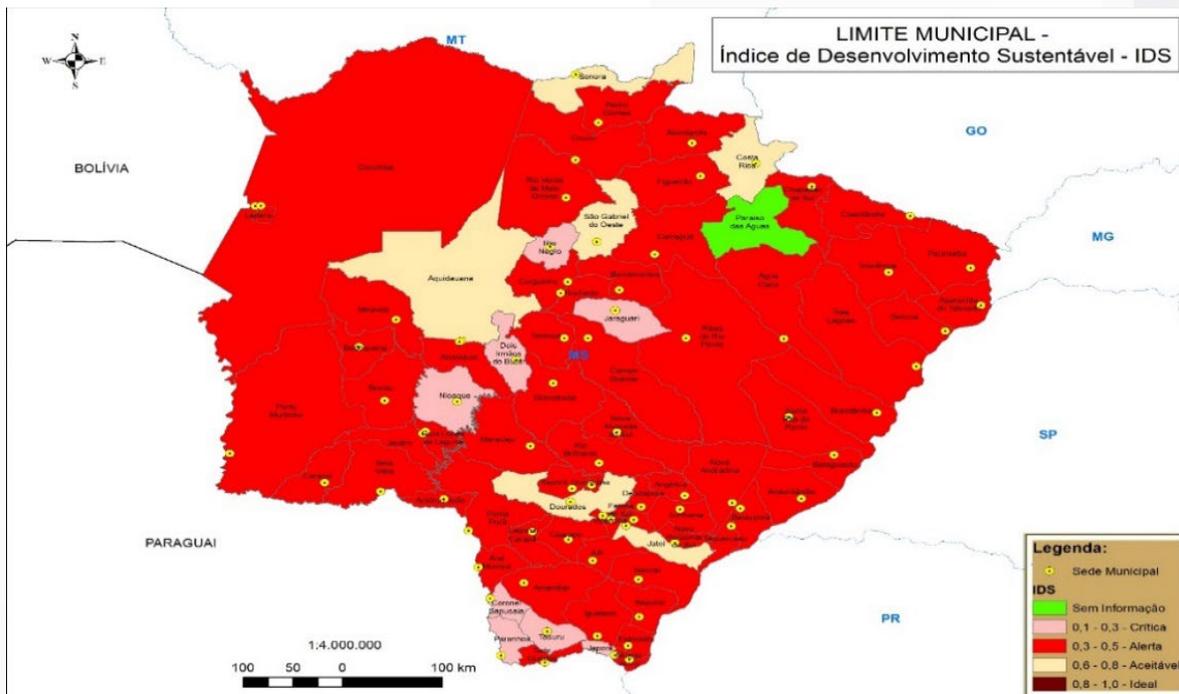


Fonte: 2ª Aproximação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul.

O IRS já possui conceituada metodologia, conformada – em regra de três simples – para se adequar ao estabelecido de 1 para a pior condição e 3 para a melhor. Para o cálculo do

índice final IDS (Figura 16), foi encontrado pela média geométrica do ICM, IRS, IRI e ISA estabelecidos pelo relatório da 2ª aproximação do ZEE/MS o IDS do Mato Grosso do Sul.

FIGURA 16 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DE MS



Fonte: 2ª Aproximação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul.

Todos os indicadores tiveram peso específico para cada conjunto: Indicador de Gestão Administrativa (IGA), Indicador de Sustentação Territorial (IST) e Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS) = Peso 3; Indicador de Circulação Regional (ICR), Indicador de Circulação Nacional (ICN) e Indicador de Circulação Internacional (ICI) = Peso 2; Índice de Responsabilidade Social (IRS) (considerando que parte dele já se encontra embutido em outros indicadores) = Peso 1.

Atualmente a partir da terceira aproximação do ZEE, em escala municipal, haverá continuidade na identificação dessas potencialidades regionais. Conclui-se diante do exposto que a estratégia foi alcançada e deve ser mantida no Plano MS-2040.

Estratégia 4: Disponibilizar infraestrutura para o escoamento da produção

Estratégia 5: Viabilizar a comercialização da produção

As Estratégias 4 e 5 foram analisadas de forma integrada o que permitiu analisar o potencial das novas rotas de exportação pela hidrovía e rodovia bioceânica como elementos de competitividade para o Estado de MS. Constatou-se que de fato, nos últimos anos houve um avanço na infraestrutura para o escoamento da produção o que efetivamente viabilizou a comercialização da produção.

Nessa perspectiva, é inegável que a implementação de um corredor Bioceânico no estado de Mato Grosso do Sul constitui-se como uma possibilidade de desenvolvimento econômico, sobretudo devido ao estado despontar economicamente como um grande produtor de grãos e proteína de origem animal. Além disso, o es-

tado de Mato Grosso do Sul se constitui um território que implementa ações relacionadas ao agronegócio, e as possibilidades de viabilização de uma Rota Bioceânica favorece tanto o fluxo da produção quanto a importação direta de insumos a preços mais competitivos. Impulsionado pelos incentivos fiscais do Programa de Estímulo às Exportações e Importações, via Hidrovía do Paraguai, criado pelo Governo do Estado em 2015, e pelos investimentos públicos para viabilizar a Rota Bioceânica (Brasil-Chile), Porto Murtinho é hoje um dos municípios de Mato Grosso do Sul com maior oferta de oportunidades de desenvolvimento e crescimento econômico. A atração do investimento privado voltado à infraestrutura portuária e as ações de governo para viabilizar a Rota Bioceânica, estão tornando realidade antigos sonhos de integração física e comercial Atlântico-Pacífico. Enquanto o empresariado executa novos terminais portuários, os investimentos públicos chegam a Porto Murtinho para abrir o caminho aos portos do Chile por rodovia. Em 2019, o governo do Estado lançou edital de licitação para implantar o contorno viário, que vai desviar o tráfego pesado do centro da cidade para os novos portos, ao custo de R\$ 28 milhões. O Governo Federal também anunciou a contratação da obra do anel viário, que ligará a BR-267 à ponte a ser construída no Rio Paraguai. E o Paraguai, ratificando acordo com o Brasil, licitou o projeto executivo da ponte, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, ao custo de US\$ 75 milhões, e mantém rigorosamente o prazo da obra de pavimentação da Rodovia Transchaco até a fronteira com a Argentina. A inauguração do primeiro trecho da rodovia transcontinental, em novembro de 2019, foi relevante dentro do macroprojeto do

corredor comercial, onde a infraestrutura logística é fundamental.

Em termos operacionais, o Corredor Bioceânico vai reduzir em 17 dias o trajeto de viagem das commodities de Mato Grosso do Sul até o mercado asiático, embarcando nos portos do Chile, ao invés de usar os portos de Paranaguá (PR) ou de Santos (SP). A ligação transfronteiriça significará maior competitividade do Estado no exterior, fomento ao turismo e desenvolvimento da fronteira. Porto Murтинho e a fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai vão dotar a região em um arrojado sistema intermodal de transporte para escoamento da produção agropecuária, pelo Corredor Bioceânico, até os portos do Chile (Pacífico), e pela Hidrovia do Rio Paraguai, em direção à Argentina (Atlântico). O extremo sudoeste está saindo da condição de fim de linha para centro de uma rota rodo-fluvial que barateia os custos e potencializa a produção primária de Mato Grosso do Sul no competitivo centro consumidor mundial.

Porto Murтинho terá, em dois anos, quatro portos operando na Hidrovia do Paraguai e, até 2023, com a conclusão da ponte e a pavimentação da Transchaco, será o eixo do Corredor Bioceânico. A resposta do setor privado foi imediata com os incentivos do Estado para eliminar os gargalos da hidrovia – retirando a obrigatoriedade da paridade de exportação para grãos, isentando-a, na prática, de tarifa. Com a construção dos novos portos, mais de R\$ 450 milhões serão injetados em Murтинho em dois anos. Somando os investimentos do Estado e da União em infraestrutura, chega-se ao valor expressivo de R\$ 650 milhões.

Um dos maiores exportadores do Estado (1,2 milhão de toneladas/ano de soja e milho), a FV Cereais, com sede em Dourados, investe R\$

110 milhões no terminal, terá capacidade para movimentar dois milhões de toneladas/ano de grãos e açúcar. O grupo também vai importar fertilizantes do Uruguai, de onde já embarcou uma carga experimental de duas mil toneladas em 2018, com valor 8% mais barato em relação ao custo. O grupo investe R\$ 16 milhões na construção de um terminal para estacionamento para rodotrens, com capacidade inicial para 400 caminhões, dobrando na fase seguinte, quando a estrutura vai dispor de hotel com 120 leitos, minishoping e posto de combustível. Situada no km 679 da BR-267, a estação vai regular o fluxo de caminhões aos portos. A capacidade de escoamento fluvial de commodities do município, hoje de 460 mil toneladas/ano, será ampliada para seis milhões de toneladas/ano a médio prazo, segundo cenário desenhado pelo Estado. Em 10 anos será possível aumentar 1,5 milhão de hectares a área plantada.

A AGRAER possui um Centro de Comercialização dos Agricultores Familiares – CECAF, para uso dos agricultores familiares de MS na comercialização de seus produtos hortifrutigranjeiros e cereais em geral. Também desenvolve trabalho de parceria nos municípios para instalação do mercado do produtor e feiras livres.

Conclui-se, portanto, que as estratégias foram alcançadas e que devem ser mantidas em caráter permanente para o fortalecimento das ações vinculadas as essas estratégias.



Foto: Freepik

8. EIXO DA EDUCAÇÃO

Algumas estratégias da Dimensão Social relativas à temática da educação que constam no MS-2020, foram agora contempladas em Eixo específico da Educação sendo relativas à macroprioridades “Alcançar elevados níveis de desenvolvimento social”, e “Eliminar a economia da contravenção e do crime organizado”, que serão detalhadas na análise.

As macroprioridades e as Estratégias comportam uma dimensão com foco na relação de produção. Observou-se que muitas dimensões intrinsecamente ligadas às políticas sociais não são consideradas por esses indicadores.

Considerando-se a políticas sociais como o campo de atuação do Estado para redução das desigualdades sociais, geradas pelas relações sociais e econômicas instituídas, pressupõe-se que as ações das estratégias da dimensão social devem abranger vários elementos que não estão contidos nas macroprioridades e quando estão contidos em suas estratégias um foco superdimensionado na relação do Estado com o setor privado, minimizando a atuação direta do setor público, em especial na dimensão da Educação.

8.1 MACROPRIORIDADE: ALCANÇAR ELEVADOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Estratégia 1: Implantar cursos de capacitação para o trabalho e educação continuada

A partir do relatório do Plano Nacional de Educação (2020), observa-se que houve um aumento nas formações continuadas realizadas pelos professores da educação básica, entre os anos de 2013 a 2019. Além disso, houve muitos cursos de capacitação para o trabalho e educação continuada nas mais diversas áreas do conhecimento de atuação dos professores ao longo do período de 2000-2020, em especial aos professores indígenas.

A síntese descritiva desses cursos e formação continuada estão abaixo apresentados na linha do tempo em que ocorreram.

Síntese descritiva dos cursos de formação continuada no período de 2000- 2020

- **Curso Normal Médio Intercultural Indígena Ará Verá**

2000 – Atual

Curso de formação inicial para professores indígenas do território Etno Educacional - Cone Sul.

- **Capacitação em língua guarani, kaiowá e guarani ñandeva**
2000 – 2000
- **Capacitação em Língua Materna Guarani/Kaiowá para 100 professores - O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Capacitação de Professores**
2003 – 2003
- **Formação Continuada de Professores - FNDE/Convênio 812024/2003**
2003 – 2004
Oferecer capacitação continuada aos professores indígenas em efetivo exercício em escolas localizadas em áreas indígenas de MS. Projeto Político Pedagógico das Escolas Indígenas; Regimento Escolar para Escolas Indígenas; Currículo Escolar para escolas indígenas; Levantamento, estudo, análise e classificação de vocábulos e expressões Guarani/Kaiowá. 83 Participantes.
- **Formação de Professores Indígenas - Fundescola/Convênio 840177/2004**
2004 -2005
Discutir o currículo no contexto da Educação Escolar Indígena, articulando as orientações oficiais às especificidades dos povos indígenas nas várias regiões do país, nas diversas etnias presentes no estado, na perspectiva de interculturalidade e identidade étnica cultural. 180 participantes
- **Curso Normal Médio Intercultural Indígena Povos do Pantanal**
2007 – Atual
Curso de formação inicial para professores indígenas do território Etno Educacional Povos do Pantanal, com oferta de 40 vagas.
- **Formação Continuada de Professores Indígenas/ FNDE nº. 812024/2005**
2005 – 2008
Essa formação teve como foco abordar: Noções de antropologia; O ensino de língua portuguesa como segunda língua no contexto indígena; O português escrito para professores indígenas que possuem a língua indígena como segunda língua; Metodologia da língua portuguesa; Metodologia do ensino de matemática; Etno-matemática. 104 participantes.
- **Formação Continuada Conhecimento em Foco**
2008-2009
Levar os docentes a reflexões relacionadas às atribuições do trabalho cotidiano, por meio de temas relevantes que abordam: o Projeto Político Pedagógico, o Planejamento, a Metodologia e a Avaliação, tendo como suporte o Referencial Curricular, de acordo com os componentes das áreas do conhecimento.
- **Formação Continuada de professores em Educação Ambiental**
2008
A Educação Ambiental faz parte de uma Política Nacional de Educação e por lei, todas as modalidades do processo educativo devem incluir a Educação Ambiental. Partindo de uma propos-

ta do MEC, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), desenvolveu a obra “Educação Ambiental Gotas do Saber: reflexões e práticas”, que foi distribuído no dia da Formação e servi como ferramenta para as escolas colocarem em prática o tema em sala de aula. Para isso, em Mato Grosso do Sul 247 escolas, de 59 municípios, participaram da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Os professores receberam capacitação pedagógica para inserir a temática nas aulas.

- **Formação Continuada em Língua Portuguesa para os Professores dos 1º, 2º E 3º Anos Do Ensino Fundamental.**

2008 -2009

Teve como objetivo promover a qualidade educacional e oferecer aos professores dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental uma Formação Continuada em Língua Portuguesa, proposta que visa ampliar a atuação dos professores do Ensino Fundamental, assegurando condições para a reflexão sobre a prática pedagógica possibilitando a ascensão da educação em toda a rede Estadual de Ensino

- **Programa Escola Ativa**

2008-2013

O Programa Escola ativa teve como objetivo alicerçar os educadores do campo, em salas multisseriadas, em sua prática educativa visando mudar a realidade educacional do campo.

- **Projeto Engenharia no Contexto de Ciência no Ensino Médio**

2008

A Universidade Católica Dom Bosco, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de MS, desenvolveu o Projeto Engenharia no Contexto de Ciência no Ensino Médio inserido no programa PROMOVE do Governo Federal com convênio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

O projeto capacitou professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias de cinco escolas de Campo Grande utilizando kits de Robótica, como importante recurso pedagógico complementar à didática.

- **Colóquio de Matemática da região Centro-Oeste.**

2009-2009

O Evento teve como objetivos a divulgação da Matemática a um público amplo, a formação de recursos humanos na área da Matemática através da divulgação de pesquisa e experiências de ensino e a atualização de conhecimentos na área. O evento possibilitou troca de experiências e formação de redes de pesquisa entre professores e pesquisadores atuantes na região.

- **Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR**

2009-2010

O Programa GESTAR II teve como objetivo oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos finais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de Língua Portuguesa e

Matemática, por meio:

- da melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos nas áreas temáticas de Língua Portuguesa e Matemática.
- do aperfeiçoamento da autonomia do professor na sua prática pedagógica.
- do desenvolvimento de um trabalho baseado em habilidades e competências.
- da atualização dos saberes profissionais por meio de subsídios e do acompanhamento da ação do professor no próprio local de trabalho.

- **I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena: Brasília, Cone Sul MS e Povos do Pantanal**

2009-2009

Conferência que discutiu questões relacionadas a Educação Escolar Indígena em âmbito nacional e regional.

- **Seminário Internacional: Profissão Professor – O Resgate da Pedagogia.**

2009-2009

O Seminário discutiu os temas Pedagogias Eficazes, Alfabetização, Ensino da Língua Materna e Ensino da Matemática com enfoque na visão atualizada sobre as pedagogias e metodologias aplicáveis em sala de aula, com palestrantes de diversos países.

- **Curso de Actualización de Profesores de Ensino de Língua Espanhola – ELE**

2010-2013

Curso Oferecido aos professores das escolas públicas de educação básica do Estado de Mato

Grosso do Sul, na disciplina de língua espanhola, abrangendo os aspectos linguísticos, metodológicos e culturais do idioma, bem como seus respectivos materiais pedagógicos.

Foi oferecido pelo Ministério de Educação e Ciência do Reino da Espanha em parceria com a SED/MS, por meio da *Consejería de la Enbajada de España en Brasil* a qual coloca os professores da rede à disposição do curso, estabelece critérios para seleção, indicando aqueles que frequentarão o curso, bem como participa da elaboração dos planos e programas pertinentes.

- **Formação Continuada em Produções Interativas para professores do 1º ao 5º anos e Coordenadores pedagógicos da Rede Estadual de Ensino.**

2010-2010

A formação continuada em Produções Interativas foi desenvolvida na perspectiva da formação presencial e a distância em serviço, possibilitando aos cursistas conciliar os estudos com a prática pedagógica. A formação realizou-se em dois módulos: um presencial de 12 horas com 3 encontros consecutivos, e outro não presencial de 10 horas, para elaboração e entrega do portfólio.

- **Formação Continuada para coordenadores pedagógicos “O ato de planejar”.**

2010-2010

Formação continuada para coordenadores pedagógicos, professores-coordenadores, técnicos e coordenadores de Núcleos de Tecnologia Educacional realizada

por meio de encontros organizados em nove polos centralizados no município de Campo Grande.

- **Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado de Mato Grosso do Sul**

2010 – Atual

Institui o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **Oficinas Temáticas de Dislexia e Discalculia**

2010-2010

Com enfoque psicopedagógico, foram organizadas na sala de reuniões da SED/MS, 4 turmas em 4 dias diferentes, com 35 vagas para a oferta das oficinas de Dislexia (distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração) e Discalculia (distúrbio ou transtorno específico das habilidades em matemática).

- **Programa Federal Pró-Infantil**

2010

Curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal, destinado aos professores em exercício na Educação Infantil que atuam em creches e pré-escolas da rede pública e da privada e teve como objetivo elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes.

- **Circuito de web conferências “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: formação de professores para a IV CNIJMA”**

2012

Teve o objetivo de formar professores facilitadores para a participação das escolas de Mato Grosso

do Sul na IV Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.

- **Participação na Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas- OBFEP, na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas- OBMEP e na Olimpíada Brasileira Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro**

2015 - Atual

- **SED vai às Escolas**

2015 -2017

Programa de Formação Continuada para os profissionais da rede estadual de Mato Grosso do Sul.

- **Teia da Educação**

2015-2018

Formação que envolveu toda a Secretaria com o objetivo de alinhar as ações da SED com as escolas e a melhoria no processo de aprendizagem dos estudantes.

- **Assessoria Pedagógica a Distância - Anos Iniciais**

2016

O Núcleo de Ensino Fundamental realizou as webs conferências em 64 municípios que têm como público-alvo os professores regentes que atuam nas escolas da Rede Estadual de Ensino que ofertam o 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental. Foram ministradas pelos professores do Núcleo de Ensino Fundamental das áreas de Matemática, Letras e Pedagogia com o objetivo de subsidiar a prática pedagógica e a melhoria do processo de aprendizagem dos discentes.

- **Formação Continuada - “Educação Geográfica: a construção do saber/fazer em sala de aula”**

2016

Na “Educação Geográfica: a construção do saber/fazer em sala de aula” ofereceu formação aos professores do componente curricular de Geografia dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. A formação foi ministrada por três professores do Núcleo de Ensino Fundamental e do Núcleo de Ensino Médio em conjunto com professores do curso de Licenciatura em Geografia da UFMS.

- **Formação Continuada - “A Educação Científica nos anos iniciais do Ensino Fundamental”**

2016

“A Educação Científica nos anos iniciais do Ensino Fundamental” foi oferecida para 263 professores pedagogos que atuam no componente curricular Ciências da Natureza nos anos iniciais do ensino fundamental. Ministrada por dois professores do Núcleo de Ensino Fundamental da área de Ciências da Natureza, teve destaque para alfabetização e o letramento científico com o objetivo de refletir práticas pedagógicas que favoreçam a educação científica para crianças.

- **Formação Continuada - Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para construção do conhecimento**

2016 – 2016

Essa formação atendeu os professores lotados na Secretaria de Estado de Educação, na Coordenadoria de Educação Básica, no

Núcleo de Ensino Fundamental. Com carga horária total de 40 horas divididas em oficinas com presença física (04 horas cada) ao longo do ano. Iniciou-se com a Oficina de Compartilhamentos (ferramentas para compartilhar conteúdo na internet) e em seguida, a oficina “Educar pela Pesquisa por meio de Metodologias Ativas”.

- **Formação Continuada em Educação Ambiental**

2016

A Formação Continuada em Educação Ambiental foi ofertada para 58 professores e 58 estudantes de 29 escolas públicas que participaram da IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.

- **Projeto de Extensão: Currículo e formação de professores: interdisciplinaridade e educação de jovens e adultos à distância. Parceria com a UFMS.**

2018 -2019

Teve como objetivo desenvolver ações de formação em que se promova reflexões sobre a Inter e a transdisciplinaridade na perspectiva da educação interdisciplinar, buscando suplantando práticas tradicionais de formação de professores.

- **Desenvolvimento Socio emocionais de Educadores; Formação Diálogos Socio emocionais**

2019 - Atual

Desenvolver os aspectos sócio emocionais de educadores e educandos

- **Manuais de Orientação às Demandas do Cotidiano Escolar**

2019 - Atual

Os Manuais orientativos foram desenvolvidos para instrumentalizar as escolas, seus gestores e demais profissionais no manejo, atendimento e encaminhamentos de situações da demanda do cotidiano escolar. São nove manuais, cada um com um tema específico: Rede de Atendimento; Bullying; Violência Sexual; Comportamento Autolesivo; Reiteradas faltas; Dependência química; Orientações sobre ameaças; Saúde Mental e Resolução de Conflitos; e Atuação do Psicólogo do Projeto AJA/MS.

- **Projeto Conversas Colaborativas**

2021 – Em andamento

Reuniões com gestores escolares relacionadas às demandas do cotidiano escolar para orientar a condução e encaminhamentos relativos à Rede de Atendimento, Conselho Tutelar, Saúde Mental, Violências e Violações de Direito, Comportamento Autolesivo, Tentativa de Suicídio, dentre outros.

Síntese descritiva dos Cursos de capacitação para o trabalho

- **Cursos Preparatórios para Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.**

2002

Dispõe sobre a instituição dos Cursos Preparatórios para Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio oferecidos nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (Polo) sediados nos municípios de Campo

Grande e Dourados.

- **Programa Jovens Embaixadores**

2002 - 2020

O programa Jovens Embaixadores é uma iniciativa de responsabilidade social da Embaixada dos Estados Unidos, em parceria com instituições públicas e privadas, para jovens da rede pública de ensino que tenham perfil de liderança e consciência cidadã. A proposta é que os participantes se transformem em embaixadores que fortalecerão os vínculos de amizade, respeito e colaboração entre Estados Unidos e Brasil. Por meio deste intercâmbio, os Jovens Embaixadores terão ferramentas para continuar fazendo a diferença em suas comunidades através de projetos sociais.

- **Concurso de Redação do Senado Federal**

2010 – 2010

O objetivo foi contribuir para o processo de formação dos futuros formadores de opinião e eleitores, estimulando-os a refletir sobre a importância do Estado democrático de direito e da participação política para o exercício pleno da cidadania e oferecendo ainda a visão do papel institucional do Senado Federal e demais órgãos integrantes do Poder Legislativo Brasileiro.

- **Programa Parlamento Jovem Brasileiro (Parceria Conselho Nacional de Secretários de Educação)**

2010 - Atual

Esse Programa tem como objetivo propor a vivência do processo democrático, mediante partici-

pação de estudantes em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados. Tem por objetivo possibilitar a estudantes do Ensino Médio das escolas públicas e privadas brasileiras o exercício da cidadania, da representação política, da vivência do processo legislativo e da liderança, por meio de sua diplomação, posse e investidura em mandato legislativo.

- **Programa Parlamento Jovem Sul-Mato-Grossense**

2010 - Atual

O Parlamento Jovem Sul-Mato-Grossense é constituído por deputados (as), eleitos dentre estudantes, em idade própria, do primeiro e segundo ano do Ensino Médio, devidamente matriculados (a) e frequentes nos estabelecimentos de Ensino Público e particular. Tem por objetivo formar e promover a consciência política e a liderança entre Jovens e Adolescentes Sul-Mato-Grossenses.

- **Projeto Educação, Trabalho e Justiça**

2012 - Atual

O Projeto Educação, Trabalho e Justiça, é uma parceria entre a SED e o Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região e desenvolvem ações conjuntas de cidadania no que concerne aos direitos e deveres nas relações de trabalho. Este Projeto visa promover ações educativas que tratem do esclarecimento das funções do judiciário, de apresentar seus atores, divulgar as tantas possibilidades de indicar caminhos para a paz social, através de palestras minis-

tradas por desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho. Alguns temas das palestras são: carteira de trabalho, primeiro emprego, estágio, direitos e deveres do trabalhador/empregador, condições de trabalho e relacionamento interpessoal.

- **Projeto ENGENHAR**

2013

A Universidade Católica Dom Bosco, em parceria com a SED/MS, desenvolve o projeto ENGENHAR em cinco escolas estaduais de Campo Grande (Pe João Greiner, Dr. Arthur de Vasconcelos Dias, José Maria Hugo Rodrigues, Joelina Almeida Xavier e Ada Teixeira) subsidiado pelo FINEP/MCTI. O projeto prevê a implementação do sistema de captação de águas pluviais e construção de horta comunitária na escola Arthur de Vasconcelos e laboratórios de robótica nas cinco escolas envolvidas.

- **Programa de Educação Financeira nas Escolas**

2011

Promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores

- **Justiça Restaurativa na Escola**

2012 – Atual

Projeto desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça de MS com o objetivo de prevenção e resolução de conflitos no ambiente escolar.

- **Programa Jovem Senador**

2012 – Atual

O Programa Senado Jovem Brasileiro conta com a parceria do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação e o apoio das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal estabelecido por um termo de adesão.

- **Projeto “Direitos Humanos em Ação – Vai à Escola” - Parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho - SEDHAST/MS**

2015 – Atual

Oferta de Oficinas - Temas Direitos e Deveres para a Cidadania - acesso à informação e orientações independente de gênero, idade, condição social, credo, raça ou religião

- **Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes**

2021 – Em andamento

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes, para as etapas do ensino fundamental e do ensino médio, em escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Síntese da estratégia:

Destaca-se no período analisado o número de cursos de formação continuada para professores indígenas e para professores nas diversas áreas de conhecimento em todas as etapas de formação da educação básica, fundamental e ensino médio. Da mesma forma, destaca-se o número de cursos ofertados na capacitação para o trabalho.

Ao total foram aproximadamente 60 cursos ofertados ao longo desses vinte anos, e em sua maioria de caráter permanente, o que permite observar que a estratégia foi alcançada. Sugere-se que essa estratégia seja mantida e que contemple maior investimento de orçamento público na ampliação de vagas em instituições públicas na formação de licenciados e qualificação desses cursos.

Estratégia 2: Melhorar a qualidade do ensino fundamental

- **Programa Pró-Letramento**

2009-2010

É um Programa de Formação continuada de professores do Ensino Fundamental, em parceria entre o Ministério da Educação, as Universidades da Rede Nacional de Ensino e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

O Programa tem como objetivo oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem da leitura/escrita e matemática, propondo situações que incentive a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente.

- **Programa da Formação Inicial para professores – PROINFANTIL**

2009-2012

O Proinfantil é um curso em nível médio, a distância, na modalidade normal, destinado aos professores em exercício na Educação Infantil que atuam em creches e pré-escolas da rede pública e privada e tem como objetivo elevar

o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes.

O curso teve duração de 2 anos, 3.200 horas, distribuídas em 4 módulos semestrais de 800 horas cada, e envolveu 581 profissionais de 32 municípios de MS.

- **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID**

2020

É um programa que visa melhorar e valorizar a formação de professores para a educação básica. Em 2020, foram atendidos 360 bolsistas dos cursos de Licenciatura. Em termos de valores foram investidos R\$ 432.000,00 em bolsas de Iniciação à Docência (alunos/as); R\$ 103.275,00 em bolsas para 45 professores supervisores; R\$ 63.000,00 em bolsas para 15 Coordenadores de Área e R\$ 4.500,00 em bolsas para o 1 Coordenador Institucional, perfazendo um total de R\$ 602.775,00.

- **Programa Residência Pedagógica**

2020

Foram investidos R\$ 432.000,00 em bolsas para Residentes (alunos/as); R\$ 103.275,00 em bolsas para 45 professores preceptores das escolas parceiras; R\$ 63.000,00 em bolsas para 15 orientadores da UEMS e R\$ 4.500,00 em bolsas para 1 Coordenador institucional do programa, perfazendo um total de R\$ 602.775,00.

- **Olimpíada de Matemática- OBMEP**

2005 – Em andamento

Estimular e promover o estudo da Matemática no Brasil; Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que o maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade, Promover a difusão da cultura matemática, Identificar jovens talentos, Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional, Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

- **Projeto Parlamento Jovem Sul-mato-grossense**

2005 - Atual

O Projeto Parlamento Jovem Sul-mato-grossense é uma iniciativa da Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet - MS, criada pela Resolução n. 026/2005 e realizada anualmente em parceria com a SED/MS e o Tribunal Regional Eleitoral/MS. O Parlamento Jovem Sul-mato-grossense possui como objetivo estimular a participação política da juventude, vivenciando situações da atividade parlamentar, envolvendo desde uma campanha eleitoral até a elaboração, apresentação e votação de projetos em Sessões Plenárias. Bem como formar e promover a consciência política e a liderança entre jovens e adolescentes sul-mato-grossenses. Assim, espera-se como resultado a compreensão do processo político realizado pelos parlamentares na Assembleia Legislativa de MS.

- **Aprendizagem, Dificuldades de Aprendizagem e suas Implicações Educacionais**

2009-2009

Discutir parâmetros para avaliação, acompanhamento e intervenção no atendimento de crianças que demonstram discrepância entre o desempenho escolar esperado e o real em uma ou mais áreas como a linguagem oral, lida ou escrita, matemática, psicomotricidade e outros tidas como crianças com problemas de aprendizagem

- **Elaboração dos referenciais curriculares do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.**

2007-2019

A construção do Referencial Curricular deu-se início em 2007 com o auxílio dos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul para que tivesse um documento único que subsidiasse as habilidades e conteúdos divididos por ano e por bimestre nas etapas do ensino fundamental e ensino médio.

- **Programa Além das Palavras**

2008-2012

O Programa foi criado dada a necessidade de sistematizar o processo de alfabetização/letramento, proporcionando condições para o sucesso escolar dos estudantes ao término do 2º ano do ensino fundamental. Além da necessidade de viabilizar metodologia e materiais didáticos específicos para o desenvolvimento dos estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental. E finalmente, da necessidade de sistematizar o

processo de formação continuada para os professores e equipe técnica que atuam junto aos anos iniciais do ensino fundamental, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

- **Programa Mais Educação**

2009-2016

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação Inter setorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

- **Projeto Intercultural Escolas bilíngues de fronteira**

2009-2012

O projeto tem como objetivo promover o intercâmbio e o domínio da língua, da cultura e dos costumes dos países do MERCOSUL que fazem fronteira com o Brasil. Uma educação Bilíngue, nesses parâmetros implica conhecimento das diversas culturas, resultando em um ganho intercultural: relações diferentes (intercâmbio), reconhecimento das características e respeito mútuo.

- **Aquisição de acervo para Biblioteca**

2010 -2010

Celebração de Convênio com 14

Escolas da Rede Estadual de Ensino com repasse de R\$ 30.000.00, para aquisição de Acervo Bibliográfico, Discoteca e Filmoteca.

- **Política de Educação e Ensino para o Trânsito de Mato Grosso do Sul**

2010

Instituída em 2006 pela Resolução nº 2.037/SED, desenvolvida em parceria com o DETRAN, Ministério Público Estadual, Conselho Estadual de Trânsito e demais parceiros prevê ações contínuas e inserção no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar de todas as Unidades Escolares do Estado. Fomenta o Fórum de Educação no Trânsito e atualmente encontra-se em fase de aprovação para tornar-se Política de Estado.

- **Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI**

2010-2016

O Programa Ensino Médio Inovador, instituído pelo Ministério da Educação e desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, é uma proposta que visa contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas dos professores e aperfeiçoar as ações das escolas que ofertam o Ensino Médio por meio do PRC – Plano de Reestruturação Curricular do Ensino Médio. A execução das ações pedagógicas contribui para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

- **Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER**

2010

O PROLER tem como objetivo

contribuir, por meio de ações afirmativas, para que sejam criadas condições de exercício da leitura, respeitando-se as diversidades culturais e sociais de um país como o Brasil.

- **Cidades das Letras – I Feira do Livro e da Leitura de Mato Grosso do Sul**

2012 -2012

Proporcionar às escolas a possibilidade de adquirir livros e enriquecer o acervo da biblioteca escolar, além de, junto aos demais cidadãos sul-mato-grossenses, usufruir de momentos culturais, por meio de programações artísticas e de fomento à leitura; concretizar as metas do Plano Estadual do Livro e da Leitura de Mato Grosso do Sul, especificamente ao que se refere os eixos 1 e 4 que tratam, respectivamente, da “Democratização do acesso” e “Apoio à criação e ao consumo de bens de leitura”.

- **Projeto de Aceleração de Estudo**

2012 – 2013

Resultados Alcançados (qualitativo e quantitativo):

Elaboração do Projeto de Aceleração de Estudos, implantação do Projeto na Escola Estadual Padre João Tomes – Três Lagoas/MS.

Realização de 04 (quatro) visitas técnicas para acompanhamento do Projeto e orientação pedagógica e sensibilização com os alunos, na Escola Estadual Padre João Tomes.

Apresentação do Projeto de Aceleração de Estudo e análise de viabilidade de implantação do Projeto nas unidades escolares:

Escola Estadual João Brembatti Calvoso, Escola Estadual Joaquim Murtinho, Escola Estadual Deputado Fernando Corrêa Capiberibe Saldanha.

Municípios atendidos (elencar):
03 – Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas/MS.

Número de Escolas: 04 (quatro) em Ponta Porã/MS – Escola Estadual João Brembatti Calvoso, Escola Estadual Joaquim Murtinho, Escola Estadual Deputado Fernando Corrêa Capiberibe Saldanha, Escola Estadual Nova Itamarati;

02 (duas) em Três Lagoas/MS – Escola Estadual Dom Aquino Corrêa e Escola Estadual Padre João Tomes;

01 (uma) em Ribas do Rio Pardo – Escola Estadual Dr. João Ponce de Arruda.

Setor beneficiado: Coordenadoria de Políticas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental - COPEIEF

Número de participantes/beneficiados: Participantes: 86 participantes: Entre Diretores, Coordenadores de Língua Portuguesa, Matemática, Pedagógicos, Professores e Supervisores de Gestão.

- **Programa Agrinho**

2014 – Atual

Programa de responsabilidade social do Sistema FAMASUL e do Senar, que visa ao despertar da consciência de cidadania por meio do desenvolvimento dos temas transversais, atua em parceria com o Governo do Estado de MS, por meio da SED e, desde fevereiro de 2016, atua na formação de 5.000 professores das esco-

las públicas de 41 municípios de Mato Grosso do Sul com atendimento a 112 mil estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e seus professores.

- **Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA II Renovado**

2015 – 2016

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA II RENOVADO, etapas do ensino fundamental e do ensino médio, da Secretaria de Estado de Educação/MS. Processo n. 29/004389/2015

- **Educação Patrimonial: visitando e conhecendo os museus de Campo Grande**

2016

A SED e a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) realizaram, no mês de maio de 2016, o projeto “Educação Patrimonial: visitando e conhecendo os Museus em Campo Grande”, com o tema “Museus e Paisagens Culturais”. Os museus visitados ao longo de todo o mês de maio, foram o Museu de Arqueologia da UFMS e Museu da Imagem e do Som, Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul, Museu das Culturas, Dom Bosco e do Museu da História da Medicina de Mato Grosso do Sul.

- **Alfabetização Orientações didática 1º ao 3º Ano do ensino Fundamental**

2018 -2020

Realizar estudos e reflexões permanentes, registros e intervenções em diferentes situações de

aprendizagem e em situações de avaliação desenvolvidas por professores e estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, nas escolas que não aderiram ao Programa Mais Educação visando a potencialização da alfabetização na perspectiva do letramento, considerando o fenômeno da heterogeneidade.

- **Projeto de Intervenção da Escola Estadual Eduardo Perez**

2018-2019

Desenvolver ações para a melhoria do rendimento escolar e que promovam a recuperação dos estudantes no processo de aprendizagem, visando o desempenho acadêmico adequado, a redução da reprovação e o abandono e a regularização do fluxo escolar.

- **Currículo do Estado de Mato Grosso do Sul**

2019 – Atual

Redação do Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul para a etapa de ensino médio. Inserido no contexto da Base Nacional Comum Curricular no cenário nacional o Estado iniciou seu processo de escrita do novo referencial curricular. Atualmente o documento já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e se encontra em etapa de revisão.

- **Curso AJA – Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul, na etapa do Ensino Médio e Fundamental - Trajetórias**

2020 – Atual

Atendimento ao público jovem de estudantes de 15 a 17 anos e que estão em distorção de idade-ano 2020

- **Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes**

2021 – Em andamento

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes, para as etapas do ensino fundamental e do ensino médio, em escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

- **Provinha Brasil**

Avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Aplicada duas vezes ao ano, a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização.

Síntese da estratégia

Ao analisar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), constata-se que o índice foi alcançado na 4ª série/5º ano do ensino fundamental, de 2007 a 2019. No entanto, quando analisada a 8ª série/9º ano, os resultados não seguem a mesma trajetória quando comparada a 4ª série. Ao considerar o índice IGMA (Índice de Gestão Municipal Aquila) para a Educação, que avalia os indicadores de expectativa de anos de estudo, analfabetismo 15 anos ou mais, taxa de abandono nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, gasto com educação por aluno por IDEB, resultado IDEB anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, distorção idade-série ensino fundamental e acesso à educação in-

fantil creche, o Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se na situação crítica (46,06), considerando que a escala “em desenvolvimento” inicia-se em 50 pontos. O estado está em situação inferior, quando comparado ao Centro-Oeste (54,29) e ao Brasil (52,96).

Observou-se ao longo do período, a realização de 26 programas relacionados a essa estratégia de Melhorar a qualidade do ensino fundamental, e muitos, em caráter permanente. Sugere-se que essa estratégia seja mantida e que os indicadores das avaliações em larga escala, como Provinha Brasil, sejam utilizados no Plano de Longo Prazo MS-2040, bem como outros indicadores citados acima. Embora os indicadores estejam inferiores à média nacional, o esforço na proposição dos programas apresentados para o avanço nessa estratégia, permite aferir que a estratégia foi parcialmente atendida.

8.2 MACROPRIORIDADE: ELIMINAR A ECONOMIA DA CONTRAÇÃO E DO CRIME ORGANIZADO

Estratégia 1: Ampliar o acesso à educação com qualidade

- **Curso de supletivo do ensino fundamental e ensino médio na modalidade de Jovens e Adultos**

2000 - Atual

Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos Cursos Supletivos do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos e fixa normas para sua operacionalização nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

- **Instituída a Política que dispõe sobre a organização da Educação para Jovens e Adultos na**

Rede Estadual de Ensino

2000 - Atual

Oferta da formação básica do cidadão, mediante: desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo com meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

- **Oferta do Ensino Médio**

2000 - Atual

Atendimento à população sul-mato-grossense, por meio da oferta da etapa final de escolarização básica, com duração mínima de 3 anos, com as seguintes finalidades: consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos

produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

- **Movimento pela alfabetização MOVA - MS**
2001-2006
Programa nacional de alfabetização para jovens e adultos.
- **Criação das Escolas Estaduais Indígenas de Ensino Médio: João Quirino de Carvalho “Toghopanã”; Pascoal Leite Dias; Intercultural Guateka (Dourados); Guilhermina da Silva (Anastácio); Angelina Vicente (Nioaque); Mbo’eroy Guarani Kaiowá (Amambaí); Professor Domingos Marcos (Aquidauana).**
2004 - Atual
- **Projeto EJA Experimental**
Aprova o Projeto Pedagógico dos cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio – EJA/MS –Projeto Experimental da Secretaria do Estado de Educação/MS.”
2005
- **Criação das Escolas Estaduais Indígenas de Ensino Médio: Professor Lúcio Dias; Pastor Reginaldo Miguel – Huyenó’o; Escola Estadual Yvy Poty; Criação da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Cacique Timóteo; Escola Estadual Cacique Ndeti Reginaldo**
2006 - Atual
- **Criação do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP) e Pessoas com Surdez**

(CAS) do Estado de MS;

2006 - Atual

- **Criação do Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva – CEESPI**
2009- Atual
O Centro atende estudantes com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla, Síndrome de Down e outras síndromes matriculados na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul por meio de avaliação, elegibilidade e organização dos serviços de apoio individualizado prestados por professores de apoio especializados na escola, bem como pela organização do Atendimento Educacional Especializado nas Salas der Recursos Multifuncionais. A equipe pedagógica do Centro também presta formação continuada e assessoramento educacional às escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul sobre o processo de inclusão escolar do estudante público da educação especial.
- **Criação dos Núcleos de Educação Especial – NUESPs**
2009 – Atual
O NUESP atende estudantes público da educação especial matriculados na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul por meio de avaliação, elegibilidade e organização dos serviços de apoio individualizado na escola, bem como pela organização do Atendimento Educacional Especializado nas Salas der Recursos Multifuncionais. A equipe ainda presta formação continuada e assessoramento educacional às

escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul sobre o processo de inclusão escolar do estudante público da educação especial.

- **Criação da Escola Estadual Indígena Professor Atanásio Alves**

2010 – Atual

Cria a Escola Estadual Indígena Professor Atanásio Alves, com sede na Aldeia Lalima, no Município de Miranda.

- **Ensino Médio Inovador (Programa Federal)**

2010 - Atual

Programa do Ministério da Educação, oferece apoio técnico e financeiro a redes estaduais de ensino para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino público. A combinação da formação geral, científica, tecnológica e cultural com a prática, além do estímulo a inovações nos currículos estão entre os objetivos do programa.

- **Criação da Escola Estadual Indígena Natividade Alcântara Marques**

2011 – Atual

Cria a Escola Estadual Indígena Natividade Alcântara Marques, com sede na Aldeia Buriti, no Município de Dois Irmãos do Buriti-MS, e dá outras providências.

- **Projeto Pedagógico dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA II e EJA III**

2012 e 2013

Aprova o Projeto Pedagógico dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do ensino

fundamental e do ensino médio – EJA II – MS, da Secretaria de Estado de Educação/MS.

- **Centro de Educação de Jovens e Adultos de Campo Grande/CEEJA e Dourados/ CEEJA**

2014 – 2019

Aprova o Projeto Pedagógico e autoriza o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, do Centro Estadual de Educação Jovens e Adultos de Dourados – CEEJA/MS, com sede no Município de Dourados/MS. Processo n. 29/042379/2014

Aprova o Projeto Pedagógico e autoriza o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, do Centro Estadual de Educação de Jovens Prof^a Ignês de Lamônica Guimarães – CEEJA/MS, com sede no Município de Campo Grande/MS. Processo n. 29/037922/2014

- **Deliberação e Diretrizes da Educação Escolar Indígena – Cone Sul**

2015 – Atual

Fixa normas para oferta da educação escolar indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e define diretrizes para a Educação Escolar Indígena no Território Etnoeducacional Cone Sul

- **Criação do Centro Estadual de Apoio Multidisciplinar Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista - CEAME/TEA**

2016 – 2020

O CEAME/TEA atende estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul por meio de avaliação, elegibilidade e organização dos serviços de apoio individualizado prestados por professores de apoio especializados, na escola. A equipe pedagógica do Centro também presta formação continuada e assessoramento educacional às escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul sobre o processo de inclusão escolar do estudante com autismo.

- **Criação das Escola Estadual Indígenas: Antônio Alves de Barros (Porto Murtinho), Kunã Yruku - Marina Lopes (Japorã)**

2020

Síntese da estratégia

Na série histórica, constata-se que as etapas e modalidades da educação básica analisadas, tiveram no período de 2000 a 2020 variações na taxa de matrícula de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Além disso, vários projetos, programas e ações foram realizados nesse período com o objetivo de fomentar a educação no campo, a educação escolar indígena, a educação especial, ensino fundamental em tempo integral e a plataforma do protagonismo digital, diretamente relacionadas a es-

tratégia de ampliar o acesso à educação de qualidade. Apesar disso, a falta de sistematização dos indicadores derivados dessas iniciativas, não nos permite avaliar a qualidade nesse contexto. Sugere-se que essa estratégia seja mantida e que indicadores que de fato possam medir a qualidade desse acesso sejam propostos e monitorados ao longo dos próximos 20 anos.

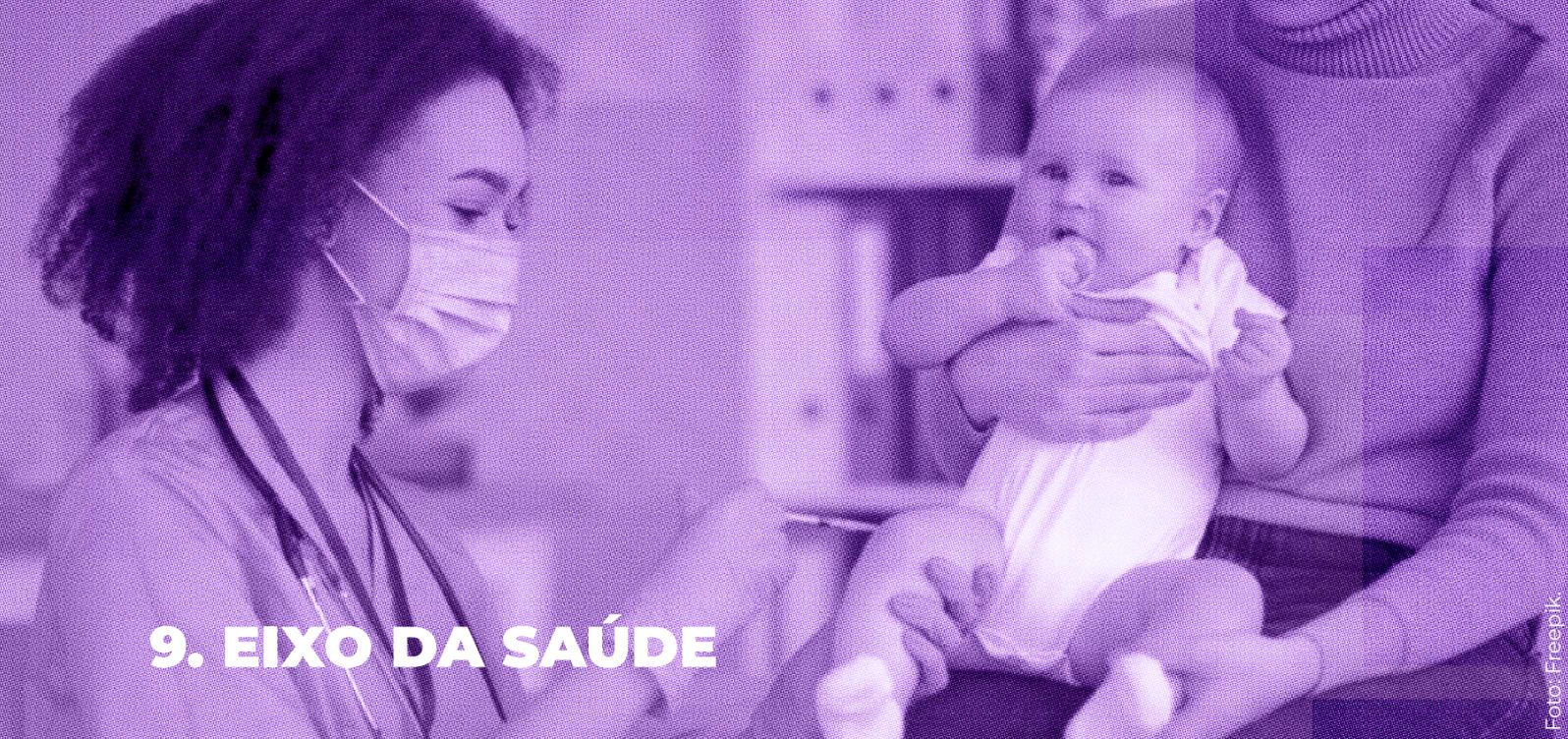


Foto: Freepik

9. EIXO DA SAÚDE

Esse capítulo tem por objetivo analisar as estratégias para Mato Grosso do Sul no período de 2000-2020, com o foco na Dimensão Social que tratam de temáticas relacionadas à Saúde. Desta forma, as estratégias aqui analisadas são referentes a macroprioridade “Eliminar a pobreza absoluta”, detalhadas abaixo.

9.1 MACROPRIORIDADE: ELIMINAR A POBREZA ABSOLUTA

A partir das macroprioridades estabelecidas na Dimensão Social, foram identificados os indicadores relacionados ao Eixo Saúde, referentes as estratégias: 1. Articular programas assistenciais nas áreas de saúde, educação, alimentação e renda familiar para atendimento da criança na escola. 2. Garantir acesso aos serviços básicos de saúde a todos os habitantes e 3. Criar programas voltados para grupos de risco social.

Para articular programas assistenciais nas áreas de saúde, educação, alimentação e renda familiar para atendimento da criança na escola, verificou-se que houve, em nível nacional, a unificação da assistência social no Bolsa Família e seu fortalecimento. O número de bolsas concedidas su-

biu exponencialmente. O estado de Mato Grosso do Sul possui o PNAE, que é um programa do governo federal executado pela AGRAER. Programa executado em forma de projetos, sendo 293 escolas atendidas e 5.2878 agricultores familiares atendidos. A elaboração desses projetos baseia-se na produção estadual da agricultura familiar, com a produção de frutas, legumes e verduras.

Diante da abrangência das estratégias e objetivos propostos na macroprioridade “Eliminar a pobreza absoluta”, somados a dimensão de indicadores e escopo de ações do sistema de saúde no estado e no país, optou-se pela análise dos indicadores relacionados a listagem de Programas, Subprogramas, Projetos e Ações para o curto prazo, relacionados no referido documento listados a seguir, considerando que algumas escolhas foram realizadas levando-se em consideração as recentes publicações e orientações do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Programa Direito à Saúde:

- Subprograma: Educação em Saúde e Cidadania;
- Subprograma: Prevenção, Con-

trole e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis/DST e da Aids;

- Subprograma de Desenvolvimento de Ações Integradas à Política Federal (SUS, Vigilância Sanitária, Cobertura Vacinal, Tabagismo e outros);
- Projeto de Educação em Saúde Bucal;
- Subprograma de Descentralização da Infraestrutura Hospitalar, Hemocentros e Laboratoriais do Estado;
- Subprograma Saúde do Trabalhador;
- Subprograma Saúde Mental.

Programa Saúde da Família:

- Subprograma: Médico da Família;
- Subprograma: Agentes Comunitários de Saúde;
- Subprograma: Saúde da Criança e Aleitamento Materno;
- Subprograma: Saúde da Mulher;
- Subprograma: Saúde do Jovem;
- Subprograma: Saúde da família;
- Subprograma: Materno Infantil;
- Subprograma: de Combate à Morbimortalidade Materno Infantil;

Programa de Políticas da Mulher

A partir da listagem de Programas, Subprogramas, Projetos e Ações elegeram-se alguns indicadores para análise, a partir dos documentos disponíveis, baseando-se especialmente nos indicadores elencados no Sistema de Pactuação Interfederativa de Indicadores.

Análise dos indicadores

O levantamento de dados para a análise dos indicadores, se deu por meio de consulta em plataformas estadual e federal, bem como nos Rela-

tórios anuais de gestão do estado de Mato Grosso do Sul que se encontram disponíveis publicamente.

É importante ressaltar, que houve inúmeras dificuldades na coleta de dados para a análise comparativa dos indicadores, especialmente entre os anos 2000 e 2010, fato este que pode estar relacionado a forma e mudanças nos sistemas de elaboração de indicadores adotados pelo Ministério da Saúde, associados a diversidade e complexidade de informações disponíveis e indisponibilidade de algumas informações no que tange a padronização e temporalidade.

Ao realizar buscas de dados no sistema SARGSUS, foi possível constatar a **inexistência** de relatórios e planos disponíveis, no intervalo de anos entre 2007 a 2010, sob a justificativa:

A informação da situação do Relatório Anual de Gestão, ano 2007, é oriunda da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e segue o fluxo da Portaria GM/MS N° 3.176, de 24 de dezembro de 2008. O SARGSUS foi disponibilizado para estados e municípios, em caráter não obrigatório, em março de 2010. Desse modo, o RAG de 2007 não está disponível em meio eletrônico.

Dados divulgados pelo portal do Governo de Estado de Mato Grosso do Sul [<https://www.saude.ms.gov.br/planejamento/indicadores/>], apresenta informações entre o período de 2017 a 2020.

Dentre os relatórios com indicadores de saúde 1º, 2º, 3º e 4º Quadrimestre, foram apresentados, na sequência abaixo, um demonstrativo de indicadores de saúde do SISPACTO:

1. PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (10 A 49 ANOS) INVESTIGADOS.
2. PROPORÇÃO DE REGISTROS DE

- ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA.
3. PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADOS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO.
 4. RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA.
 5. RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA.
 6. PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E NA SAÚDE SUPLEMENTAR
 7. NÚMERO DE ÓBITOS MATERNOS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA.
 8. COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.
 9. COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA.
 10. PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) E Tríplice Viral (1ª dose) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA.
 11. PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADOS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO.
 12. NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE.
 13. NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS.
 14. PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ.
 15. PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS.
 16. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (MENOS DE 1 ANO DE IDADE)
 17. TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL PRECOCE (0 A 6 DIAS)
 18. TAXA DE MORTALIDADE TARDIA (7 A 27 DIAS DE IDADE)
 19. TAXA DE MORTALIDADE PÓS-NEONATAL (28 A 364 DIAS)
 20. COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF).
- Diante das mudanças de Pactos e sistemas, optou-se por buscar os indicadores disponíveis no SISPACTOS, uma vez que, os indicadores gerados pelo Pacto pela Vida são entre 2007 e 2011. Desta forma, buscou-se por meio de base de dados disponíveis, atender ao levantamento de indicadores sobre os subeixos e pactuação/Estado na dimensão social com foco a saúde (Quadro 02).

Quadro 02 INDICADORES DA DIMENSÃO SOCIAL, ANALISADOS SEGUNDO AS ESTRATÉGIAS, DE ACORDO COM OS SUBEIXOS E PACTUAÇÃO/ESTADO, MS

Estratégias	Subeixos	Pactuação / Estado	U.I
Articulando programas assistenciais nas áreas de saúde, educação, alimentação e renda familiar para atendimento da criança na escola.	Subprograma: Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente transmissíveis/DST e da Aids; (IST)	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	U.1
		Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	
	Cobertura vacinal	Proporção de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança com coberturas vacinais alcançadas.	U.2
		Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade - pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-valente (2ª dose), poliomielite (3ª dose) e tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	
		Coberturas Vacinais	
		Doses aplicadas	
	Projeto de Educação em Saúde Bucal	Taxa de abandono	U.3
		Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	
	Subprograma: Materno Infantil	Taxa de mortalidade infantil (menos de 1 ano de idade)	U.4
		Taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias)	
Taxa de mortalidade pós-neonatal (28 A 364 DIAS)			
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência			
Garantindo acesso aos serviços básicos de saúde a todos os habitantes.	Subprograma: Saúde da família	Número de agentes comunitários de saúde	U.5
	Hanseníase	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes	U.6
	Subprograma: Saúde Bucal	Cobertura de eSB na Atenção Primária à Saúde	U.7
		Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	
	Vigilância Sanitária	Percentual de municípios que executam as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios.	U.8
	Subprograma Saúde Mental	Ações de matriciamento realizadas por caps com equipes de atenção básica.	U.9
	Subprograma de Descentralização da Infra-estrutura Hospitalar, Hemocentros e Laboratoriais do Estado	Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente	U.10
		Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente	
		Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente	
		Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade na população residente	
Proporção de serviços hospitalares com contrato de metas firmado			
Número de unidades de Saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado			
Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente			
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária			

(continuação)

Estratégias	Subeixos	Pactuação / Estado	U.I
Garantindo acesso aos serviços básicos de saúde a todos os habitantes.	Subprograma de Descentralização da Infra-estrutura Hospitalar, Hemocentros e Laboratoriais do Estado	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	U.10
		Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu – 192)	
	Assistência Farmacêutica	Percentual de municípios com o Sistema HORUS implantado	U.11
	Subprograma Saúde do Trabalhador	Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U.12
		Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	
Subprograma: Saúde da Mulher	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	U.13	
	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população		
	Proporção de parto normal no sistema único de saúde e na saúde suplementar.		
Subprograma: Saúde do Homem	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U.14	
	Número de consultas com homens na Atenção Primária		
Criando programas voltados para grupos de risco social.	Programa Bolsa Família	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família (pbf)	U.15

U.I: Unidade de Indicador.

Síntese da estratégia

Os indicadores **U.1 a U.4** foram agrupados na estratégia: Articular

programas assistenciais nas áreas de saúde, educação, alimentação e renda familiar para atendimento da criança na escola.

Quadro 03 ANÁLISE DOS INDICADORES U.1 E U.2 RELACIONADOS COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.1	2020	
Subprograma: Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente transmissíveis/DST e da Aids; (IST)	Programado	Executado
Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	5	2
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	325	240
<i>Dados obtidos dos indicadores e dados básicos de HIV/AIDS e indicadores de saúde pactuados no SISPACTO. Até o ano de 2016 não foram encontrados dados das pactuações, apenas número de casos ocorridos no Estado de MS. A partir de 2017 há dados das pactuações e dos registros dos números de casos. Após o ano de 2010, com a disponibilização do teste rápido de HIV para gestantes pode-se observar nos anos de 2011/2012/2013 um aumento do número de casos. A partir do ano de 2017 até o ano de 2020 com os dados das pactuações e número de casos é possível concluir que o Estado atingiu as metas, mesmo apresentando uma variação do número de casos entre 1 e 5 no últimos 6 anos.</i>		
Indicador: U.2	2020	
Cobertura vacinal ^(A)	Programado	Executado
Proporção de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança com coberturas vacinais alcançadas ^(B)	Não Informado	Não Informado
Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade - pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-valente (2ª dose), poliomielite (3ª dose) e tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada ^(C)	Não Informado	37,97
Coberturas Vacinais ^(D)	Não Informado	Não Informado
Doses aplicadas ^(E)	Não Informado	1.441.941
Taxa de abandono ^(F)	Não Informado	27,26%
<i>(A) Trata-se de indicador pactuado no Sispacto que aparece apenas no relatório de indicadores de 2016. O valor incluído é da % atingida (34,00%) em 2016 que ficou distante do pactuado (75,00%);</i>		
<i>(B) Trata-se de indicador pactuado no Sispacto que aparece nos relatórios de indicadores a partir de 2017 até 2020. O indicador melhorou em 2018, porém decresceu e se encontra longe da meta pactuada (75,00%).</i>		
<i>(C) Dados retirados do DATASUS PNI. Dados do ano de 2014 são parciais. Data de atualização dos dados: 04/09/2019. A Plataforma IVIS contém dados de cobertura e de doses aplicadas de várias vacinas, mas apenas do ano de 2019 para o Estado de MS. http://plataforma.saude.gov.br/cidades/</i>		
<i>(D) Trata-se de indicador pactuado no Sispacto que aparece apenas no relatório de indicadores de 2016. O valor incluído é da % atingida (88,46 %) em 2016 que ficou próximo do valor pactuado (99,36%).</i>		
<i>(F) Trata-se de indicador pactuado no Sispacto que aparece apenas no relatório de indicadores de 2016. O valor incluído é da % atingida (42,00%) em 2016 que ficou distante do pactuado (79,00%).</i>		

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 04 ANÁLISE DO INDICADOR U.3 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.3 76,83% - a meta do sispacto é 78%	2020	
Projeto de Educação em Saúde Bucal	Programado	Executado
Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	78%	76,83%
Único indicador de SB mantido no SISPacto; embora não tenha atingido a meta, o valor ficou muito próximo e vinha ascendendo de 2017 a 2019. em 2020 houve um decréscimo no indicador, podendo ter sido afetado pela pandemia.		

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 05 ANÁLISE DO INDICADOR U.4 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.4	2020	
	Programado	Executado
Subprograma: Materno Infantil		
Taxa de mortalidade infantil (menos de 1 ano de idade) ^(A)	10,53	10,86
Taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias) ^(B)	5,35	5,69
Taxa de mortalidade tardia (7 a 27 Dias de idade) ^(C)	1,61	1,85
Taxa de mortalidade pós-neonatal (28 A 364 DIAS) ^(D)	3,47	3,31
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência ^(E)	28	16

(A) O Estado de Mato Grosso do Sul apresentou uma leve redução na taxa de mortalidade infantil em relação ao ano de 2019, essa redução representa 3,20% na diminuição do óbitos. Essa pequena diminuição foi oportunizada por 31 municípios que reduziram o número de óbitos em comparação ao ano anterior. É de extrema importância a continuidade das ações de monitoramento e vigilância dos óbitos infantis para oportunizar intervenções resolutivas e de qualidade para que possamos reduzir o indicador para um dígito até 2023.

(B) O Estado não reduziu a taxa neonatal precoce tanto na pactuação interfederativa quanto em comparação ao executado em 2019. No entanto o aumento em relação ao ano anterior foi de somente 0,53%. O Mato Grosso do Sul vem mantendo uma linearidade nesse componente, em vista disso é necessário a intensificação das ações nesse componente para melhoria na qualidade da atenção humanizada e qualificada à gestação, parto, nascimento e ao recém-nascido.

(C) O Estado não reduziu a taxa neonatal tardia tanto na pactuação interfederativa quanto em comparação ao executado em 2019. O aumento em relação ao ano anterior foi de 10,77%, porém essa é a menor taxa entre os três componentes da mortalidade infantil, sendo que 64,55% dos 79 municípios não apresentaram óbitos nesse componente. As duas macrorregiões que apresentaram redução não foram capazes de reduzir a taxa estadual.

(D) O Estado reduziu a taxa pós-neonatal tanto na pactuação interfederativa quanto em comparação ao executado em 2019. Em relação ao ano anterior o Mato Grosso do Sul teve uma redução de 14,91% no componente.

(E) Baseado na série histórica do Estado de 2019 a 2020 a média de notificação de óbito materno tem oscilado entre 28 a 31 óbitos registrados no Sistema de Informação de óbito/SIM. Em função desse estudo o Estado pactuou notificar no máximo 28 óbitos maternos. Para cumprir esse indicador em época da pandemia do Covid-19 várias ações foram intensificadas a saber: Reunião do Comitê Estadual de Prevenção do Óbito materno e Infantil de forma virtual, liberação de métodos pela Unidade por 3 meses para cada usuária, e consulta por telemedicina para gestantes de risco habitual e a não interrupção do pré-natal pela unidade de saúde. Com isso tivemos uma redução de 12 casos, ou seja, 57,14%. Na pactuação dos óbitos maternos foi levado em consideração os registros de óbitos dos anos anteriores e municípios que não registravam óbito foi pactuado zero. Os municípios que registram casos de óbitos apontam fragilidades nas condições de vida.

Fonte: SISPACTOS.

Os indicadores **U.5 a U.11** foram agrupados nas Estratégias: Garantir-

do acesso aos serviços básicos de saúde a todos os habitantes.

Quadro 06 ANÁLISE DO INDICADOR U.5 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.5	2020	
	Programado	Executado
Subprograma: Saúde da família		
Cobertura Populacional Estimada pelas Equipes de Atenção Básica ^(A)	79%	80,31%
Número de equipes vinculadas a uma Equipe da Estratégia Saúde da Família ^(B)	Sem informação	629 equipes
Número de agentes comunitários de saúde ^(C)	Sem informação	4.536

(A) No estado de Mato Grosso do Sul a cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no ano de 2001 era de 15,53%, sendo aumentada ano a ano 2002: 27,98%; 2003: 32,80%; 2004: 40,5%; 2005: 43,28%; 2006: 45,26%; 2007: 49,86%.

Já na análise dos anos de 2017, 2018 e 2020 alcançou as metas pactuadas de cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, no entanto, no ano de 2019 a meta pactuada de 78% de cobertura não foi alcançada, chegando a somente 76,94%. No ano de 2020 a meta pactuada foi de 79,00% e o executado 80,31%. Esta meta é diretamente relacionada ao número de equipe de ESF implantadas, ainda significando um desafio para os gestores públicos.

(B) Em 2014 o estado contava com 547 equipes de ESF, com cerca de 1.735.479 pessoas assistidas, o que representa 69,28% de cobertura, já em 2017 com 566 equipes de Estratégia de Saúde da Família implantadas, cobertura populacional estimada de 68%. Em relação aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, em 2017, totalizaram 57 NASF implantados, em 49 municípios. Em 2018 o número de ESF era de 575 equipes, com uma população coberta pela ESF de 1.881.745 pessoas. Em 2020, o Brasil contava com 629 equipes de Saúde da família vinculadas a uma Equipe da Estratégia Saúde da Família. A estimativa da população coberta pelas equipes de Saúde da família na Atenção Básica (AB) era de 2.231.849 pessoas. Desse total, a estimativa de cobertura da população por equipes de Saúde da família vinculadas às Equipes de Saúde da Família (ESF) era de 2.072.461 pessoas. Concluindo-se dessa forma, um aumento de equipes significativo ao se comparar a evolução de número de equipes entre os anos de 2018 e 2020.

(C) No estado de Mato Grosso do Sul, os dados disponíveis apresentam que no ano em 2008 a UF contava com 3.870 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e a estimativa da população coberta pelos ACS era de 2.069.016 pessoas. Já em 2010 contava com 4.192 de ACS e estimativa da população coberta pelos ACS era de 2.230.174 pessoas. Em 2013 com 4.468 agentes comunitários de Saúde e cobertura populacional de 93,45%. Em 2015 e 2016: 4.447 de ACS. E em 2020 contava com 4.536 de ACS. Observando que houve pequena evolução desse indicador.

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 07 ANÁLISE DO INDICADOR U.6 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.6	2020	
	Programado	Executado
Hanseníase		
Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes	75%	82,58%

Sim, faz parte das ações de doenças negligenciadas, embora, sugere-se adicionar indicadores de Tuberculose para redução, em consonância as metas internacionais da End TB (WHO) de redução da Tuberculose em 90% até 2030 e redução de óbitos até 95%. Diversos estudos, tem apresentado dados relevantes de concentração da TB em populações com maiores vulnerabilidades. Entre elas, destaca-se as populações de prisões, onde apresentam extravasamento da TB para comunidade, sendo responsáveis por cerca de 30% nas notificações do estado.

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 08 ANÁLISE DO INDICADOR U.7 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.7	2020	
	Programado	Executado
Subprograma: Saúde Bucal		
Cobertura de eSB na Atenção Primária à Saúde	78%	76,83%
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	Não disponível	Q1:20; Q2:23, Q3:22
<p>(A) Único indicador de SB mantido no SISPacto; embora não tenha atingido a meta, o valor ficou muito próximo e vinha ascendendo de 2017 a 2019. Em 2020 houve um decréscimo no indicador, podendo ter sido afetado pela pandemia.</p> <p>(B) Faz parte dos indicadores Previne Brasil, implicando disponibilização de recursos para as equipes.</p>		

Fonte: SISPACTOS

Quadro 09 ANÁLISE DO INDICADOR U.8 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.8	2020	
	Programado	Executado
Vigilância Sanitária		
Percentual de municípios que executam as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios.	Não disponível	Não disponível
<p>Trata-se de indicador pactuado no Sispacto que aparece apenas no relatório de indicadores de 2016. O valor incluído é da % atingida (88,46 %) em 2016 que ficou próximo do valor pactuado (99,36%)</p>		

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 10 ANÁLISE DO INDICADOR U.9 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.9	2020	
	Programado	Executado
Subprograma Saúde Mental		
Ações de Matriciamento realizadas por caps com equipes de atenção básica.	80% somente para a capital	Não disponível
<p>Considera-se que tal estratégia não possui dados para sua avaliação, bem como, trata-se de uma medida superficial da qualidade da saúde mental da população, devendo ser considerados novos indicadores para este fim e/ou somado novos ao indicador atual, como número de suicídios por região e número de novos atendimentos em CAPS, a fim de realizar melhor constatação da efetividades dos centros de atendimento psicossociais.</p>		

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 11 ANÁLISE DO INDICADOR U.10 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.10	2020	
	Programado	Executado
Subprograma de Descentralização da Infraestrutura Hospitalar, Hemocentros e Laboratoriais do Estado ^(A)		
Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente ^(B)	Não disponível	Não disponível
Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente ^(C)	Não disponível	Não disponível
Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente ^(D)	Não disponível	Não disponível
Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade na população residente ^(E)	Não disponível	Não disponível
Proporção de serviços hospitalares com contrato de metas firmado ^(F)	Não disponível	Não disponível
Número de unidades de Saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado ^(G)	Não disponível	Não disponível
Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente ^(H)	Não disponível	Não disponível
Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu – 192) ^(I)	Não disponível	Não disponível

Os indicadores (A) (B) (C) (D) (E) (F) (G) (H) (I) foram excluído do Sispacto à partir de 2017.

Fonte: SISFACTOS.

Quadro 12 ANÁLISE DO INDICADOR U.11 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.11	2020	
	Programado	Executado
Assistência Farmacêutica		
Percentual de municípios com o Sistema HORUS implantado	Não disponível	Não disponível

Trata-se de indicador pactuado no Sispacto que aparece apenas no relatório de indicadores de 2016. O valor incluído é da % atingida (42,00%) em 2016 que ficou distante do pactuado (79,00%)

Fonte: SISFACTOS.

Quadro 13 ANÁLISE DO INDICADOR U.12 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.12	2020	
	Programado	Executado
Subprograma Saúde do Trabalhador		
Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100%	100%
<p><i>O Estado de Mato Grosso do Sul atingiu a meta pactuada para o ano de 2020. Este indicador contribui para identificação das ocupações que apresentam maiores incidências de agravos relacionados ao trabalho, possibilitando a definição de ações de promoção, prevenção, vigilância e assistência, de forma mais adequada. E, também, subsidia o planejamento das ações de saúde do trabalhador com base nas diretrizes da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O campo ocupação é um campo obrigatório nas fichas das doenças e agravos relacionados ao trabalho e, por isso deveria ser preenchido corretamente em todas as notificações. Em todas as capacitações realizadas sobre doenças e agravos relacionados ao trabalho é destacada a importância das notificações desses agravos no SINAN e, também a relevância de se preencher o campo ocupação que, além de ser um campo obrigatório é de fundamental importância para traçar o perfil dos trabalhadores com maiores incidências de agravos relacionados ao trabalho. O monitoramento dos agravos à saúde do trabalhador é realizado através do SINAN e de orientações aos municípios sobre o indicador. Dos 70 municípios que notificaram doenças e agravos relacionados ao trabalho no ano de 2020, 7 não cumpriram a meta pactuada de 100% de preenchimento do campo ocupação. Os municípios de Camapuã, Douradina, Glória de Dourados, Jateí, Juti, Anaurilândia, Batayporã, Aparecida do Taboado e Brasilândia (municípios silenciosos) não realizaram notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho no ano de 2020. A fonte de informações desse indicador é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Dificuldades do indicador: apesar do campo ocupação se tratar de um campo obrigatório tanto no preenchimento quanto na digitação das notificações de agravos relacionados ao trabalho, ainda assim é deixado em branco por alguns municípios, isso demonstra fragilidade e falha no sistema; para digitar a ocupação nas notificações dos agravos relacionados ao trabalho no SINAN é necessário utilizar a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO que é minuciosamente detalhada, o que dificulta o preenchimento correto da ocupação; o indicador não faz nenhuma observação em relação aos municípios que não realizarem notificações de agravos relacionados ao trabalho no ano. Recomendações para o ano de 2021: realização de reuniões sobre doenças e agravos relacionados ao trabalho, principalmente com os municípios silenciosos e municípios que não atingiram a meta pactuada devido a problemas de preenchimento e digitação das fichas de notificação.</i></p>		

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 14 ANÁLISE DO INDICADOR U.13 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.13	2020	
	Programado	Executado
Subprograma: Saúde da Mulher		
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados ^(A) .	88%	75,25%
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária ^(B) .	0,61 %	0,28%
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população ^(C) .	0,31 %	0,12%
Proporção de parto normal no sistema único de saúde e na saúde suplementar ^(D) .	39,47%	37,97%
Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos ^(E)	Não disponível	Não disponível
<p>(A) Diante da avaliação comparativa de 2019/2020 verificou-se que ocorreu queda no percentual de investigação de 10,64%, sendo que a macrorregião de Corumbá obteve menor crescimento, somente 25,80% dos casos foi investigado, isso traz uma grande preocupação, pode ser que esteja ocorrendo óbitos maternos mascarados entre as mulheres em idade fértil não investigado. Uma das justificativas de queda da investigação se deve a ocorrência da pandemia do Covid-19 que dificultou a investigação dos casos do serviço de saúde.</p> <p>(B) O Estado pactuou a razão de 0,60 exames/ano o que corresponde 60% de cobertura sendo necessária a coleta de 137.185 exames citopatológicos do colo do útero. Ao analisarmos os dados verificamos que foram coletados 63.151 exames, atingindo 46,02% da meta pactuada faltando coletar 74.034 de exames para atingir 100% do pactuado. Fica evidente que a pandemia do Covid-19 comprometeu diretamente o cumprimento do indicador. É preciso pensar em estratégias pós-pandemia de aumento de coleta de preventivo e tratamento e seguimento das alterações celulares, para não ocorrer aumento da incidência e mortalidade do câncer de colo do útero. Vale ressaltar que as atividades de coletas de preventivos na maioria dos municípios voltaram a normalidade a partir da campanha do Outubro Rosa.</p> <p>(C) Quando analisamos as quatro macro fica evidente que as macros de Corumbá e Três Lagoas atingiram o menor índice sobre o pactuado. Fica evidente que a pandemia do Covid19 comprometeu diretamente o cumprimento do indicador. É preciso pensar em estratégias pós-pandemia para aumentar o acesso aos exames de mamografias no grupo de maior risco para câncer de mama. Vale ressaltar que as atividades de coleta de preventivo na maioria dos municípios voltaram a normalidade a partir da campanha do Outubro Rosa onde trabalha as ações de prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.</p> <p>(D) A curva na proporção de partos vaginais apresentou um padrão de redução quanto ao ano de 2019/2020 de aproximadamente 20%. Em 31(39,24%) dos municípios a taxa de parto normal foi superior a do Estado variado de 38,50% a 65,13%, índice considerado aceitável pelo comportamento epidemiológico dos anos anteriores. No entanto, temos 12 municípios abaixo de 20%, ou seja, 80% das mulheres residentes nesses municípios, a via de parto foi cesariana. Nos últimos 30 anos, a comunidade internacional de saúde tem considerado que a taxa ideal de cesáreas seria entre 10% e 15% de todos os partos. Essa taxa surgiu de uma declaração feita por um grupo de especialistas em saúde reprodutiva durante uma reunião promovida pela OMS em 1985, em Fortaleza, no Brasil, e que diz: "Não existe justificativa para qualquer região do mundo ter uma taxa de cesárea maior do que 10-15%". A Rede Cegonha/Saúde Mulher em parcerias com a Sogomat-Sul, movimento de mulheres e meios de comunicação, estão buscando retomar para a mulher a decisão da via parto de sua preferência, após esclarecimento dos riscos e benefícios da sua escolha buscando um aumento de pelo menos 5% ao ano sendo que em 2020 tivemos uma redução quando comparado com 2019. Acreditamos que a pandemia do Covid-19 tenha contribuído com essa redução da via parto normal.</p> <p>(E) Diante da avaliação comparativa de 2016/2019 verificou-se que a meta proposta em capacitar os 79 municípios foram atingidas, conforme o relatório. Porém as metas não aparecem na descrição. Uma das justificativas de queda da capacitação em 2020 se deve a ocorrência da pandemia do Covid-19 que dificultou o contato entre os serviços de saúde.</p>		

Fonte: SISPACTOS.

Quadro 15 ANÁLISE DO INDICADOR U.14 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.14	2020	
	Programado	Executado
Subprograma: Saúde do Homem		
Número de consultas com homens na Atenção Primária	356,22	329,83
<p><i>Diante da avaliação comparativa de 2016/2019 verificou-se que a meta proposta em capacitar os 79 municípios foram atingidas, conforme o relatório. Porém as metas não aparecem na descrição. Uma das justificativas de queda da capacitação em 2020 se deve a ocorrência da pandemia do Covid-19 que dificultou o contato entre os serviços de saúde.</i></p>		

Fonte: SISPACTOS.

O indicador **U.15** foi agrupado na estratégias Criar programas voltados para grupos de risco social.

Quadro 16 ANÁLISE DO INDICADOR U.15 RELACIONADO COM AS ESTRATÉGIAS

Indicador: U.15	2020	
	Programado	Executado
Programa Bolsa Família		
Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família (pbf)	67,74%	47,31%
<p>O Programa Bolsa Família é uma política social de transferência de renda que tem efeito importante na redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, reduzindo a desigualdade social, pois através do acesso a renda os beneficiários possui mais autonomia, poder de compra, melhorando sua qualidade de vida. Neste sentido, acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família é de extrema importância.</p>		

Fonte: SISPACTOS

Considerações finais

Considerando as estratégias em Unidades de Indicadores (U.I), é possível observar que dentre as 15 unidades avaliadas (100%), obtivemos 3 (três) U.I (20%) em que as estratégias foram alcançadas integralmente. Estas unidades, estão relacionadas ao:

- Subprograma: Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente transmissíveis/DST e da Aids; (IST);
- Hanseníase e;
- Subprograma Saúde do Trabalhador.

Um total de 6 (seis) U.I (40%) não alcançaram os indicadores propostos, entre elas estão:

- Cobertura vacinal;
- Projeto de Educação em Saúde Bucal;
- Subprograma: Saúde Bucal;
- Subprograma: Saúde da Mulher
- Subprograma: Saúde do Homem;
- Programa Bolsa Família.

Duas U.I (14%) foram avaliadas em seus indicadores como parcialmente alcançado, sendo:

- Subprograma: Materno Infantil;
- Subprograma: Saúde da família.

Não foram possíveis analisar 4 (quatro) U.I (26%), devido a indisponibilidade de informações.

- Vigilância Sanitária;

- Subprograma Saúde Mental;
- Subprograma de Descentralização da Infra-estrutura Hospitalar, Hemocentros e Laboratoriais do Estado;
- Assistência Farmacêutica.

Quadro 17 SÍNTESE DA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO EIXO DA SAÚDE

Estratégias	Subeixos	Unidade de Indicador	Estratégia foi alcançada?			
			Sim	Não	Parcialmente	Não foi possível avaliar
Articular programas assistenciais nas áreas de saúde, educação, alimentação e renda familiar para atendimento da criança na escola.	Subprograma: Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente transmissíveis/ DST e da Aids; (IST)	U.1	X			
	Cobertura vacinal	U.2		X		
	Projeto de Educação em Saúde Bucal	U.3		X		
	Subprograma: Materno Infantil	U.4			X	
Garantir acesso aos serviços básicos de saúde a todos os habitantes.	Subprograma: Saúde da família	U.5			X	
	Hanseníase	U.6	X			
	Subprograma: Saúde Bucal	U.7		X		
	Vigilância Sanitária	U.8				X
	Subprograma Saúde Mental	U.9				X
	Subprograma de Descentralização da Infra-estrutura Hospitalar, Hemocentros e Laboratoriais do Estado	U.10				X
	Assistência Farmacêutica	U.11				X
	Subprograma Saúde do Trabalhador	U.12	X			
	Subprograma: Saúde da Mulher	U.13		X		
	Subprograma: Saúde do Homem	U.14		X		
Criar programas voltados para grupos de risco social	Programa Bolsa Família	U.15		X		

Fonte: Elaborado pela equipe do Eixo Saúde.



Foto: Freepik

10. EIXO DA GESTÃO PÚBLICA

O Eixo da Gestão Pública contemplou a Dimensão Gerencial formulada no Plano MS-2020, com 05 macroprioridades e suas respectivas estratégias que foram analisadas e são apresentadas.

10.1 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR A CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Estratégia 1: Modernizar os órgãos de arrecadação

O Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados brasileiros significou um importante marco na modernização não apenas da administração fazendária de Mato Grosso do Sul mas de toda a administração pública estadual.

O processo de modernização da gestão prossegue prevendo um maior uso desses conceitos na reestruturação prevista para o início do mandato 2003/2006. Destaca-se também, como produto da reforma administrativa, a substituição da Empresa de Processamento de Dados do MS pela Superintendência de Gestão da Informação (vinculada à Secretaria de Receita e Controle) na condução das políticas relacionadas à Tecnologia da Informação.

Originário do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados brasileiros, o Programa de Modernização da Secretaria de Fazenda (Promosef), significou um importante marco na modernização não apenas da Administração Fazendária de Mato Grosso do Sul, mas de toda a Administração Pública Estadual.

Na primeira fase o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal (Profisco I) entre 2010 e 2016, Mato Grosso do Sul evoluiu em áreas como a virtualização das operações tributárias estaduais (Sistema Público de Escrituração Digital, Nota fiscal eletrônica, Cconhecimento de transporte eletrônico, escrituração fiscal digital), Sistemas Financeiros, Reforma das Agenfas, instrumentos e inteligência para a fiscalização, aprimoramento da gestão e governança da Secretaria. Em 2017, o Profisco II, um projeto de apoio à gestão fiscal dos estados brasileiros que conta com crédito financeiro de organismo internacional para iniciativas de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial.

Síntese da estratégia

Considerando-se o cenário atual, verifica-se por meio dos vários programas criados que estão sendo executadas ações no sentido de modernizar os órgãos de arrecadação.-

Estratégia 2: Reduzir custos

Várias ações para a estratégia de redução de custos, vem sendo realizadas pelo Estado, tais como:

- Prédios do governo estadual de Mato Grosso do Sul vão usar energia solar. Ação pretende reduzir custos e promover a sustentabilidade com investimentos em infraestrutura e eficiência energética.
- Campanha “Governo Consciente” tem como meta reduzir gastos de recursos públicos com custeio (2015)
- A transformação digital, desburocratização e modernização de processos promovida pelo Governo do Estado na Jucems (Junta Comercial de Mato Grosso do Sul) nos últimos anos, fez com que o tempo médio para o empresário sul-mato-grossense abrir uma empresa despencasse da marca de 17 dias em 2015, para apenas 6 horas e 53 minutos em 2020, com espaço para mais avanços em termos de redução de custos, de tempo e de integração em 2021.

Síntese da estratégia

Embora os dados sejam esparsos, acredita-se que de acordo com a tecnologia empregada essa redução deve ser concretizada, mas carece de informações mais estruturadas para avaliar o alcance da estratégia formulada.

Estratégia 3: Divulgar campanhas

de arrecadação

O estado iniciou campanha sobre o ICMS, por meio do cpf das pessoas físicas nas notas fiscais. Decreto N° 15.341, de 23 de Dezembro de 2019. Regulamenta a Lei n° 5.463, de 16 de dezembro de 2019, que institui o Programa Nota MS Premiada, nos termos que especifica. Publicado no DOE n° 10.059, de 30.12.2019.

Síntese da estratégia

Não se conseguiu obter dados mais robustos, mas os programas fiscais implementados ao longo dos anos têm trazido algum reflexo sobre essa estratégia.

Estratégia 4: Articular com outros Estados as mudanças na Lei Kandir e no Fundo de Estabilização Fiscal

Uma das alterações foi o estado do consumidor receber uma parte do ICMS. Para isso, em 2016, o estado de destino da mercadoria ficará com 40% do diferencial de alíquotas e o estado de origem, com 60%. Em 2017, a proporção se inverterá: 60% para o estado comprador e 40% para o estado vendedor. O estado consumidor ficará com 80% em 2018, e a partir de 2019, o diferencial será integralmente cobrado pelo estado de destino.

- Lei n° 13.885, de 17 de outubro de 2019

Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do artigo 1º da Lei n° 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.

- Lei Complementar n° 176/2020,

Derivada do acordo da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO 25, construído de

modo a conferir a mais ampla segurança jurídica tanto ao Poder Executivo federal, como aos demais entes federados envolvidos.

- Criação de uma nova transferência temporária a ser efetivada pela União entre os anos de 2020 a 2037, no montante total de R\$ 58 bilhões, a qual utiliza dos critérios de repartição fixos presente no anexo da lei e variável, dependente do Protocolo do Confaz, consoante requerido pelos Estados na comissão de conciliação.
- A Lei Complementar nº 176/2020 reconhece a implementação da cláusula de cessação e cria a nova transferência de recursos aos Estados, assegurando o interesse de todos os entes federados envolvidos.
- A medida legislativa também altera a Lei nº 13.885/2019, para prever a distribuição adicional de R\$ 4 bilhões a serem descontados da parcela da União referente à receita a ser obtida a título de bônus de assinatura com os leilões.

Síntese da estratégia

Essa estratégia foi alcançada há pouco tempo. Mas ainda existem lacunas a serem preenchidas.

Estratégia 5: Rever a vinculação de recursos aos poderes constituídos

Considerando que os recursos vinculados são com base na constituição estadual, não foram encontradas quaisquer modificações. Boa parte dos recursos já tem sua destinação prevista em lei e a aquisição e implantação dos novos sistemas Financeiros e de Recursos Humanos do Estado que melhoraram o controle e a coor-

denação destas áreas.

Síntese da estratégia

Não foram encontrados dados que permitissem uma análise sobre essa estratégia.

10.2 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR A EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Estratégia 1: Implantar a gestão participativa

Novo Portal de Transparência

Em 2015 com o objetivo de oferecer mais transparência às políticas públicas e ao acompanhamento dos programas e projetos do Estado, o Governo reformulou o seu Portal de Transparência, buscando comparar-se aos melhores existentes no País. De acordo com o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), que mede Eficiência Fiscal e Transparência, com score variando entre 0 a 100, Mato Grosso do Sul com 69,43 apresenta uma performance superior quando comparados a Região Centro Oeste (60,26) e ao Brasil (56,43), ambos considerados desenvolvidos.

Participa MS

Ferramenta desenvolvida de forma inédita em Mato Grosso do Sul, para incentivar os sul-mato-grossenses a participar ativamente da administração pública. Através do www.participa.ms.gov.br os usuários podem direcionar o orçamento para bens e serviços essenciais à população.

Síntese da estratégia

A análise sobre o alcance da estratégia ficou comprometida pela extensão das informações mapeadas por meio digital, muito embora, a par-

tir das entrevistas realizadas, pode-se constatar que esse estratégia tem sido parcialmente alcançada.

Estratégia 2: Articular Estado e Municípios

Governo Presente

Lançado em março de 2020 contemplando os 79 municípios de Mato Grosso do Sul com investimentos de R\$ 4,2 bilhões até 2022, o “Governo Presente” avançou com as entregas de obras em pouco mais de um ano. Agora, o programa volta aos municípios para acompanhar o andamento das obras e pactuar novas prioridades.

Síntese da estratégia

A análise sobre o alcance da estratégia ficou comprometida pela extensão das informações mapeadas por meio digital, muito embora, a partir das entrevistas realizadas, pode-se constatar que esse estratégia foi parcialmente alcançada.

Estratégia 3: Implantar Sistema de Informações Gerenciais

O Estado de MS mantém sistema de informação moderno que serve de modelo para outros estados - O Governo do Estado vem modernizando a área de Tecnologia da Informação não só na parte de equipamentos, mas também de sistemas e procedimentos, com a finalidade de ganhar eficiência e manter o nível de segurança. Procedimentos que tem levado Mato Grosso do Sul ganhar reconhecimento nacional no desenvolvimento de sistemas nas áreas de gestão pública, educação, contábil, tributária e vigilância sanitária.

Em 2015 o estado passa a utilizar novo sistema para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em uma nova linguagem, de forma *web*

online. O Sistema de Planejamento e Finanças desenvolvido e implantado para substituir o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento para Estados e Municípios, cedido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, atendendo a padronização fixada no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, possibilitou a elaboração da proposta orçamentária de 2015 e a terceira revisão do Plano Plurianual de 2012/2015, modificando o processo orçamentário do Estado a partir do exercício de 2014.

Em 2018 Governo inicia implantação de sistema para integrar almoxarifados.

Sistema de Gestão integrada

A partir de 2016, a implementação do sistema de gestão integrada SE Suíte que abrange as diversas áreas da gestão organizacional pública para melhor atender todas as necessidades de gestão do estado do MS. O sistema é composto por módulos específicos, tais como gestão estratégica, de projeto, de processos, documentos e por competências. Principais entregas Módulos implementados: COM (estratégia); PPM (projetos); HDM (gestão por Competências); BPM (processos); ECM (documentos).

Nota Fiscal Premiada

Visa implantar um programa de incentivo ao controle fiscal por parte do próprio consumidor, por intermédio de uma premiação em dinheiro.

ICMS Transparente

Portal ICMS Transparente com a funcionalidade disponibilizada.

Síntese da estratégia

A análise sobre o alcance da estratégia ficou comprometida pela ex-

tensão das informações mapeadas por meio digital, muito embora, a partir das entrevistas realizadas, pode-se constatar que esse estratégia foi alcançada.

Estratégia 4: Incorporar novas tecnologias na gestão pública

Gestão orientada para resultados

Com início em 2015, busca-se intensificar as ações e atividades estratégicas do estado, direcionando a tomada de decisão das lideranças e fomentando a cultura de gestão do estado. O ciclo de monitoramento leva à identificação, ao monitoramento e à avaliação de iniciativas que venham a compor o contrato de gestão e a carteira estratégica de projetos do estado, as principais entregas Transparência nas ações do Estado e prestação de contas à sociedade; Melhoria da gestão pública estadual; Consolidação da gestão gerencial: Planejamento, monitoramento, avaliação e proposição de ações corretivas; Aprimoramento da avaliação dos resultados pactuados; Definição de indicadores qualitativos.

Contratos de Gestão

Com início no ano de 2016, os Contratos de Gestão consistem em acordos assinados anualmente entre o Governador e os Secretários de Estado, nos quais são estabelecidos indicadores e metas a serem atingidos, assim como projetos e processos a serem executados pelos órgãos e entidades. Além disso, avaliações são lançadas anualmente onde são analisados os cumprimentos às metas e iniciativas estabelecidas nos contratos.

Síntese da estratégia

A análise sobre o alcance da

estratégia ficou comprometida pela extensão das informações mapeadas por meio digital, muito embora, a partir desses dados foi possível constatar que a estratégia foi atendida.

Estratégia 4: Reestruturar a gestão pública

Reforma Administrativa

Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Reforma administrativa do Governo do Estado garante economia de R\$ 130 milhões - A reforma administrativa encaminhada para a Assembleia Legislativa. A economia é decorrente da redução de cerca de mil cargos, entre comissionados e temporários, da revisão de contratos com fornecedores e da otimização de espaços físicos.

Conselho de Governança

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul criou, por meio do Decreto nº 14.162 de 22 de abril de 2015, o Conselho de Governança de Mato Grosso do Sul como órgão de instâncias consultiva e deliberativa das políticas públicas, para atuar na coordenação das ações do planejamento, da gestão e das finanças, de forma integrada, com o objetivo de garantir a intersetorialidade, a transversalidade, a integração e a efetividade das ações governamentais.

Escritório de Parcerias Estratégicas

O Governo de Mato Grosso do Sul implementou uma forma inovadora de governança. Um dos pontos importantes diz respeito à criação do Escritório de Parcerias Estratégica. O Decreto nº 14.190, de 19 de maio de 2015, em seu artigo 4º estabeleceu as

atribuições do Escritório de Parcerias Estratégicas do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Detran 100% Digital

Detran-MS lança novo Portal de Serviços Digitais para agilizar atendimentos. Além disso, a partir de 2019 os serviços realizados pela junta comercial de MS passaram a ser 100% digitais, atendendo a Consolidação da Redesim (Junta Digital) simplificando a formalização de empresas.

Papel zero

Implantação do “Papel Zero”, como é conhecido o Processo Administrativo Eletrônico e a utilização do Sistema de Autoria e Gestão de Processo Eletrônicos, adotado pela SED. A iniciativa da Superintendência de Gestão de Pessoas – pioneira em órgãos estaduais do país – foi publicada na Edição n. 9.906 do Diário Oficial do Estado em 20 de maio de 2019.

Profisco 1

O Profisco (Projeto de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil) é o projeto de apoio à modernização e gestão fiscal dos estados brasileiros para iniciativas de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial. Financiado pelo organismo internacional Banco Interamericano de Desenvolvimento, conta com garantia soberana do Governo Federal.

Ocorreu entre 2010 e 2016, quando foi executado o Profisco I, que teve como objetivo promover a integração dos fiscos brasileiros e modernizar a gestão fiscal, financeira e patrimonial dos beneficiários. No Mato Grosso do Sul, o financiamento foi aprovado em 2010, com recursos de R\$ 12 milhões, os quais foram aplicados na moderni-

zação da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), com a implantação da nota fiscal eletrônica.

Na época, o Governo Federal também foi o avalista do empréstimo, com a implantação de projetos voltados ao avanço tecnológico no setor fazendário, em especial a consolidação do Sistema Público de Escrituração Digital, conhecido popularmente como Nota Fiscal Eletrônica. Também houve aumento do controle dos gastos públicos por meio da implantação do Sistema de Planejamento e Finanças, com atendimento às novas normas da convergência contábil, definição de modelo de auditoria para integração do controle interno, aumento de dois para 20 serviços tributários disponibilizados via web. A implantação do projeto proporcionou aumento da satisfação dos contribuintes que avaliaram 80% das agências fazendárias com conceitos bom e ótimo.

Profisco 2

As novas exigências de modernização dos fiscos do Brasil levaram Banco Internacional de Desenvolvimento, com o aval do Governo Federal, a criar o Profisco II. O objetivo principal é aprofundar e consolidar os sucessos alcançados na primeira edição. Para o Brasil serão destinados US\$ 900 milhões, os quais deverão ser aplicados com o objetivo de apoiar a modernização da gestão fazendária, o aperfeiçoamento da administração tributária e da gestão do gasto público nos estados brasileiros.

No Mato Grosso do Sul serão investidos US\$ 47,7 milhões, em cinco anos. O projeto regional tem caráter ambicioso e objetivo de trabalhar transversalmente com modelo de governança desafiador, integrado que pretende uma automação dos processos e indicadores de performance,

gerenciados automaticamente.

Entre as ações do Profisco II estão os estudos sobre Parceria Público Privada, análises sobre os investimentos, revisão da Ageprev (Agência de Previdência do Mato Grosso do Sul) para descobrir a melhor maneira de trabalhar a redução de custos, folha de pagamento, aperfeiçoamento das compras para melhorar os gastos, pagar de maneira mais correta. Também na área tributária, com a busca do atendimento integral ao contribuinte e cobrança do contencioso fiscal.

O foco é manter o equilíbrio fiscal entre receita e despesa melhorando planejamento, orçamento e execução das despesas, diminuindo o gasto da máquina pública com o objetivo de investir cada vez mais na qualidade de vida dos cidadãos sul-mato-grossenses.

Programa MS de Integralidade (PMSI)

O Programa é uma inovação trazida pela Lei Anticorrupção. A criação dele foi publicada no Diário Oficial do Estado pelo Decreto nº 15.222, de 7 de maio de 2019. A criação do PMSI foi publicada no Diário Oficial do Estado pelo Decreto nº 15.222, de 7 de Maio de 2019. Tem como objetivo a excelência da gestão, focado na ética e na prática de condutas corretas dos dirigentes e servidores.

De acordo com o Decreto, a Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (Segov) e a Controladoria-Geral do Estado, conjuntamente, deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à integridade do setor público, mediante a criação e a implantação do PMSI.

O Programa de Integridade também conhecido como “Programa de *Compliance*” é um conjunto de medidas e de ações institucionais voltadas à prevenção, detecção, punição e à remediação de fraudes e de atos de

corrupção, compondo a estrutura de incentivos organizacionais, visando a orientar e a guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público.

De acordo com a publicação, no prazo de 18 meses, a contar da data de publicação do decreto, os órgãos e as entidades públicos estaduais (secretarias, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), deverão aderir ao PMSI, mediante a formalização de um Termo de Adesão pactuado com a Segov e a Controladoria-Geral do Estado.

Fortalecimento do Controle Interno

Lei Complementar Estadual nº 230, de 09 de dezembro de 2016 Regulamenta o disposto no § 2º do art. 82 da Constituição Estadual; dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, e sobre a organização da Carreira Auditoria, integrante do Grupo ocupacional Auditoria, do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo do Estado, e dá outras providências.

Lei Complementar Estadual nº 250, de 13 de agosto de 2018, Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 230, de 9 de dezembro de 2016, que regulamenta o disposto no § 2º do art. 82 da Constituição Estadual; dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, e sobre a organização da Carreira Auditoria, integrante do Grupo Operacional Auditoria, do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 017, DE 27 DE MAIO DE 2019 (atualizada até a Resolução CGE/MS nº 046, de 04 de dezembro de 2020, Aprova o Regimento Interno e o Organograma da Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul.

MS + Simples

Sad + Simples: Simplificação administrativa de processos das áreas de gestão de pessoas, compras e patrimônio.

Síntese da estratégia

A análise sobre o alcance da estratégia fica comprometida pela extensão das informações levantadas por meio digital, pelos dados levantados pode-se aferir que a estratégia foi atendida já que se observa inúmeras ações com objetivos de reestruturação e modernização da gestão pública do MS.

10.3. MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR ALTOS NÍVEIS DE GOVERNABILIDADE E GOVERNO DO ESTADO

Importante destacar que o governo do Estado contempla muitas das macroprioridades do Eixo de Gestão Pública do MS-2020 nas diretrizes estratégicas do PPA 2016/2019 e no PPA- 2020 - 2023, conforme detalhado abaixo:

Lei 4.806/2015 - Plano Plurianual 2016/2019

V - Diretrizes estratégicas - eixo gestão:

- a) promover o desenvolvimento e a valorização dos servidores públicos estaduais;
- b) desenvolver um modelo de gestão participativa, desburocratizada, moderna, transparente e com foco em resultados;
- c) fortalecer a articulação institucional e a política, a fim de destacar Mato Grosso do Sul no cenário nacional e internacional;
- d) garantir a boa gestão dos recursos públicos.

Art. 7º As metas e os valores anuais aprovados por esta Lei serão

reavaliados e atualizados, adotando-se os critérios fixados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamentos Anuais e nas demais legislações pertinentes, editadas durante o período de sua vigência, podendo ser antecipados ou postergados em decorrência do fluxo de ingresso da receita, visando a buscar o equilíbrio financeiro estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Plano Plurianual 2020/2023

III - Diretrizes com resultados diretos à sociedade, mediante o atingimento de objetivos estratégicos, nas seguintes áreas:

- j) gestão pública:
 1. transformação digital;
 2. desenvolvimento e valorização de servidores;
 3. equilíbrio fiscal;
 4. parcerias estratégicas;
 5. integridade e transparência.

Além disso, os Relatórios dos Contratos de Gestão apresentam metas e objetivos claros para cada Secretaria e indicam as ações que foram alcançadas por ano, ao final, mostrando qual o percentual alcançado. A macroprioridade de altos níveis de governabilidade e governo do estado também pode ser relacionada a outros programas desenvolvidos no estado e que impactam não apenas esse objetivo estratégico, tais como: (i) Programa eficiência do gasto e desburocratização; (ii) Programa modernização da gestão de pessoas do poder executivo estadual; (iii) Programa desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores públicos do MS; (iv) Programa de equilíbrio fiscal e gestão de recursos; (v) Programa de apoio ao projeto de modernização da gestão fiscal do estado de Mato

Grosso do Sul-profisco II-MS; (vi) Programa de regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados; (vii) Programa integridade, controle social e combate à corrupção; (viii) Programa estratégico de desenvolvimento; (ix) Programa de governança e gestão; (x) Programa soluções inteligentes em produtividade

Estratégia 1: Integrando os projetos estaduais aos planos regionais e nacionais

Como exemplo, pode-se citar ações do Governo MS relacionados à Segurança Pública, mais especificamente nas áreas de fronteira bem como investimento em infraestrutura, que estão integradas a projetos regionais e nacionais.

Estratégia 2: Articular as representações políticas em torno de interesses comuns

Nesta estratégia, percebeu-se algumas ações do Governo MS como o programa “Governo Presente” e “Caravana da Saúde” que direta ou indiretamente acabaram buscando articular as diversas representações políticas no MS.

Estratégia 3: Articular com o Governo Federal a solução de conflitos internos relacionados às políticas de

desenvolvimento nacionais e regionais

Nesta estratégia não foi possível detectar ações específicas. Ressalta-se que podem ter existido (no período) ações pontuais para solução de determinados conflitos internos.

Estratégia 4: Articular com o Governo Federal planos de colonização e reforma agrária no Estado

Como exemplo, pode-se citar ações conjuntas do Governo MS e do Governo Federal no sentido de entregar títulos de propriedade aos assentados da reforma agrária do MS. Outras iniciativas referentes a reforma agrária foram detalhadas na macroprioridade “Consolidar uma estrutura agrária equilibrada no estado”.

Estratégia 5: Consolidar a posição política do Estado no Centro-Oeste, CODESUL e MERCOSUL

A consolidação do MS nesse cenário vem ganhando expressividade a partir de ações e projetos como, por exemplo, a implantação da Rota Bioceânica e a reativação de vias férreas, que poderão transformar o MS num importante *hub* logístico no cenário nacional e internacional. A Tabela 16 mostra o desempenho do MS em relação a outros estados brasileiros.

Tabela 16 DESEMPENHO DO ESTADO DE MS NO RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS BRASILEIROS

Ano	Classificação no ranking					
	Ranking geral	Infraestrutura	Solidez fiscal	Eficiência da máquina pública	Potencial de mercado	Inovação
2015	9°	16°	5°	11°	3°	9°
2016	5ª	7°	3	12°	7°	10°
2017	5°	5°	16°	12°	4°	9°
2018	7°	9°	20°	13°	9°	12°
2019	5°	5°	12°	8°	4°	8°
2020	6°	6°	15°	11°	8°	5°

Fonte: Ranking de competitividade dos estados.

Síntese das estratégias

Destaca-se que a maior parte dos dados obtidos são dos últimos 10 anos (2011-2020). Foram encontradas poucas informações públicas oficiais de gestões anteriores do Governo do MS (2000-2010). Não foi possível entrevistar pessoas ligadas ao governo para checar determinadas informações encontradas ou buscar informações não encontradas.

Quanto aos objetivos, com base nos documentos consultados, pode-se perceber um esforço do Governo do Estado na busca por atingir os objetivos elencados: “Consolidar altos níveis de governabilidade e governo do Estado”, “Incrementar as prioridades do desenvolvimento socioeconômico” e “Fortalecer a representação política e recuperar a governabilidade”. Não se pôde determinar que esse esforço foi decorrente de atender o que foi planejado no MS-2020 mas diversas ações descritas nos documentos oficiais do Estado acabaram alinhadas com tais macroprioridades.

Quanto às estratégias de curto prazo: “Integrando os projetos estaduais aos planos regionais e nacionais”; “Articulando as representações políticas em torno de interesses comuns”; “Articulando com o Governo Federal a solução de conflitos internos relacionados às políticas de desenvolvimento nacionais e regionais”; “Articulando com o Governo Federal planos de colonização e reforma agrária no Estado” e “Consolidando a posição política do Estado no Centro-Oeste, CODESUL e MERCOSUL”; pode-se afirmar que a ausência de indicadores dificulta a mensuração das estratégias, mas foi possível perceber, nos materiais consultados, diversas ações do Governo MS no sentido de execução de tais estratégias, mesmo que de forma parcial, conforme informações

disponíveis nos sites do governo. Sugere-se a criação de indicadores para monitoramento e acompanhamento das estratégias e objetivos do MS 2040.

10.4. MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR UM ESTADO SOLIDÁRIO COM SISTEMA DE GESTÃO VOLTADO AO BEM-ESTAR SOCIAL

Estratégia 1: Qualificar os recursos humanos

Não se identificou qualquer programa voltado especificamente para a qualificação de servidores, nada que fosse implementado como “programa de governo” ou “programa de estado” para a qualificação efetiva de todos os servidores. De acordo com o relato de uma servidora entrevistada (está atualmente na SEGOV) o Governo do Zeca do PT fez alguns investimentos na capacitação dos servidores, em que foram ofertados na época alguns cursos (inclusive no exterior) para aperfeiçoar a gestão pública.

Um curso de capacitação para servidores foi ofertado na França, mas essa política de capacitar por meio de cursos internacionais se extinguiu no governo seguinte. (Ler o a estratégia 3. Ajustando o quadro de servidores). Apesar da qualificação não ser vista pela servidora como um “programa específico” atualmente existe uma iniciativa de qualificação dos servidores no Estado de MS que ocorre por meio da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (Escolagov).

A Escolagov foi criada em 2000 através da Lei nº 2.155, de 26 de outubro de 2000 e oferece cursos gratuitamente para os servidores públicos do estado de MS (e também para a sociedade civil). São ofertados cursos de especialização lato sensu e diver-

dos cursos relacionados aos processos administrativos dos órgãos públicos. A Escolagov oferece um programa de capacitação continuada do servidor público. O site não oferece informações de quantos servidores já foram qualificados, das áreas que pertencem, etc. Não há indicadores que permitam verificar como a qualificação progrediu desde o ano de 2000.

Síntese da estratégia

Essa é uma estratégia importante e que deve ser melhor estruturada. Embora fique claro que houve algum tipo de qualificação para o servidor, a estratégia não permite conhecer (considerando os dados avaliados) o quanto a qualificação evoluiu e que lacunas precisam ser preenchidas no serviço público de MS.

Sugere-se um plano que identificasse as necessidades dos servidores e um plano de capacitação com base nessas lacunas identificadas. Mensurar a evolução da capacitação com indicadores claros permitirá perceber a melhoria dos recursos humanos no estado. Na forma como está posta a qualificação, parece que a Escolagov oferece cursos e o servidor busca se lhe interessa, não há um programa para os órgãos do estado que leve os servidores a se comprometerem de fato com uma qualificação de forma permanente.

Estratégia 2: Modernizar a máquina administrativa

- Elaboração dos planos plurianuais: Em janeiro de 2014 foi criada uma rede de gestão estratégica, há uma superintendência de Gestão Estratégica. Essa rede monitora desde 2014 o funcionamento do PPA, há reuniões pe-

riódicas do Conselho, reuniões de planejamentos, fóruns e a elaboração de relatórios.

- Governo digital, serviços online para o cidadão: criação do aplicativo MS Digital. Criação do Aplicativo MS Digital que oferece para a população carteira funcional digital, carteira do estudante, Boleto habitacionais da Agência de Habitação Popular de MS. “o MS Digital conta com 80 serviços ativos e 16 mil usuários cadastrados.”
- Serviços online para os servidores: Portal do Servidor MS oferece inúmeros serviços, entre eles, emissão de holerite, atualização cadastral, relatório da vida funcional, informe de rendimentos, margem de consignáveis, etc.
- Elaboração do Mapa Estratégico do Estado: Em 2015 o mapa foi criado para atender o eixo social, eixo estrutural, eixo de gestão, e eixo econômico e ambiental. Os indicadores relacionados ao mapa estratégico ainda não estão disponíveis no site. A gestão estratégica, para os contratos de gestão, é acompanhada pelo sistema SE Suíte. Há portais internos de monitoramento para cada secretaria. A gestão financeira é acompanhada pelo sistema *Qlik view*.
- Reforma administrativa: Estado conta atualmente com 10 secretarias, a partir da reforma administrativa assinada em março de 2017.
- Programa estadual de desburocratização; virtualização de docu-

mentos e-doc: Criação do Comitê Estadual de Desburocratização, pelo Decreto 14.160/2015: instalação do ponto eletrônico nos órgãos do estado (2016); Carta de serviços do usuário (2018); revogação de decretos desatualizados (2021 - Programa Revoga MS

Síntese da estratégia

A estratégia é muito importante e foi claramente alcançada. Embora nem todas as ações estejam necessariamente ligadas ao que se projetou no Plano MS-2020, de fato é possível constatar que houve modernização na máquina administrativa de MS.

Possivelmente esses programas e projetos tenham um acompanhamento mais próximo por meio daqueles que estão na gestão, mas nem pelos sites de transparência é possível identificar dados e indicadores mais precisos sobre essas transformações administrativas da máquina pública.

Há a necessidade de se elaborar indicadores para avaliar a evolução disso que já foi implementado. Essa evolução na máquina administrativa começam aparecer apenas a partir de 2014, isso mostra que algumas implementações feitas desde 2000 podem ter se perdido, mas não significa que nada foi realizado efetivamente.

No relato das servidoras ficou muito claro que muitos dados e documentos foram perdidos, e também alguns projetos foram descontinuados. Além disso, antes os dados eram em arquivos físicos e o que mudou a evidência dessa modernização foi a tecnologia, assim, a evolução desse objetivo estratégico tanto é resultado do plano 2020 (ainda que indiretamente) quanto da evolução tecnológica experimentada a partir de 2000.

Estratégia 3. Ajustar o quadro de servidores

Não há informações quanto ao número de servidores no Estado. Também não há informações sobre o número de concursos públicos realizados pelo Estado.

O quadro de servidores foi ajustado no ano de 2001 por meio de um concurso público (o último realizado pelo Estado) que efetivou em torno de 50 servidores. Esse concurso inclusive pedia nos itens da prova conhecimentos sobre o plano estratégico 2020. Com o passar do tempo muitos servidores foram se aposentando, e os servidores ingressantes no Estado por meio desse concurso foram distribuídos para diferentes órgãos, como por exemplo, SEMAGRO, SEGOV. Na gestão do André Puccineli houve uma incidência forte de terceirização, quando os servidores se aposentavam os serviços eram terceirizados, e nesse mesmo tom, diversos outros serviços foram terceirizados, mesmo que não houvesse aposentadoria de servidores. Alguns setores foram dissolvidos, o setor de geoprocessamento, por exemplo, foi um deles.

Praticamente todo o material dessa época (relacionado aos programas, projetos) foi perdido, pois ficava no computador de um servidor que se aposentou, e pouco tempo depois tudo o que continha no computador usado por ele “foi apagado”. Em uma apresentação realizada pelo Secretário Ridel em 2018 há a informação de que em 2017 haviam 53 mil servidores ativos e 23 mil servidores aposentados (os dados que aparecem no RGF somente informam sobre despesas com folha de pagamento, a apresentação dele ajuda a compreender os números que não aparecem nos relatórios), no entanto, não é possível saber quantos servidores existiam desde 2020 e como esse “ajuste do quadro de servidores” foi de fato realizado pelo Estado.

Síntese da estratégia

Não há clareza se a estratégia foi alcançada. Ajustar o quadro de servidores pode ser um objetivo de cunho muito neoliberal e político se for olhado apenas do ponto de vista de “enxugar” a máquina como um fim em si só. O número de servidores não deve ser reduzido a qualquer custo, é importante um levantamento da necessidade real de redução, não há dados que permitam avaliar que a máquina pública está “inchada”, nem dados que mostrem o que essa redução implica nos serviços públicos que realmente devem ser ofertados pelo estado.

Estratégia 4: Eliminar a superposição de objetivos

Esse objetivo não tem como ser avaliado, pois não se sabe que objetivos estão sendo tratados, e nessa dimensão gerencial não há objetivos sobrepostos.

Síntese da estratégia

Não é possível avaliar essa estratégia objetivamente, pois não está claro que objetivos se sobrepõem.

Estratégia 5: Implantando programa de qualidade e produtividade.

- Gestão por competência: De acordo com o relato da servidora entrevistada (está atualmente na SEGOV) o modelo de gestão por competência foi implantado pela primeira vez no início do Governo do Reinaldo Azambuja, mas não teve sucesso, houveram alguns percalços tanto no planejamento quanto na execução do plano. A política de recursos humanos “se perdeu” e a publicação em diário oficial da pontuação de servidores, por exemplo, foi uma das questões complicadas em relação a esse modelo.

De acordo com essa servidora essa dinâmica de qualidade e produtividade por meio da gestão por competência está passando por nova fase de implantação, que está considerando as falhas do passado. No site oficial do governo sobre a gestão de competência (<http://www.gestaoporcompetencia.ms.gov.br/>) há links para downloads, serviços e informações, mas algumas páginas não resultam documentos para serem consultados, embora o manual do Plano de Gestão do Desenvolvimento Individual - PGDI esteja disponível.

O site permite compreender como o processo de gestão por competência foi estruturado em 3 fases para aplicação no ano de 2016: (i) preenchimento do formulário PGDI para registrar as entregas acordadas; (ii) acompanhamento do servidor (registro pela chefia dos objetivos alcançados pelo servidor); (iii) autoavaliação do servidor e avaliação do chefe imediato. Em cada um dos órgãos do estado foi indicado um gestor responsável para a implementação da gestão por competência.

Síntese da estratégia

Importante pensar na qualidade e produtividade do servidor, no entanto os objetivos e meios para fornecimento dessa qualidade precisam ser discutidos e clareados, assim como o que se chama de produtividade. Sem indicadores claros do que deve ser medido, e do que significa “ser produtivo” inviabiliza a melhoria efetiva do serviço público.

Estratégia 6: Captar recursos para investimentos por intermédio das empresas estatais.

O estado captou recursos de suas estatais. No entanto, não há informações ou dados que permitam

verificar como esses recursos foram investidos pelo Estado.

Síntese da estratégia

Obter investimentos por meio de empresas estatais é uma estratégia importante. O balanço patrimonial do Estado e algumas notícias do governo do Estado sobre o ano de 2018 mostram, por exemplo, que as estatais de MS (MSgás e Sanesul) geraram lucros de mais de 100 milhões em 2018 e que o Estado recebeu mais recursos do que transferiu nesse ano. Em 2020, por exemplo, a Sanesul continua superavitária. Mas não há dados claros sobre quanto aumentou o retorno/investimento das estatais de MS em relação aos anos anteriores, ou quanto de investimento foi aplicado pelo Estado a partir de recursos oriundos dessas estatais, desta forma é preciso definir como esses investimentos foram aplicados e evoluíram ao longo dos anos, é preciso estabelecer indicadores para mensurar esses aspectos.

10.5 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE, EFICAZ E PARTICIPATIVA

Estratégia 1: Fortalecer os órgãos colegiados

Para verificar o atingimento dessa estratégia observou-se os sites das secretarias de governo, pois o fortalecimento dos órgãos colegiados passa pela sua representatividade junto às secretarias. Algumas secretarias apresentam a listagem de seus órgãos colegiados com informações e endereços eletrônicos próprios, em outras secretarias isso não ocorre. Os resultados da pesquisa nos sites está resumido, conforme descrito abaixo:

Site estruturado, possui informação sobre os órgãos colegiados:

- SEDHAST (possui uma coordenação de apoio aos seus órgãos colegiados)
- SEMAGRO
- SES

Somente disponibiliza informação sobre algum órgão colegiado, demais não:

- SED
- SEJUSP

Lista os órgãos colegiados, mas não oferecem informações sobre eles:

- SEINFRA

Não faz referência no site a órgãos colegiados:

- SAD
- SEGOV
- SEFAZ

Síntese da estratégia

O fortalecimento dos órgãos colegiados passa pela publicidade de suas ações e composição, o que faz parte da transparência. No entanto, nem todas as secretarias oferecem informações sobre seus órgãos colegiados vinculados. Por isso pode-se observar que a estratégia foi alcançada parcialmente, não na totalidade.

Estratégia 2: Fortalecer os movimentos populares

Não há uma base de dados que seja possível verificar se houve o fortalecimento de movimentos, tampouco indicadores correlacionados. O que existe é uma central, vinculada a partido político, que concentra muitos movimentos populares.

Outra forma de pesquisar movimentos populares pode ser realizada por temática: ambiental, habitacional e etc. ou por notícias estaduais vinculadas aos movimentos populares. No entanto, também não é possível afirmar se houve fortalecimento.

Buscou-se a partir de iniciativas do governo do estado do MS, àquelas que concedem espaço para ouvir as demandas dos movimentos populares/sociedade. Nesse sentido, a Subsecretaria Especial de Cidadania, que está ligada diretamente à Segov, possui a Subsecretaria de Assuntos Comunitários do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Lei nº 5.304, de 21 de dezembro de 2018, tem por competências:

- a) a integração e a articulação entre os diversos órgãos do Poder Executivo Estadual para atendimento das demandas da sociedade e da comunidade organizada, com vistas à integração institucional e ao aprimoramento das práticas e das políticas públicas estaduais;
- b) o fomento às iniciativas de organização comunitárias, promovendo as articulações necessárias para o permanente aprimoramento das práticas da organização social e comunitária.

Essa subsecretária reativou o Conselho Estadual LGBT, a partir da demanda de movimentos populares.

Síntese da estratégia

Todas as bases consultadas não permitiram avaliar se a estratégia de fortalecimento dos movimentos populares foi ou não alcançada. O que se pode constatar é que o governo estadual está atento a demanda desses movimentos, já que instituiu uma Subsecretaria

para essa finalidade.

Sugre-se que a estratégia seja reestruturada para a representatividade dos movimentos populares nos órgãos colegiados. Dessa forma, espera-se que haja uma articulação da representação no órgão colegiado do movimento popular com os seus pares e demais movimentos semelhantes, o que fortalece a atuação do movimento. Sugere-se fortalecer os órgãos colegiados, por meio de publicidade de suas ações e representatividades.

Estratégia 3: Incentivar o processo de associativismo e cooperativismo

O anuário do Cooperativismo brasileiro apresenta dados sobre o cooperativismo no Brasil. Observa-se que nos últimos oito anos, 2010 (6.652) a 2018 (6.828), o número de pessoas que se uniram ao cooperativismo cresceu 62% e a quantidade de empregos gerados aumentou 43% (OCB, 2021).

Vale esclarecer que houve uma reestruturação dos segmentos do cooperativismo, assim as cooperativas são classificadas em sete diferentes ramos baseados em áreas de atuação: agrícola e pecuária, consumo, crédito, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços, saúde e transporte (OCEMG, 2020). Publicações atribuem a “queda” do quantitativo (Tabela 17) à reorganização do número de ramos do movimento cooperativista nacional.

Tabela 17 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERATIVAS E COOPERADOS EM MS

Nº de cooperativas		Nº de cooperados	
2017	2018	2017	2018
57	58	21.583	21.108

Obs.: Panorama de cooperativismo 2020 ainda não publicado, por isso não foram informados os dados de 2019

Fonte: OCB/MS panorama do cooperativismo sul mato-grossense.

Algumas iniciativas governamentais foram encontradas referente ao cooperativismo:

- Em 2020 o Governo por meio da SEMAGRO, instituiu o Procoop (Programa Estadual de Desenvolvimento e Fortalecimento do Cooperativismo em Mato Grosso do Sul, Decreto nº 15.555, com a finalidade de fomentar um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao fortalecimento das cooperativas no território sul-mato-grossense. Mas, as linhas gerais do programa já estavam em vigor deste 2016, mas sob o formato de Resolução da SEMAGRO.

Entre os objetivos do Procoop estão: estabelecer estratégias para o desenvolvimento da cultura cooperativista em Mato Grosso do Sul, alinhado às ações governamentais; estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo, cooperativismo e na legislação vigente; e ampliar a competitividade e a sustentabilidade das cooperativas do Estado.

Além do Procoop voltado especificamente para as cooperativas, existem outros programas que possuem recursos também destinados aos empreendimentos cooperativistas, como o PRÓ-DESENVOLVE, que foi instituída em 2021. Os recursos do PRÓ-DESENVOLVE serão destinados ao desenvolvimento econômico do Estado, por meio, por exemplo, de subvenção a empreendimentos econômicos produtivos de interesse prioritário, como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas; além de permitir o fomento à implantação e manutenção da infraestrutura de distritos industriais localizados em qualquer município do Estado.

Uma iniciativa que faz menção ao associativismo é o Programa de

Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), com o subprograma de Apoio à Modernização da Criação de Bovinos (PROAPE-Precoce/MS). Em que uma das formas de avaliação do produto se refere ao associativismo. A qualidade do produto é avaliada de acordo com 3 elementos: animal (sexo, maturidade, acabamento e peso), lote (padronização do animal) e processo produtivo (boas práticas agropecuárias, identificação animal, associativismo e sustentabilidade – carbono neutro). O incentivo (dedução de ICMS) ao produtor depende de todas essas variáveis.

Síntese da estratégia

Observou-se que desde 2016 são realizadas ações com o objetivo de fomentar o cooperativismo/associativismo no estado, com a atração de investimentos e cooperativas, “inclusão dessas entidades no conselho da Junta Comercial e os incentivos fiscais às cooperativas de eletrificação rural no Estado”, acesso das cooperativas de crédito ao FCO e implantação do Procoop via decreto (anteriormente Resolução da SEMAGRO).

Não foi possível constatar se a estratégia de Incentivar o processo de associativismo e cooperativismo foi plenamente alcançada. No entanto, pode-se aferir que o governo do estado MS desenvolveu programas e ações para tornar o ambiente favorável ao cooperativismo, com a atração de investimentos e demais ações elencadas anteriormente.



11. EIXO DO MEIO AMBIENTE

O eixo estratégico do Meio Ambiente contempla 05 macroprioridades da Dimensão Ambiental formulada no Projeto MS-2020:

1. Tornar o Estado modelo de conservação ambiental;
2. Consolidar a consciência e a cultura de preservação e conservação ambiental;
3. Consolidar o modelo de desenvolvimento sustentável;
4. Desenvolver o ecoturismo com alta qualidade em acordo com os padrões de excelência;
5. Produzir a inserção de produtos ecologicamente corretos no mercado internacional.

A macroprioridade 4 e o diagnóstico das suas respectivas estratégias foram apresentadas na Dimensão do Turismo dentro do Eixo do Desenvolvimento Econômico. A seguir são analisadas as macroprioridades e respectivas estratégias.

11.1 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR A CONSCIÊNCIA E A CULTURA DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Estratégia 1: Promover a inclusão de noções de educação ambiental e

ecoturismo nos conteúdos do ensino fundamental

A Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS) (Lei 5.287/2018 de 13 dezembro de 2018) prevê desde a capacitação dos professores, até o ensino de boas práticas ambientais a estudantes de todos os níveis, de escolas públicas e particulares de Mato Grosso do Sul. No entanto, Mato Grosso do Sul foi o último estado da federação brasileira a instituir sua Política Estadual de Educação Ambiental. O PEEA foi construído de forma participativa com oficinas em diversas localidades, porém, ao final, dado o seu caráter consultivo de decisão, prevaleceu a proposta do governo de conclusão da minuta de lei da Política Estadual à revelia dos anseios dos educadores ambientais e do que havia sido construído de forma democrática em âmbito estadual

Especificamente, no que tange à Educação Ambiental Formal, destaca-se a participação de crianças e adolescentes das escolas sul-matogrossenses nas cinco edições das Conferências Estaduais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente nos anos de 2003, 2006, 2009, 2013 e 2018. Em 2012, as preocupações acerca da Educação Ambiental nas instituições de ensino

foram materializadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) sob a Resolução CNE/CP nº 02 de 15 de junho de 2012.

Em Mato Grosso do Sul, a edição de 2014 do PDDE Escola Sustentável contemplou com recursos financeiros para atividades de Educação Ambiental com o total de 160 escolas públicas e a última Conferência Estadual, em 2018, teve 150 participantes, entre estudantes e professores. Considerando os colaboradores, membros da CIEA e membros do Coletivo Jovem de Meio Ambiente, o contingente atingiu cerca de 200 pessoas.

Ainda em 2017, impulsionada pelas discussões nacionais, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul estabeleceu para as escolas da rede estadual a Resolução SED nº 3.322, de 13 de setembro de 2017, que dispõe sobre a oferta da Educação Ambiental. De acordo com esta resolução, a EA “é tema integrante do currículo, essencial e permanente da educação formal, e deve estar presente, de forma articulada aos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, em todas as etapas e demais modalidades de ensino, e inserida no Projeto Político Pedagógico” (MATO GROSSO DO SUL, 2017, p.6).

A Resolução enumera os princípios da Educação Ambiental nas escolas, entre os quais: produção e troca de saberes na escola pública, em busca da preservação e conservação de todas as formas de vida e do ambiente que a integram; corresponsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de construção do conhecimento direcionados à consolidação de sociedades sustentáveis; concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o

meio natural, o socioeconômico e o cultural; respeito e valorização das diversidades, dos saberes populares e das identidades culturais tradicionais sul-mato-grossenses no contexto socioambiental; diálogo entre os docentes como procedimento pedagógico para a construção do conhecimento, com vistas à transformação socioambiental.

Para tanto, a Resolução prevê que a formação continuada dos professores para a Educação Ambiental, realizada pela Secretaria de Estado de Educação, deve promover, entre outras coisas, a produção de conhecimento, materiais didáticos, o incentivo à pesquisa e a apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática docente e a cidadania ambiental.

No tocante a consolidação das Políticas Públicas há que se estabelecer o monitoramento e avaliação das estratégias e ações previstas no Programa Estadual de Educação Ambiental, tanto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Educação. Neste sentido, ações como: participação em grupos de estudo e pesquisas; fomento ao ingresso de professores da educação básica em Programas de pós-graduação *stricto sensu*; e Programas de Formação Continuada em serviço podem contribuir para práticas educativas mais participativas, abrangentes, democráticas e inclusivas (MAMEDE *et al*, 2021).

Síntese da estratégia

A estratégia de “Promover a inclusão de noções de educação ambiental e ecoturismo nos conteúdos do ensino fundamental” foi alcançada. Está respaldada na Política Nacional de Educação Ambiental, na Política Estadual de Educação Ambiental e Resolução SED. Há de se avançar,

agora não mais se tratando da inclusão da Educação Ambiental nos currículos, mas do seu fortalecimento.

Estratégia 2: Formar agentes multiplicadores para atuarem em programas específicos

No que se refere a essa estratégia algumas capacitações focadas em programas específicos foram realizadas como:

- Capacitação com a finalidade de orientar o público em geral quanto ao ICMS Ecológico e quais ações são consideradas educativas para serem válidas no ICMS Ecológico;
- Educação Ambiental no Licenciamento: O empreendedor deverá elaborar o Programa de Educação Ambiental de acordo com o “Roteiro para elaboração de Programas de Educação Ambiental (PEAs).
- Projeto Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Este projeto foi realizado no período de 2014 a 2018 e teve como objetivo a divulgação de informações e práticas ambientais sustentáveis e a capacitação de produtores rurais e de gestores públicos nos municípios de Alcinoópolis, Camapuã, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Ladário, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora. Produções desse projeto: cartilha informativa e etc.
- Programa atuação – educação ambiental e coleta seletiva. Contém nas metas campanha educativa e capacitações. Campa-

nhas educativas 5 R’S (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

- Em 2012 foi realizado pelo IMA-SUL e parceiros, o I Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul.
- Em 2019, apesar de ter sido marcado por uma política de governo em âmbito federal ameaçadora à Política Nacional de Educação Ambiental, a partir da extinção do Órgão Gestor e de seu Comitê Assessor, o MS sediou a Oficina do Centro-Oeste de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental (MAMEDE *et al*, 2021).

Síntese da estratégia

A estratégia necessita ser aperfeiçoada no tocante a Política Estadual de Educação Ambiental. Sugere-se a formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não formal.

Estratégia 3: Promover campanhas educativas

No decorrer desses anos, várias campanhas educativas foram realizadas pelo Governo do Estado com o objetivo de consolidar a consciência e a cultura de preservação e conservação ambiental:

- Campanhas Educativas 5 R’S (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar).
- Polícia Ambiental celebra 34 anos com campanha educativa

- PMA lança campanha de educação ambiental para prevenir incêndios
- Ministério Público do Estado e parceiros lançam Campanha de Educação Ambiental
- Sanesul desenvolve projeto de Educação Ambiental em Saneamento no MS

Síntese da estratégia

Existem bons exemplos de campanhas e ações referentes a Educação Ambiental, embora ainda com a necessidade de ampliar a sua abrangência, conforme demonstrado na publicação que analisa a Educação Ambiental no MS (Educação ambiental e os desafios para implementação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul, autoria Simone Mamede *et al*). Sugere-se a promoção de campanhas e ações educativas que contemplem os diversos biomas estaduais (Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Chaco), e não só questões como coleta seletiva, descarte de resíduos e similares.

11.2 MACROPRIORIDADE: PRODUZIR A INSERÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICAMENTE CORRETOS NO MERCADO INTERNACIONAL

Estratégia 1: Investir na pesquisa de tecnologias “limpas”

Observou-se para essa estratégia alguns projetos da iniciativa privada em parcerias com instituições de pesquisa (Senai Biomassa). No entanto, os cortes de recursos financeiros ocorridos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2021, trazem impacto sobre pesquisas e podem ocasionar o não cumprimento da meta do carbono neutro até 2050.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma política de fomento à geração de energia solar, com isenção do ICMS. Além disso, o governo do estado em parceria com o Grupo Energisa, que prevê levar energia elétrica a moradias localizadas em pleno Pantanal sul-mato-grossense, por meio de usinas fotovoltaicas.

Um acordo firmado entre a CAPES e a FUNDECT garantirá pagamento de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para programas de pós-graduação emergentes e em consolidação de Mato Grosso do Sul, com projetos em áreas prioritárias do Estado.

Síntese da estratégia

O investimento da pesquisa contempla recursos financeiros para o financiamento de pesquisa, projetos e bolsas de mestrado e doutorado. Fomento e apoio a entidades, fundações, Fundação MS, FAMASUL e outros. Verificou-se algumas iniciativas nesse sentido. Deve-se vislumbrar para o futuro o fortalecimento desses investimentos.

Estratégia 2: Investir no controle biológico

Com o intuito de fomentar ações que estimulem a adoção de medidas tecnológicas, reduzindo os custos de produção e mitigando impactos ao ambiente e a saúde humana e animal, o Governo do Estado, em 2019, através da Semagro, firmou com 13 instituições, entre associações, conselhos, entidades e instituições de pesquisa, um Termo de Cooperação Técnica para execução do Plano Estadual para Difusão do Manejo Integrado de Pragas no Mato Grosso do Sul. O objetivo é difundir as práticas de manejo de pragas de forma a otimizar o uso de defensivos agrícolas e ainda

incentivar a produção e uso de insumos naturais no controle das pragas das lavouras (AGRAER, 2019).

Outras iniciativas de capacitação, dos técnicos e demais agentes envolvidos nas instâncias de governança do Estado, além de eventos foram realizados. Abaixo apresenta-se algumas dessas iniciativas.

- Técnicos da Semagro, IAGRO e AGRAER fazem curso sobre manejo integrado de pragas em SP em agosto de 2019.
- Fundação MS desenvolve pesquisas e práticas (capacitações em dias de campo e etc) sobre pragas e ervas daninhas no milho e soja. Anualmente a Fundação MS disponibiliza seus principais resultados de pesquisa em dois anuários da série “Tecnologia & Produção”, um para soja e um para o milho.
- O setor de Proteção de Plantas da Fundação MS é responsável pela condução de experimentos nas áreas de Manejo e Controle de Fitonematoides, Manejo e Controle de Doenças, Manejo e Controle de Plantas Daninhas e Manejo e Controle de pragas no sistema soja/milho. PREVINE (Projeto de Enfrentamento à Virose e Enfezamentos).
- Em 2015 realizado Simpósio de fitossanidade.
- Controle biológico de pragas e doenças na agropecuária é tema de Workshop em 2016.
- Pesquisas sobre Controle Biológico realizadas pela Fundação MS são apresentadas em Simpósio – junho de 2017.

- MS elabora programa que incentiva o controle biológico na agricultura. Documento base propõe ações que reduzir uso de produtos químicos e seus impactos ao meio ambiente saúde e animais.
- Governo apresenta proposta do Programa Estadual de Incentivo ao Controle Biológico em MS (2020).

Síntese da estratégia

O controle biológico é uma das frentes do Manejo Integrado de Pragas e é parte da estratégia do Governo do Estado na promoção da agricultura sustentável. Há a compreensão por parte da SEMAGRO de que a utilização de produtos biológicos diminui o uso de produtos químicos, melhorando a rentabilidade do produtor e aumentando a sustentabilidade da produção.

Nessa perspectiva, investir no controle biológico, demanda recursos para pesquisa, projetos e ações em conjunto com diversas entidades, fundações, Fundação MS, FAMASUL e outros. Observou-se a partir do diagnóstico, algumas iniciativas nesse sentido. Deve-se considerar o Programa Estadual de Incentivo ao Controle Biológico em MS, para nortear as ações estaduais para o estabelecimento de estratégias futuras.

Estratégia 3: Implantar sistemas de agroflorestas

A SEMAGRO promoveu nos últimos anos vários eventos com o objetivo de discutir as metas e objetivos para a redução de emissões de carbono e inserir o Estado na condição de estado Carbono Neutro. Nessa perspectiva, vem atuando na elaboração

de políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável da agropecuária. A essas iniciativas somam-se os esforços para a implementação da lei estadual de pagamentos de serviços ambientais e da plataforma de cálculo das emissões de sequestro de carbono.

A Fundação MS conta com um setor de Sistemas de produção integrados, que avalia as interações entre os componentes agrícola e pecuário, bem como seus benefícios e oportunidades de implantação.

De acordo com o último Censo Agropecuário, divulgado em 2017, o estado aparece no topo com a adoção de pelo menos uma das práticas do Sistema Integração Lavoura Pecuária Floresta, com 2 milhões de hectares (AGROLINK, 2021).

Síntese da estratégia

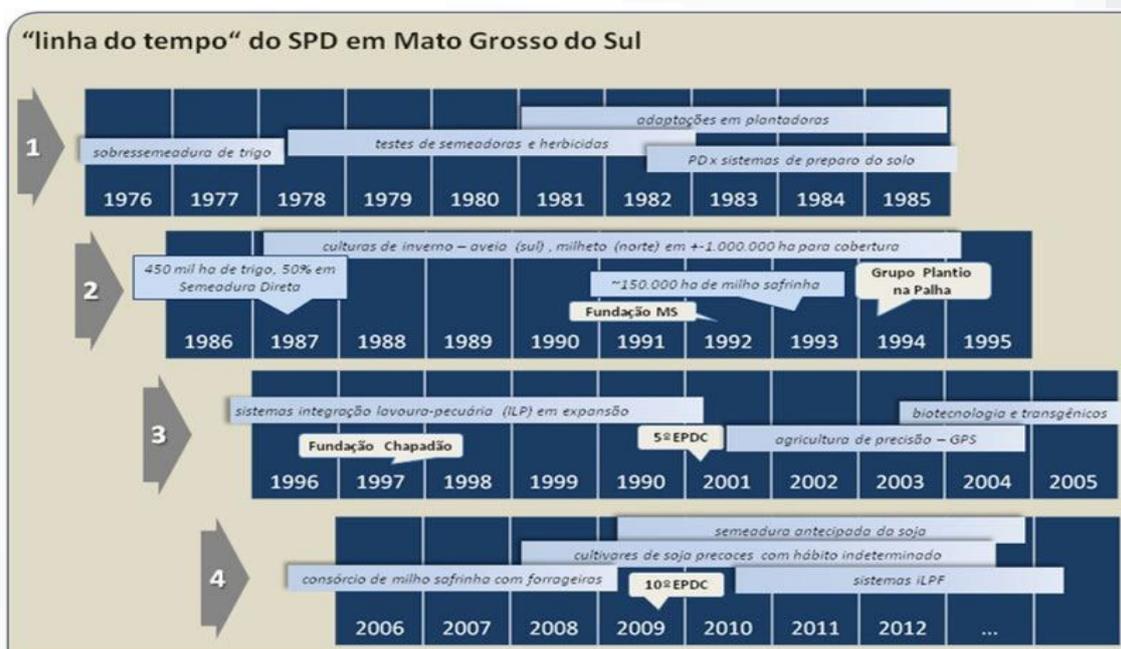
Uma das metas do governo é colocar o estado na condição de estado Carbono Neutro e para isso vem atuando na elaboração de políticas

públicas que garantam o desenvolvimento sustentável da agropecuária, que contempla a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta. No *ranking* brasileiro o estado é líder na Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, área ultrapassa 2 milhões de hectares com tais técnicas.

Estratégia 4: Intensificando o plantio direto

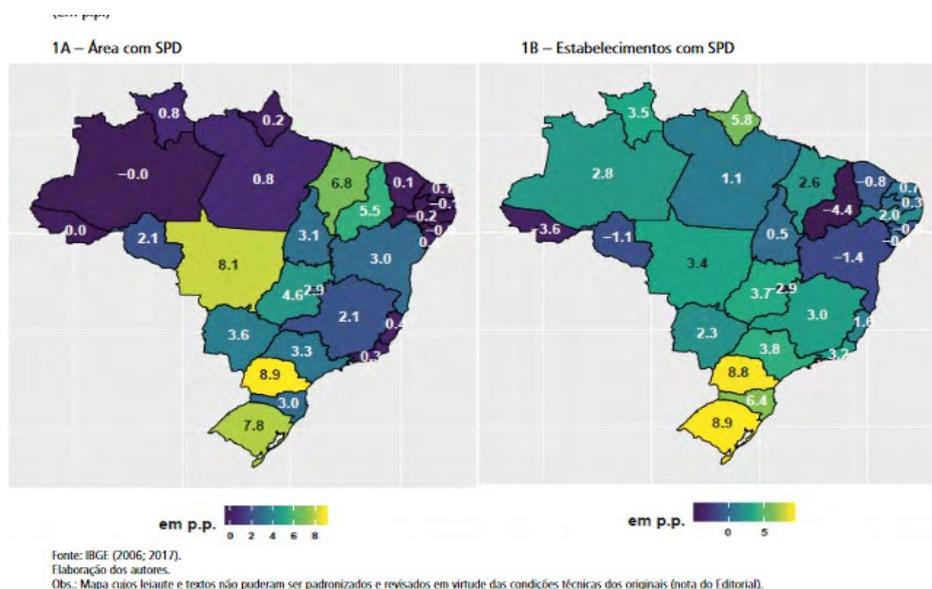
O Estado de Mato Grosso do Sul está entre os estados com maior adoção de sistemas de integração e plantio direto no Brasil. A área no Estado ultrapassa 2 milhões de hectares com técnicas de Integração Lavoura, Pecuária e Floresta e 2,3 milhões com uso de plantio direto na palha. Está entre os cinco que mais adotam o manejo sustentável com o plantio direto (SISTEMAFAMASUL, 2021; AGROLINK, 2021). As Figuras 17 e 18 mostram a evolução histórica na implantação do Sistema de Plantio Direto (SPD) no Estado de MS.

Figura 17 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PLANTIO DIRETO (SPD) EM MS



Fonte: https://www.agrolink.com.br/noticias/artigo--sistema-plantio-direto-e-integracao-lavoura-pecuaria-em-ms_159391.html

Figura 18 DIFERENÇA DA ÁREA COM PLANTIO DIRETO COMO PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL E DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM PLANTIO DIRETO COMO PROPORÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ENTRE OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017 POR UF (EM P.P)



Fonte: https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf

Síntese da estratégia

Houve avanços, o MS está entre os cinco que mais adotam o manejo sustentável com o plantio direto, considerando-se a área. No entanto, comparando os censos 2006 e 2017 o estado do MS aumentou em área de implantação de plantio direto 3,6 p.p. ocupando somente o 7º lugar com crescimento de área de plantio direto. Se faz necessário manter a estratégia para avançar.

Estratégia 5: Incrementar o selo verde

Em 2010, o Estado instituiu a Lei nº 3.951 de 11/08/2010 que dispõe sobre a instituição do Selo Verde aos empreendimentos passíveis de licença ambiental para a proteção e a neutralização de carbono no meio ambiente, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. O Sistema de Selo Ver-

de é destinado a atestar a qualidade e as origens dos produtos quanto aos cuidados com a proteção e a neutralização de carbono no meio ambiente.

No artigo 4º está disposto que o Selo Verde não é obrigatório, sendo concedido apenas mediante o interesse do produtor em atestar para o consumidor nacional ou internacional que o produto comercializado cumpriu, em todas as suas etapas de produção, as normas legais e os preceitos técnicos necessários à proteção ambiental, o não comprometimento da qualidade de vida atual e futura.

O Conselho Estadual de Controle Ambiental será responsável por fiscalizar, uniformizar e aferir os critérios e padrões exigidos para a concessão do Selo Verde. A UEMS integra esse conselho desde novembro de 2020, com a representação docente de Vinícius de Oliveira Ribeiro como titular,

Elói Panachuki e Walter Guedes da Silva como suplentes por um mandato de dois anos.

Síntese da estratégia

Como resultados desse diagnóstico foram encontradas algumas iniciativas municipais na implantação do selo verde. No entanto, a estratégia de “incrementar” o selo verde na esfera estadual foi descontinuada, apesar da Instituição da Lei em 2010.

11.3 MACROPRIORIDADE: TORNAR O ESTADO MODELO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Estratégia 1: Implantar programas de recuperação por microbacias hidrográficas

O governo do Estado instituiu o Programa Estadual de Conservação do Solo e Água e criou a Câmara Técnica específica para cuidar dessas ações, envolvendo gestores estaduais, municipais, produtores rurais e representantes da sociedade civil. Só na região de Bonito, que teve um grave problema de descontrole ambiental no fim de 2018 e que ameaçou a transparência das águas de seus rios, atrativos turísticos famosos no mundo todo, a Câmara Técnica de Conservação do Solo e Água acompanha a implantação de 68 projetos de intervenções em 73 propriedades que englobam 93.755 hectares, todos visando reverter ou prevenir processos erosivos que poderiam causar sérios danos ambientais. Em janeiro de 2020, mais uma etapa do Programa de Manejo e Conservação de Água e Solo, em microbacias - da Bacia do Rio Paraná - foi cumprida pela Semaagro com a aquisição 14 tratores, duas pás-carregadeira, 14 terraceadores (modelo de arrasto) e uma máquina esteira, através de acordo assinado

dentro do processo de privatização da CESP (Companhia Energética de São Paulo). O governo do Estado garantiu R\$ 50 milhões em recursos para investimentos em ações de conservação ambiental em Mato Grosso do Sul. Desses, R\$ 25 milhões serão aplicados especificamente no desenvolvimento de programas de microbacias na bacia hidrográfica do Rio Paraná.

- Programa Estadual de Recuperação de Solo e Água em Microbacias Hidrográficas de Mato Grosso Do Sul 2019/2022 – SEMAGRO

Síntese da estratégia

O Estado avançou nas ações para o cumprimento da estratégia. Alcançou parcialmente a estratégia, que necessita ser mantidas para continuidade da política do Estado.

Estratégia 2: Integrar o Poder Público e a sociedade na gestão das microbacias

A política estadual de recursos hídricos, tem no Comitê Estadual de Recursos Hídricos o órgão máximo de gestão. Composto em proporções iguais por representantes do setor público, sociedade civil e usuários, o Comitê tem a incumbência de decidir e disciplinar o uso da água. Como órgãos auxiliares há os comitês das bacias do Miranda, Ivinhema e Santana/Aporé e o Comitê do Paranaíba, que é federal, além do GAP (Grupo de Acompanhamento do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai).

A criação da Câmara Técnica de Conservação de Solo e Água foi publicada na edição do dia 16 de maio de 2019 do Diário Oficial do Estado. Está contida na Resolução “P” Semagro N. 045 e atende ao previsto no Decreto nº 15.197 de 21 de março de 2019, que “disciplina o procedimento de apresentação do Projeto Técnico de Ma-

nejo e de Conservação de Solo e Água para atividades que demandem ações de mecanização de solo nas Bacias de contribuição do Rio da Prata e do Rio Formoso, nos municípios de Jardim e Bonito”.

O decreto estabeleceu a rotina de apresentação e de aprovação do Projeto Técnico de Manejo e de Conservação de Solo e Água, para obtenção de Declaração Ambiental atestando a conformidade para a realização de trabalhos de mecanização de solos, compreendendo aração, gradagem, subsolagem, entre outros, com vistas à renovação ou à recuperação de pastagens e à implantação de lavouras perenes ou temporárias e de outras atividades de movimentação de solo na Bacia de Contribuição do Rio da Prata e do Rio Formoso, nos municípios de Jardim e Bonito.

A Câmara Técnica de Conservação de Solo e Água é vinculada à SEMAGRO e tem como atribuição a emissão de pareceres e de recomendações técnicas acerca do Projeto Técnico de Manejo e de Conservação de Solo e Água. A Câmara é composta por representante e suplente da Semagro, AGRAER, IMASUL, Agesul, FAMASUL, Fundação MS, Embrapa, Prefeitura Municipal de Jardim, Prefeitura Municipal de Bonito.

Síntese da estratégia

Há três Comitês de bacias hidrográficas que atuam no Estado desde 2002, que tem feito o papel de integrar o Poder Público e a sociedade na gestão das microbacias. Essa é uma estratégia que deve ser mantida de forma permanente para avançar na gestão dos recursos hídricos do Estado.

Estratégia 3: Otimizar o sistema de tratamento e destinação final do lixo urbano e rural

Lei nº 7.862 de 19/12/2002

Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

Lei nº 2.263 de 16/07/2001

Dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, no Estado de Mato Grosso do Sul; cria o Conselho Estadual de Saneamento, e dá outras providências.

Plano Estadual de Resíduos Sólidos de MS (PERS), SEMAGRO, 2020

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Mato Grosso do Sul – PERS-MS - é fruto do Contrato de Repasse nº 764007/2011/MMA/CAIXA, celebrado entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Caixa Econômica Federal. A sua elaboração foi coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO e contou com o apoio técnico do Instituto de Meio de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Este Plano foi elaborado pela empresa Deméter Engenharia Ltda., contratada mediante processo licitatório para este fim.

A gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos são temas em destaque no Brasil, sendo objetos de políticas públicas, programas governamentais de incentivo à execução de obras e elaboração de instrumentos de planejamento, bem como assunto de muitas discussões técnicas, socioeconômicas, políticas e burocráticas.

Neste âmbito, cabe mencionar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece um conjunto de diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos.

Este dispositivo legal, em conjunto com seu respectivo decreto regulamentador, busca permitir o fortalecimento da capacidade gerencial e de planejamento relacionada à prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, tornando-os mais eficientes e, conseqüentemente, promovendo um ambiente equilibrado e salutar para a população brasileira. Para tanto, coeentemente, estabelece-se a importância de elaboração de instrumentos de gestão específicos, dentro os quais se destacam o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, os Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS-MS) e os Planos Intermunicipais e Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

O PERS-MS se consagra como um importante instrumento de planejamento, embasado em sólido diagnóstico e na prospecção da geração das diversas tipologias de resíduos sólidos, contemplando a proposição de alternativas de gestão associada, bem como um rol de diretrizes, estratégias, objetivos, metas, programas, projetos, ações, orientações técnicas para sua operacionalização, mecanismos de monitoramento e acompanhamento, composição de custos orientativos para efetivação do planejado e direcionamento acerca de possíveis fontes de recursos financeiros. A quantidade supracitada de informações contidas no Plano se traduz em dois volumes densos, tanto em meio físico quanto em meio digital, servindo, portanto, de significativa fonte de dados para utilização técnica em situações que requerem determinada especificidade na área de resíduos sólidos.

Síntese da estratégia

O PERS elaborado em 2020 é um documento que traz as diretrizes, estratégias e metas para otimizar o

sistema de tratamento e destinação final do lixo urbano e rural a curto, médio e longo prazo, o que corrobora com a estratégia supracitada. No entanto, informações e indicadores para essa análise não estão sistematizadas, de modo que seja possível avaliar o quanto desse processo já foi alcançado. Sugere-se substituir essa estratégia por aquelas descritas no PERS que contem o detalhamento do diagnóstico situacional do Estado.

Estratégia 4: Dotar de infra-estrutura operacional o sistema de fiscalização

Como ação Integrada de fiscalização nos órgãos de competência do governo do Estado, a tecnologia é a principal aliada do IMASUL na fiscalização e combate ao desmatamento ilegal. Imagens feitas por satélite e com nitidez que aproxima o ambiente a uma distância de meio metro permite que se compare a cobertura vegetal de uma área com registros anteriores. Havendo alteração para menor e sem a autorização ambiental para supressão vegetal, os fiscais vão ao local e o proprietário é passível de multa e ainda terá que replantar a área desmatada, caso pertença à reserva legal ou Área de Proteção Permanente.

Com o incremento dessa tecnologia, foi possível constatar que só em 2020, houve desmatamento ilegal de 2.214,31 hectares em várias regiões do Estado, o que resultou em autuações no valor de R\$ 2.408.300,00. Esse trabalho de fiscalizar e autuar é feito em convênio com a Polícia Militar Ambiental, que está presente em todo Estado e tem uma importância fundamental como aliada no combate aos crimes ambientais.

O marco zero da cobertura vegetal do Estado é 2017, quando foi adquirido o banco de imagens com alta

resolução. Antes, já se utilizavam fotos de satélite para fazer o comparativo das áreas com os mapas apresentados pelo proprietário nos processos de licenciamento ou quando chegavam denúncias de desmatamento. Porém a resolução era baixa, à distância de 30 metros. No Pantanal, ainda era mais complicado porque não é fácil diferenciar a vegetação nativa com a exótica quando a aproximação da imagem é de 30 metros.

As imagens de alta resolução resolvem o problema. Elas servem de base para comparar com imagens capturadas dos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que são renovadas a cada mês. Havendo diferença na cobertura vegetal, os fiscais vão até a propriedade para fazer a verificação *in loco*. Isso também acontece em processos de licenciamento para supressão vegetal. Esse trabalho antes era feito de forma manual, com fitas métricas percorrendo extensas áreas a cavalo ou a pé. Agora outra solução tecnológica – o drone – aumentou em muito a precisão e reduziu o tempo da análise. O que podia demorar até três dias agora é feito em meio dia.

Imagens são arquivos pesados e precisam de computadores potentes e softwares -apropriados para manuseá-las. O IMASUL precisou, portanto, investir em equipamentos, treinamento, sistemas informatizados para se adequar ao novo momento, um processo que ainda tem continuidade, já que a meta é tornar digitais todos os procedimentos do órgão ambiental. Novamente, ganha o cidadão com a agilidade e o meio ambiente pela eficiência que a tecnologia oferece.

Entretanto, tecnologia custa caro e o Estado tem orçamento limitado. A solução foi transformar vene-

no em remédio, ou seja, permitir que o próprio infrator financie o aparato de fiscalização. Em 2019, foi criado o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (PECOMA) em que o cidadão que cometer alguma infração passível de multa, pode aderir ao programa e com isso tem desconto de até 60% no valor. O recurso é utilizado para custear projetos existentes no IMASUL de fiscalização e controle ambiental.

Atualmente, duas iniciativas importantes para o meio ambiente recebem recursos do PECOMA: o IMASUL Digital e o Programa de Monitoramento das Águas Superficiais. Recentemente, R\$ 100 mil advindo da conversão de multas ambientais possibilitaram a compra de notebooks, processadores de alta potência e um servidor, unidades de processamento e armazenamento e até *softwares* para o programa IMASUL Digital.

Cabe lembrar que nem sempre o pagamento da multa quita o débito ambiental do infrator. Se o desmatamento aconteceu em área de preservação permanente (mata ciliar, por exemplo), ou naquela área destinada à reserva legal (geralmente 20% da propriedade), o proprietário, além de pagar a multa, tem que replantar o que foi desmatado sem autorização.

Síntese da estratégia

O esforço dos últimos dois anos de tornar o IMASUL digital e integrar todos os processos ambientais além da maior eficiência, redução de custo e possibilidade de ampliar a atuação, tem sido aliada do meio ambiente ao garantir ao investidor que o licenciamento ambiental não será um óbice ao seu empreendimento.

Um processo que poderia demorar de seis a oito meses, poderá ser feito em no máximo 45 dias quando

todo sistema do IMASUL Digital estiver integrado e em atividade. Observa-se nesse diagnóstico que os órgãos ambientais tem sido dotados de infra-estrutura operacional para o sistema de fiscalização. Sugere-se que essa estratégia seja mantida de forma permanente e aperfeiçoada.

Estratégia 5 - Diminuir a poluição dos rios

O Estado dispõe de um sistema eficiente de monitoramento das águas superficiais com 194 pontos de coleta espalhados por todo território. Essas coletas são feitas sistematicamente e as amostras levadas ao laboratório do IMASUL, onde passam por análises que determinam a qualidade com base em 63 parâmetros físicos, químicos e biológicos. Em 2020, está em elaboração um projeto para monitorar o uso das águas subterrâneas, tendo em vista que boa parte da água disponibilizada no Estado para consumo humano vem de captação subterrânea. Outro serviço importante implantado pela SEMAGRO é o monitoramento dos níveis dos rios, pela Sala de Situação do IMASUL, e das condições climáticas pelo Centro de Monitoramento do Tempo e do Clima. O cruzamento dessas informações possibilita a tomada de medidas que se antecipam as catástrofes como alagamentos e incêndios em períodos de seca prolongada, a exemplo do que ocorre no Pantanal. Cabe ao IMASUL, ainda, fazer o cadastramento e monitoramento das barragens, classificadas de acordo com o nível de risco que apresentam.

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais que também implanta a Rede Básica de Monitoramento da Qualidade das Águas e estabelece suas diretrizes foi instituído em 2020. A finalidade é reu-

nir dados sobre as águas superficiais do Estado para subsidiar as políticas públicas e as estratégias de proteção e conservação ambiental, além de disponibilizar à sociedade as informações obtidas. O monitoramento da qualidade das águas é um dos mais importantes instrumentos de gestão ambiental, pois permite que o governo tenha uma visão sistemática e integrada da realidade ambiental de nossos rios e possibilita o desenvolvimento de políticas públicas assertivas, seja para balizar o uso dos recursos hídricos, seja para intervir em eventuais atividades que estejam provocando impactos.

O programa tem por finalidades: gerar e disponibilizar dados confiáveis a respeito da situação atual da qualidade e da quantidade das águas superficiais do Estado; analisar a tendência de evolução da qualidade das águas superficiais; avaliar se a qualidade atual das águas atende aos usos estabelecidos pelo enquadramento dos corpos de água superficiais; identificar áreas críticas com relação a poluição hídrica; aferir a efetividade da gestão sobre as ações de recuperação da qualidade das águas superficiais; e apoiar as ações de planejamento, outorga, licenciamento ambiental e fiscalização ambiental.

Esse monitoramento da qualidade das águas superficiais do Estado é realizada pelo IMASUL desde 1994, de forma contínua, em parceria com a Agência Nacional das Águas, dentro do Projeto Qualiágua.

Síntese da estratégia

Diante da série histórica de 26 anos de dados, é importante ter essa garantia da continuidade do monitoramento com a institucionalização do programa. A estratégia tem sido par-

cialmente alcançada e deve ser mantida de forma permanente.

11.4 MACROPRIORIDADE: CONSOLIDAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Estratégia 1: Promover ampla discussão para rever pontos críticos e controversos da legislação vigente

Não foi possível avaliar. Não há dados sistematizados para essa estratégia, apenas alguns eventos esparsos e pontuais para se discutir um ou outro aspecto. A estratégia foi esboçada de forma muito ampla, o que dificultou a coleta das informações. Sugere-se a retirada dessa estratégia.

Estratégia 2: Formular o código florestal

O papel do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na implementação do Código Florestal tem desempenhado um papel fundamental na implementação do Código Florestal pelos estados. Quando o Código Florestal foi adotado em 2012, não havia clareza do tamanho do desafio que os estados iriam enfrentar, por isso, a lei apenas atribuiu ao SFB o papel de órgão gestor do SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Porém, com o passar dos anos, o SFB não só faz a gestão do SICAR, como também criou o Módulo de Análise Dinamizada do CAR- Cadastro Ambiental Rural com filtros e bases cartográficas que auxiliarão os estados na análise e validação dos cadastros. O sistema faz uma análise automática das informações e avalia se o cadastro não tem irregularidades e pode seguir para a etapa de regularização ou se é necessário fazer uma análise e validação individualizada por um técnico. A análise dinamizada ainda está em fase de homologação e, de acordo com o SFB,

deve ser implementada em todos os estados no primeiro trimestre de 2020. O SFB também criou o Módulo do Programa de Regularização Ambiental (PRA) que pode ser adotado pelos estados para operacionalizar os PRAs estaduais. Este Módulo PRA do SICAR foi desenvolvido para possibilitar a elaboração de propostas simplificadas de adesão ao PRA, elaboração de PRADA - Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas e Termo de Compromisso eletrônico. Agora, o SFB está trabalhando na integração deste módulo à plataforma WebAmbiente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, um banco de dados sobre espécies da flora nativa e estratégias de restauração florestal. A integração das plataformas permitirá a elaboração de projetos de restauração mais adequados à paisagem rural dos imóveis. Além disso, o SFB tem feito acordos de cooperação técnica com os estados para apoiá-los em outras ações que se façam necessárias para a implementação do Código Florestal.

Síntese da estratégia

A estratégia deve ser reestruturada de forma a acompanhar todo o processo de integração digital dos dados de forma mais clara. Foi possível avaliar apenas o diagnóstico situacional do Estado no momento atual, o que demonstrou ser bastante recente a implantação do modelo e sem dados sistematizados que possam demonstrar o quanto a estratégia foi alcançada.

Estratégia 3: Difundir a legislação ambiental

Não foi possível avaliar. Não há dados sistematizados para essa estratégia, apenas alguns eventos esparsos e pontuais para se discutir um ou ou-

tro aspecto. A estratégia foi esboçada de forma muito ampla, que dificultou a coleta das informações. Sugere-se a retirada dessa estratégia ou que possa ser inserida na estratégia relacionada a educação ambiental.

Estratégia 4: Capacitar recursos humanos para implementação do código florestal

As diferenças entre os estados são bem significativas quanto à fase de solicitação de adesão ao PRA. Para a maioria, este passo já está bem concretizado, já que a solicitação de adesão ao PRA ocorreu concomitante à inscrição do imóvel rural no CAR. Mas nos estados em que a adesão ao PRA não foi feita junto com a inscrição no CAR, será preciso um grande esforço de comunicação para convocar todos os proprietários e possuidores para a adesão ao programa. Para a efetiva implementação do PRA, é preciso que os estados adotem sistemas operacionais para rodar o programa. Eles podem criar sistemas próprios, adotar o Módulo PRA do SICAR, desenvolvido pelo SFB, ou customizar o Módulo PRA do SICAR de acordo com as peculiaridades do estado.

Como a implantação de sistema operacional próprio exige recursos humanos e técnicos especializados, a maioria dos estados adotou ou pretende adotar o módulo do PRA do SICAR. A falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos em muitos estados tem sido apontada como a principal barreira para avançar nesta etapa. É importante ressaltar que alguns estados reportaram que não estão podendo implementar ou dar continuidade ao PRA porque o Módulo PRA do SICAR está, atualmente, fora do ar. Se de um lado a utilização do Módulo PRA do SICAR pelos estados traz muitas vantagens, é preciso

reconhecer que, por outro lado, os estados ficam totalmente dependentes do SFB para rodar o sistema do PRA. Qualquer decisão do governo federal no SICAR afeta diretamente os estados. Os estados estão adotando práticas distintas com relação à elaboração e validação do PRADA e assinatura do Termo de Compromisso. O Mato Grosso do Sul possui sistemática própria para a implementação do Código Florestal que são completamente diferentes das demais unidades da federação.

No Mato Grosso do Sul, no ato da inscrição do imóvel rural no CAR, o proprietário ou possuidor deve optar por aderir ou não ao Programa MS Mais Sustentável (denominação para o PRA no estado). Caso decida pela adesão ao programa, o proprietário ou possuidor deve, já neste momento, assinar o Termo de Adesão ao MS Mais Sustentável e Compromisso de Execução do PRADA. A legislação de Mato Grosso do Sul não é clara quanto ao prazo de apresentação do PRADA, mas entende-se que o mesmo deve ser apresentado no ato de adesão ao Programa MS Mais Sustentável. Cabe ao proprietário ou possuidor executar as ações propostas no PRADA e inserir no sistema CAR/MS o Relatório Técnico de Monitoramento, com a respectiva anotação de responsabilidade técnica, a cada três anos.

Síntese da estratégia

Não há dados sistematizados que permitam avaliar o quanto a estratégia foi alcançada na capacitação de Recursos Humanos para a implantação do Código Florestal. Sugere-se que essa estratégia seja mantida e melhor definida para que seja possível monitorar e registrar as capacitações realizadas.



12. EIXO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

12.1 MACROPRIORIDADES: ELIMINAR A ECONOMIA DA CONTRAÇÃO E DO CRIME ORGANIZADO E “ELEVAR OS NÍVEIS DE SEGURANÇA SOCIAL”

No documento “Cenários e Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – MS2020 – Versão Técnica”, o tema “Segurança Pública” não foi tratado de forma específica, estando diluído e/ou implícito na Dimensão Social.

As macroprioridades “Eliminar a economia da contração e do crime organizado” e “Elevar os níveis de segurança social” foram analisadas e serão apresentadas nesse capítulo.

Foi possível identificar uma relação de Projetos no documento MS-2020, intitulado “Programas, Subprogramas, projetos e Ações”, sem, todavia, conter no documento maiores informações sobre os mesmos ou com quais objetivos estratégicos estivessem vinculados. São eles:

- Programa Segurança de Fronteiras
- Projeto: Implantação de Penas Alternativas
- Projeto da criação das Corregedorias de Segurança Pública
- Projeto dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública – CONSEPRO

- Projeto para Criação de Gerenciamento de Crises
- Projeto do Conselho de Segurança do CODESUL – CONSEFO
- Programa de Segurança no Trânsito
- Programa de Educação no Trânsito
- Projeto de Criação do Sistema Integrado de Informações de Segurança – SIIS
- Projeto de criação da Ouvidoria-Geral de Polícia
- Projeto de Identificação Civil e Criminal Informatizada
- Programa de Serviço Civil Voluntário – Agentes do Futuro
- Programa de Combate à Violência
- Programa Educacional de Prevenção à Violência e às Drogas – PROERD
- Programa de Apoio e Proteção às Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência - PROVITA/MS
- Projeto Policiamento nas Escolas
- Projeto Prevenção nas Escolas

Após consulta nas bases de dados disponíveis, nos sites do governo do estado e demais documentos, as informações foram complementadas pela equipe da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de

Mato Grosso do Sul (SEJUSP) que, por sua vez, acionou as diversos órgãos/instituições e/ou corporações envolvidas nestes processos, onde foram centrados os esforços na busca por estas informações.

Neste contexto, as informações contidas a seguir se referem sobremaneira às informações trazidas por intermédio e/ou com a colaboração direta daquela Secretaria.

Lembramos, por fim, que tais informações tiveram, eminentemente, caráter retrospectivo.

12.1.1 PROGRAMA SEGURANÇA DE FRONTEIRAS

- Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

Inexistência de programa específico, todavia o Comando de Policiamento de área III – CPA 3 realiza o policiamento de fronteira.

Ações: Operação Hórus; Sistema de Monitoramento de veículos nas rodovias de Corumbá e Bela Vista.

Atuação: Permanente da CPA3

- Assessoria de Gestão de Processo e Planejamento – Delegacia Geral da Polícia Civil

Programas/Ações: Delegacia de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON); Programa Segurança de Fronteiras e Programa de Combate a Violência através da “Operação Hórus”, projeto do Ministério da Justiça e Segurança Pública que fortalece o combate ao contrabando na região de fronteira. Delegacias de Polícias fronteiriças, também participantes da “Operação NARCO”.

- Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas – SEJUSP

Programas/Ações: Programa Segurança de Fronteiras, visa o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, tais como furto de veículos, delitos ligados ao contrabando, descaminho, tráfico de armas e de drogas, e demais.

Implementação: A partir de 9 de outubro de 2013:

Decreto Federal 7.496/2011 e Decreto Estadual 13.779/2013.

Âmbito de Aplicação: Atualmente 4 municípios-polos de fronteira – integrantes do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e Divisas do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua atuação se estende em toda faixa de fronteira com os países vizinhos Paraguai e Bolívia, bem como nas regiões de divisas entre Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Outras Características: Durante este período foram implementados 04 projetos para fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul.

Atuação: Permanente

- Batalhão de Polícia Militar Rodoviário

Programas/Ações: ALERTA MS, que foi implementado em 2018 e está em funcionamento; Sistema de monitoramento de veículos nas rodovias de MS.

Implementação: Mediante projeto piloto em Maracajú.

Outras características: Busca-se até o término de 2021 a ampliação do sistema para outras 10 rodovias e a inserção de inteligência artificial capaz de trabalhar os resultados de forma automática.

12.1.2 PROJETO DA CRIAÇÃO DAS CORREGEDORIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Corregedoria Geral/SAS-SEJUPS/MS

Tem por finalidade a promoção das medidas de ordem disciplinar, com o fim de apurar a responsabilidade funcional, realizando o acompanhamento sistemático das atividades dos servidores que compõe o quadro de pessoal da SAS.

Implementação: O programa foi proposto no ano de 2000 com reorganização da estrutura básica da Superintendência de Assistência Socioeducativa como integrante da SEJUSP em 2010 (Decreto 13.042/2010).

Âmbito de Aplicação: Estatal e, em específico, em municípios que sediam Unidades de Internação (UNEI) – Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porá e Três Lagoas.

Outras Características: A implantação de uma Corregedoria na SAS/SEJUSP propiciou um acompanhamento especializado nas ações/omissões de servidores, bem como maior entrosamento com as forças de segurança (Polícia Civil, Polícia militar, Polícia Federal, etc), Poder Judiciário e Ministério Público.

- Corregedoria – Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul

Parte integrante da estrutura orgânica da corporação (arrigo 15 da Lei Complementar 188/14). A Corregedoria do CBMMS é órgão de Direção Geral, subordinado ao Comandante-Geral, responsável pela preservação da disci-

plina, hierarquia e da ética Bombeiro-Militar, competindo-lhe, também, normatizar, coordenar, controlar, fiscalizar e proceder a apuração de fatos que envolvam responsabilidade Penal Militar, Administrativa e Disciplinar dos membros da Corporação, bem como exercer e supervisionar as atribuições relativas ao poder Disciplinar e de Polícia Judiciária Militar, podendo, ainda, exercer atribuições de inteligência.

Outras Características: O Corregedor é Oficial da Ativa do último posto do Quadro de Oficiais Combatentes Bombeiro Militar (QOBM), nomeado por ato do Comandante-Geral.

12.1.3 PROJETO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA – CONSEPRO

- Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária

Programas/Ações: Criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEGS – no Estado de Mato Grosso do Sul e atendimento ao Índio.

O Programa: A Coordenação e acompanhamento dos Conselhos Comunitários de Segurança se traduz em uma das frentes de trabalho desenvolvida pela coordenadoria, sendo este um dos mecanismos de aproximação entre polícia e comunidade.

Implementação: Desde o ano de 2002, conforme decreto estadual, a Coordenadoria tem trabalhado visando à instituição de Conselhos Comunitários de Segurança. Âmbito de Aplicação: A partir do ano de 2002.

Atualmente encontram-se em

funcionamento 61 Conselhos Comunitários, distribuídos na capital (23) e no interior (38) do Estado.

Outras Características: Objetivo de colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança da população.

Instituição de 3 conselhos indígenas no interior, sendo 2 nas Aldeias Indígenas Jaguapiru e Bororó do Município de Dourados e 1 em Caarapó, na Aldeia Te'Yíkue e outros 2 na capital.

Necessária a capacitação de profissionais de Segurança Pública e a comunidade por meio de cursos de Polícia Comunitária.

Atuação: De caráter permanente, são implementados mediante mobilização da comunidade local ocorrendo, portanto, de forma gradativa.

12.1.4 PROJETO PARA CRIAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE CRISES

- Batalhão de Operações Especiais – BOPE – PMMS

Programas/Ações: Gerenciamento de Crises na Polícia Militar se inicia na primeira intervenção com os Policiais da Unidade que primeiro chegam ao local, sendo complementada pelas alternativas táticas oriundas do BOPE.

São ações combinadas que requerem o emprego de alternativas táticas para resolução de crises policiais: Negociação Policial (Equipe de Negociação Policial); Utilização de Técnicas e Equipamentos menos letais; Tiro de comprometimento (Grupo de Atiradores Policiais de Precisão) e Assalto Tático (Grupo de Ações

Táticas Especiais).

Implementação: Desde 2003 e está em funcionamento.

Âmbito de Aplicação: Muito embora esteja sediado na Capital, aplica-se como área de atuação todo o território Estadual.

12.1.5 PROGRAMA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO

- Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

Programa/Ações: A PMMS desenvolve, no âmbito do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, a Patrulha Mirim Rodoviária, e o centro de Múltiplas Atividades no Trânsito – CEMATRAM e a Patrulha Mirim Rodoviária, atualmente interrompida. O Batalhão de Polícia Militar de Trânsito – BPM-TRAN possui o Projeto Policial de Trânsito Mirim.

Em notícias e materiais da internet é possível encontrar previsão orçamentária para manutenção deste programa, mas para os anos de 1997 e 1999, ou seja, em período anterior às metas estabelecidas enquanto estratégia do Estado. Não foi possível encontrar esta mesma dotação orçamentária para os anos posteriores a 2000.

No *site* do DETRAM/MS também não foi possível encontrar a descrição de um programa específico de segurança no trânsito. Esta mesma situação também se repetiu quando se procurou buscar este programa através de outras fontes de consulta disponíveis na internet. O que foi possível encontrar diz respeito muito mais à educação no trânsito do que a segurança do trânsito.

12.1.6 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

- Batalhão de Polícia Militar Rodoviário
Programas/Ações:
 - Patrulha Mirim Rodoviária – Implementado em 2015, atualmente interrompido por falta de efetivo e ausência de convênio com o Município de Três Lagoas – Trata-se de projeto para atendimento de 60 crianças e adolescente no turno oposto ao ensino regular, com o desenvolvimento de diversas atividades com objetivo de educação no trânsito e atividades lúdicas, cívicas e de cidadania, dentre outras.
 - Centro de Múltiplas Atividades no Trânsito – CEMATRA – Implementado em 1994 – Trata-se de projeto que atende 60 crianças e adolescente no turno oposto ao ensino regular no município de Campo Grande MS.

A partir de pesquisa realizada no próprio site do DETRAN/MS é possível verificar diversas medidas educacionais voltadas ao trânsito. Trata-se de diversos programas desenvolvidos em parcerias com instituições públicas e privadas com o “objetivo de sensibilizar o público atendido no que se refere ao cumprimento das regras de trânsito e à preservação da vida humana”.

No ano de 2019 encontros com coordenadores de escolas públicas e privadas foram realizados, objetivando a apresentação do programa de Educação de Segurança para o Trânsito, cujo conteúdo abarcou a humanização do trânsito, tema este proposto pelo CONTRAN que, em 2019 nominou a campanha de “Trânsito no Sentido da Vida”.

Em 2016, por exemplo, foram 642 mortes, o que indica 24 óbitos a cada dez mil habitantes. A partir desta constatação foi realçada a meta de redução deste número pelo menos pela metade o que envolve vários pilares da engenharia, políticas públicas, legislação, muito fator humano e o comportamento das pessoas no trânsito⁶.

Outro projeto que convém mencionar no âmbito da Educação no Trânsito é o “Cidade Escola do Trânsito - Detranzinho” que também envolve as escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo deste subprograma é estimular a vivência das crianças ocorra ao longo de todo o seu desenvolvimento. Isto porque, a primeira infância é a fase que se planta os valores fundamentais na formação das crianças.

12.1.7 PROJETO DE CRIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA – SIIS

- Superintendência de Inteligência
Programas/Ações: SIGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional
Implementação: Desde o ano de 2006
Âmbito de Aplicação: Integração das Forças de Segurança Pública de MS
Outras Características: Sistema utilizado por todas as unidades vinculadas à SEJUSP MS, entre AGEPEN, Superintendência de Assistência Social (SAS), Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenadoria Geral de Perícias, Corpo de Bombeiros Militar. Estas forças, além de lançarem no sistema informações das ocorrências, lançam também suas escalas de serviços, movimentações prisionais e cartorárias.

Integração com o DETRAN/MS. Parte integrante do Sistema SINESP INTEGRA, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Atuação: Permanente

12.1.8 PROJETO DE CRIAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DE POLÍCIA

- Assessoria de Gestão de Processo e Planejamento – Delegacia Geral da Polícia Civil

Compõe a estrutura básica da Delegacia Geral da polícia Civil, a Ouvidoria Geral de Polícia Civil e a Corregedoria Geral de Polícia Civil.

Plenamente atuantes.

Atuação: Permanente

- Corregedoria Geral de Polícia – PMMS

Na estrutura da Corregedoria-Geral da PMMS existe a seção da ouvidora da Polícia Militar (SOPM) – a qual utiliza a solução informatizada denominado “Sistema Ouvidoria”, disponível no site da Polícia Militar, que tem por objetivos receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugestões, elogios, denúncias, referentes a atos irregulares praticados pela Polícia Militar, além de receber solicitações de informações acerca da atuação dos policiais militares.

Atuação: Permanente

No entanto, embora tenha sido instituída com considerável atraso, observa-se que a Ouvidoria-Geral da polícia encontra-se em funcionamento. Embora se verifique que há pouca divulgação acerca deste serviço, conforme é possível comprovar no site da

Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, por meio da notícia: “Em breve, todas as Delegacias do Estado disponibilizarão cartazes e informativos para que toda a população tenha acesso fácil, rápido e gratuito a esse serviço”. Assim, a partir do que foi pesquisado, percebe-se que o serviço encontra-se ativo, porém necessita de uma maior divulgação para que os cidadãos possam efetivamente conhecer e usufruir desta importante e democrática ferramenta.

12.1.9 PROJETO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL INFORMATIZADA

- Superintendência de Inteligência
Atualmente o Estado possui um sistema integrado de identificação criminal e Pesquisa Criminal (AFIS e IDNET), agregando informações de todo o MS.
Âmbito de Aplicação: Somente a nível interno estadual, não compartilhando informações a nível interestadual.

Através de pesquisas, sobretudo no site da Coordenadoria-Geral de Perícia percebe-se que a identificação civil e criminal encontra-se informatizada conforme se abstrai da seguinte informação: “Obtenção de Antecedentes Criminais, emitido pelo Instituto de Identificação da Coordenadoria-Geral de Perícias/SEJUSP/MS, que tem por objetivo informar a existência ou a inexistência de registro de antecedentes criminais, apresentando a situação do cidadão no exato momento da pesquisa nos registros informatizados do Instituto, com validade de 30 dias”.

12.1.10 PROGRAMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA

- Coordenação de Segurança, Guarda e Proteção – SAS

Programas/Ações:

- Adequações físicas das UNEIS ao padrão SINASE;
- Participação da superintendência de assistência socioeducativa no Gabinete de Gestão de Risco da SEJUSP;
- Elevação do nível de escolaridade para o cargo de agente de segurança socioeducativa (hoje superior);
- Fortalecimento das ações de Direitos Humanos nas UNEIS em Parceria com a Secretaria de Direitos Humanos Assistência Social e Trabalho (SEDHAST).

Atuação: Permanente

- Superintendência de Assistência Socioeducativa

Responsável pelo Programa de Reinserção Social do Adolescente infrator.

Âmbito de Aplicação: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Três Lagoas e Corumbá

Outras Características: Atendimento individualizado, realizado por equipe multidisciplinar e padronizado em todas as unidades socioeducativas.

Atuação: Permanente

- Assessoria de Gestão de Processo e Planejamento – Delegacia Geral da Polícia Civil
- Delegacia Especializada de Proteção a Mulher

Programa/Ação:

- Programas de Política da Mulher

(DEAM). Operação resguardo – março de 2021 – cumprimento a centenas de mandados de prisão em todo o Estado, bem como expedição de mais de 1600 medidas protetivas. Projetos vinculados – “Não se cale”; “Recomeçar” – através de palestras à mulheres vítimas de violência; “Dialogando Igualdades” – homens agressores participam de palestras como forma de cumprimento da pena – intuito de promover a ressocialização dos mesmos e convívio em sociedade.

- Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente (DEPCA)

Programa vinculado do Ministério da Justiça, anual, permanente, onde os policiais procedem ao levantamento de mandados judiciais em abertos, específicos de crimes que envolvam violências praticadas contra crianças e adolescentes (violência física, sexual, exploração, aliciamento, maus tratos, etc.), instauram procedimentos policiais, alimentam o sistema Córtex com indicadores específicos da operação, etc.

Atuação: Permanente

- Comando-Geral da Polícia Militar
Programa/Ação: Não há um programa específico, entretanto, parte da missão constitucional e da atividade policial militar é voltada ao combate à violência, sendo desenvolvidas diversas atividades de policiamento ostensivo preventivo com o objetivo de inibir a violência e aumentar a sensação de segurança da população.

Atuação: Permanente

- Diretoria de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos da Polícia Militar de MS.

Coordenação Estadual do PROERD/MS

Programas/Ações: Programa Mulher Segura da PMMS (PROMUSSE). Atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica, com segunda e terceira respostas às vítimas e fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência (MPU) contra os agressores.

Implementação: Implementado no ano de 2014, primeiramente na cidade de Amambai e, após, com abrangência em todo o Estado de MS.

Em pleno funcionamento.

Âmbito de Aplicação: Com abrangência em todo o Estado, operacionalizado pelas respectivas OPMs, porém com a iniciativa da coordenação de seus respectivos comandantes. Com exceção da capital, onde há uma subcoordenadoria do PROMUSSE, que atua junto à Casa da Mulher Brasileira, não há imposição para a aplicação do programa.

Outras Características: Desde sua implantação atendeu aproximadamente 307 mil alunos e, atualmente, encontra-se presente em 38 municípios do Estado.

Presente em 283 escolas públicas e particulares e atuação de aproximadamente 31 Policiais Militares.

Propensão à expansão de suas atividades para mais 26 municípios, em sua grande maioria, fronteiriços, o que expandirá sua área de atuação para 58 dos 79 municípios do Estado.

Atuação: Permanente

12.1.11 PROGRAMA EDUCACIONAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS – PROERD

- Assessoria de Gestão de Processo e Planejamento – Delegacia Geral da Polícia Civil

Programas/Ações: Delegacia Especializada em Repressão ao Narcotráfico (DENAR); Programa Segurança de Fronteiras e Programa de Combate a Violência através da “Operação NARCO BRASIL MS”, de periodicidade anual e permanente, realizando levantamento de mandados judiciais em aberto para cumprimento, instaurando procedimentos e solicitando mandados de busca e apreensão e de prisão.

- Diretoria de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos da Polícia Militar de MS -

Coordenação Estadual do PROERD/MS

Programas/Ações: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROER/MS).

Âmbito de Aplicação: Atua na prevenção ao uso de drogas entre os jovens. Aplicado nas escolas através de 10 lições, uma vez por semana, aborda assuntos como tomada de decisões, informação sobre os prejuízos do uso de drogas, discussão sobre a influência da propaganda no consumo de bebidas, pressão dos colegas, fortalecimento da autoestima e resolução de conflitos.

Atuação em 38 municípios do Estado, tendo atendimento na maioria das suas 11 microrregiões. Implementação: Implementado no ano de 1997 (22/03/1997),

na Capital do Estado, propiciou o reconhecimento ao Estado de Mato Grosso do Sul como o terceiro da federação nacional a implantar este programa.

No próximo ano completará 25 anos de atuação.

Outras Características: Desde sua implantação atendeu aproximadamente 307 mil alunos e, atualmente, encontra-se presente em 38 municípios do Estado. Presente em 283 escolas públicas e particulares e atuação de aproximadamente 31 Policiais Militares. Propensão à expansão de suas atividades para mais 26 municípios, em sua grande maioria, fronteiriços, o que expandirá sua área de atuação para 58 dos 79 municípios do Estado.

12.1.12 PROJETO: IMPLANTAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS

- Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN MS

Programas/Ações: Programa Construção da Cidadania: Implantação de Penas Alternativas, a implantação das Centrais Integradas de Alternativas Penais, trata-se de Convênio com o DEPEN/MJ (CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL N° 906335/2020), aprovada e com implantação nos municípios de Campo Grande e Dourados. Para o convênio será disponibilizado os recursos financeiros fixados em R\$ 1.889.021,91 (um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil vinte e um reais e noventa e um centavos) que serão despendidos com contratação de pessoal e bens e equipamentos.

Outras Características: As alternativas penais foram pensadas e construídas visando minimizar as dificuldades encontradas no sistema prisional, baseada na consideração de que os sujeitos podem ter seus direitos restringidos no meio em que vivem, podem ser punidos e ao mesmo tempo ter seus direitos fundamentais preservados, havendo assim a promoção da cidadania, em prol da prevenção a reincidência. Com a implantação das Centrais Integradas de Alternativas Penais no Estado, as alternativas penais impostas pelo judiciário, atingirão seu objetivo na totalidade, posto que todos os encaminhamentos serão acompanhados, todas as movimentações serão inseridas em programa próprio, dando ao sistema de justiça as informações atualizadas e necessárias ao bom andamento dos processos.

Síntese

Constata-se claramente que todos os programas desenvolvidos ao longo dos últimos anos tiveram por objetivo implantar ações coordenadas e integradas para o enfrentamento dos problemas relacionados à segurança pública, envolvendo os cidadãos e os agentes públicos de toda a estrutura governamental, o que contribuiu na prevenção do crime e na garantia da tranquilidade da população. Para o combate a economia da contravenção e do crime organizado houve também o fortalecimento do programa MS sem Fronteiras, com destaque na realização de projetos, ações e obras para o desenvolvimento sustentável dos municípios em regiões de fronteira, notadamente os pequenos municípios do Cone-Sul e da Região Sudoeste do Estado, e de

integração social e econômica com o Paraguai e a Bolívia, bem como com os demais países sul-americanos

A partir da análise desses programas, observa-se a implantação de política de segurança integrada as demais instâncias governamentais para combate ao crime a contravenção, a prevenção à violência e às drogas, o que permite concluir que o Estado tem empreendido esforços no cumprimento das estratégias relacionadas a essa macroprioridade. Ainda foi possível constatar que a maioria desses programas tem caráter permanente, e que mesmo na falta de indicadores de resultados mais sistemáticos para o monitoramento desses programas, pode se aferir que a macroprioridade tem sido atendida no decorrer dos últimos anos. Sugere-se que essa macroprioridade seja mantida para o Plano MS 2040 e que indicadores de resultados possam ser elaborados para o acompanhamento efetivo das ações resultantes desses programas.

13. PAINEL DE RESULTADOS E PROPOSIÇÃO PARA MS 2040

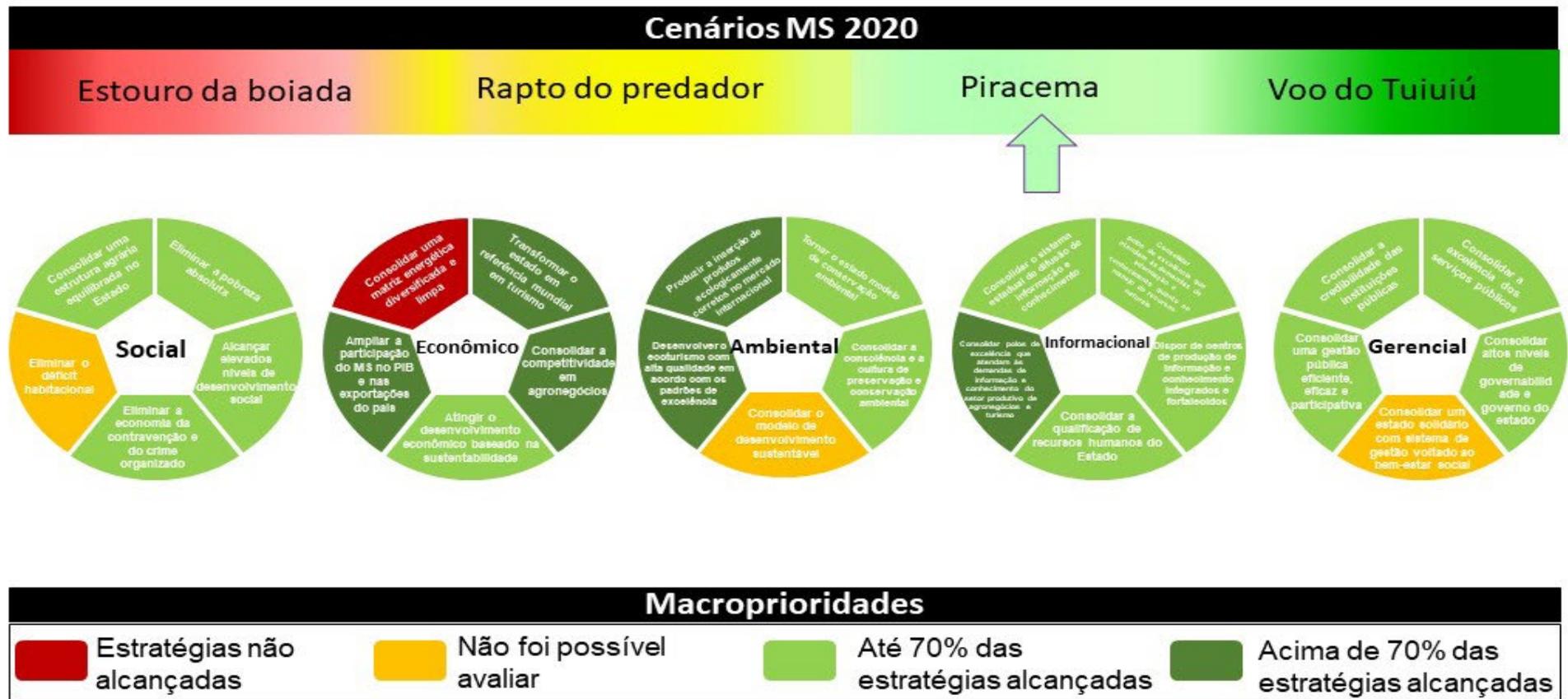
O Painel Analítico (Figura 19) apresenta o alcance das macroprioridades nas cinco dimensões (Social, Econômico, Ambiental, Informacional e Gerencial) do Projeto MS-2020, a partir da análise das estratégias correspondentes, correlacionando os resultados aos quatro cenários projetados. Nesse contexto, o diagnóstico das 25 macroprioridades e suas 126 estratégias nas dimensões analisadas, permitiu contemplar o Estado no “Cenário Piracema”, pois de fato parece ser o cenário que mais se aproxima à realidade do desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso do Sul.

Dentre as cinco dimensões analisadas para o período de 2000 a 2020, a Econômica e a Ambiental representaram a maior percentagem de alcance total das macroprioridades, representando 60% e 40% respectivamente. Cabe destacar que na Dimensão Econômica, as estratégias relacionadas “Consolidar uma matriz energética diversificada e limpa” não foram alcançadas ao longo do período analisado, embora haja muitas iniciativas do governo de Estado para avançar a curto, médio e longo prazo no cumprimento dessa macroprioridade. Verificou-se ainda que 20% das estratégias relacionadas às macroprioridades nas cinco dimensões não foram avaliadas, dada a ausência de indicadores que pudessem avaliar o seu alcance.

Na avaliação do cenário “Piracema”, alguns destaques merecem ser apontados, sobretudo, no contexto macroeconômico brasileiro. Observa-se que esta visão de implementação de um crescimento endógeno com

abertura seletiva perdeu espaço, e o que pode ser observado foi um processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações do Brasil. Além disso, o país passou por um processo de reformas no que se refere a oferta da economia, especialmente na segunda metade da década de 2010, enfatizando políticas como o teto de gastos, trabalhista, previdenciária, liberdade econômica, na perspectiva de gerar crescimento. A lógica dessa estratégia, mais liberal, é melhorar o ambiente para que o investimento privado seja protagonista.

Figura 19 PAINEL ANALÍTICO COM O DIAGNÓSTICO DO MS-2020



Fonte: Dados do relatório.

Entretanto, no atual cenário de instabilidade sanitária, política e econômica no Brasil e no mundo, é pouco provável que o investidor privado nacional e estrangeiro realize grandes investimentos, dado o risco elevado. O fato é que o Brasil apresentou de 2011 até 2020 a pior taxa de investimento em 50 anos. Desse modo, a década de 2010 é apontada como mais uma década perdida para a economia brasileira.

Apesar da realidade mais pessimista verificada no âmbito nacional, essa é atenuada ou até mesmo revertida na esfera estadual do Mato Grosso do Sul. Ao analisar os dados estaduais pode-se observar um desempenho, na margem, melhor que na realidade média brasileira, em termos de desemprego, investimentos, crescimento econômico e até mesmo avanços na industrialização. Assim, o cenário “Piracema” previsto no Projeto MS-2020 apesar de ser o mais aproximado com o cenário observado no âmbito estadual, apresenta algumas discrepâncias entre o previsto e o observado. O cenário “Piracema” previa avanços no Estado a partir de aliança política estadual desenvolvimentista, mas considerando as vinculações partidárias dos governadores do estado nos períodos de 2000 a 2006 (Partido dos Trabalhadores), 2007 a 2014 (Partido Movimento Democrático Brasileiro) e de 2015 a 2020 (partido da Social Democracia brasileira) e as articulações com os demais atores sociais, o estado manteve um projeto desenvolvimentista social liberal, vinculado a um posicionamento de centro-direita impresso nas políticas públicas, programas e projetos implementados.

Na análise estadual, várias previsões do cenário se concretizaram em termos de investimentos como ações no sentido de verticalização

com diversificação do agribusiness e fortalecimento do turismo, ao menos no período pré-pandemia Covid-19

Esse Relatório Técnico - Diagnóstico MS-2020 é um dos documentos que subsidiará a elaboração do Plano de Longo Prazo MS-2040, além das metas estabelecidas no Plano Plurianual (2021-2025) do governo do Estado e, sobretudo, a agenda 2030 dos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Há um esforço de municipalização dos ODS para todos os governos estaduais, visando contemplar em seus programas, projetos e ações os 17 objetivos e 169 metas previstos nos ODS.

Nessa perspectiva, os eixos estratégicos nos quais a equipe da UEMS foi organizada, tem consonância com os 17 ODS que serão contemplados no Plano de Longo Prazo MS-2040, a partir das respectivas metas e indicadores, envolvendo os demais *stakeholders* e a sociedade sul-mato-grossense, no esforço de fortalecer o desenvolvimento econômico do Estado de MS (Figura 20)

Figura 20 RELAÇÃO ENTRE OS ODS E OS EIXOS ESTRATÉGICOS PROPOSTOS PARA O MS-2040



Fonte: elaborado pelos autores.

REFERÊNCIAS

AGROLINK. **Plantio direto**. 2021. https://www.agrolink.com.br/noticias/artigo--sistema-plantio-direto-e-integracao-lavoura-pecuaria-em-ms_159391.html

ANDRADE, K. R. **Os segredos do anfiteatro: um olhar sobre a Praça Cardeal Câmara na Lapa. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**. 2014, Disponível em: https://www.academia.edu/download/34910992/artigo_-_Karla.pdf

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Mato Grosso do Sul - **Caderno de Informações para a Gestão Estadual do SUS**/Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 84 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pactuação Interfederativa 2019-2020**. Brasília, 2019.

Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira (Ministério da Integração Nacional, 2017). Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Fronteira.-IICA.pdf>

IBGE. PNAD trimestral. Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar. 2020.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

KUBO, M. H.; JESUS, N. P.; SILVA, M. A. Estratégias de articulação dos atores sociais para o desenvolvimento local e regional – A ação do Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul (CONISUL). **EIGEDIN**, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/8697/pdf_153/

LIMA, H.; BARROSO, G. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A. 1957.

MAMEDE, S; BENITES, M.; SIQUEIRA, J. F. R.; CAPELO JUNIOR, M. V. Educação ambiental e os desafios para implementação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul. **Revbea**, São Paulo, v.16, n1, p. 493-507, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10450/8325>

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura**, 2014. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IFMS. **IFMS aborda qualificação profissional no campo em seminário em Dourados**. 2015. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/ifms-aborda-qualificacao-profissional-no-campo-em-seminario-em-dourados-27082015.htm>

OCB. **Anuário cooperativismo brasileiro**. Disponível em: http://www.parana-cooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2019/noticias/07/04/publicacao/publicacao_clique_aqui_04_07_2019.pdf

OCBMS. **Relatório de gestão 2020**. Disponível em: <http://ocbms.org.br/imagens/publicacao/relatorio-gestao-2020160421.pdf>

OCBMS. **Relatório de gestão 2019**. Disponível em: <http://ocbms.org.br/imagens/publicacao/10770-relatorio-gestao-2019.pdf>

PNE. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, 2-14-2020. Disponível em: Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122

SANTOS, K. F.; MISSIO, F. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova econ.**, v. 30, n.03, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/r7PjgWJHZyr6n4PdvKJTtyc/?lang=pt>

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios. **Revista Pensamento & Realidade**, v.13, n.1, p.109-134, jan./mar, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/36082/26616>

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Relatório de atividades**: 2014. Campo Grande/MS. Disponível em: <http://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/relatorio-atividades-Saúde-2014.pdf>

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Resultados Indicadores de Saúde**: 2016. Campo Grande/MS. 2020.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Resultados Indicadores de Saúde**: 2017. Campo Grande/MS. 2020.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Resultados Indicadores de Saúde**: 2018. Campo Grande/MS. 2020.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Resultados Indicadores de Saúde**: 2019. Campo Grande/MS. 2020.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Resultados Indicadores de Saúde**: 2020. Campo Grande/MS. 2020.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Campo Grande/MS. 2015.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Plano Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul 2020-2023**. Campo Grande/MS. 2019.

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Relatório Anual de Gestão 2020**. Campo Grande/MS. 2020.

Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. **Cenários e Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – MS2020**. Campo Grande, 1999.

SEGOV. **Mensagem a Assembleia 2016**. Disponível em: http://www.segov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/mensagem_a_assembleia_legislativa_2016.pdf

SEGOV. **Mensagem a Assembleia 2019**. Disponível em: <http://www.segov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Mensagem-Assemb%C3%A9ia-2019.pdf>

SEGOV. **Mensagem a Assembleia 2020**. Disponível em: <https://www.segov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Mensagem-ALMS-2020-preliminar.pdf>

SEGOV. **Reunião Rede Estratégica 2014**. Disponível em: <http://www.segov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/2015.10.27-5%C2%AA-Reuniao-Rede-Estrat%C3%A9gica.pdf>

SEMAGRO. **Governo do Estado oferece capacitação continuada para técnicos do Programa Leite Forte**. 2015. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/governo-do-estado-oferece-capacitacao-continuada-para-tecnicos-do-programa-leite-forte/>

SEMAGRO. **Na Tecnoagro, Verruck destaca ações do Governo, novos investimentos e a MP do Agro. 2020**. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/na-tecnoagro-verruck-destaca-acoes-do-governo-novos-investimentos-e-a-mp-do-agro/>

SEMAGRO. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. 2012. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Plano-Desenvolvimento-e-Integrac%C3%A7%C3%A3o-de-Fronteira.pdf>

SEMAGRO. **Plano de Desenvolvimento da Agropecuária de MS passa por adequações**. 2019. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/plano-de-desenvolvimento-da-agropecuaria-de-ms-passa-por-adequacoes/>

SEMAGRO. **Séries Históricas do PIB de MS 2002-2018**. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Serie-Historica-PIB-MS-2002-2018.pdf>

SILVA, R. C. da. FONSECA, M. A. P. da. Turismo e Gestão de Investimentos Públicos: uma análise nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte – Brasil 2003/2016. **Tur., Visão e Ação**, v23, n1, p26-47, Jan./Abr. 2021 - Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil.

VIOLIN, Fábio Luciano; ALVES, Gilberto Luiz. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). **Sustentabilidade em debate**, v. 8, n. 2, p.130-146, 2017.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul. Segunda aproximação: Elementos para construção da sustentabilidade do território sul-matogrossense. 2015.

LISTA DE REPORTAGENS CONSULTADAS:

<https://aesbe.org.br/sanesul-desenvolve-projeto-de-educacao-ambiental-em-saneamento-no-ms/>

<https://correiodoestado.com.br/cidades/policia-ambiental-celebra-34-anos-com-campanha-educativa/383657>

<https://correiodoestado.com.br/economia/dona-do-gasoduto-projeta-disparada-do-consumo-em-ms/359938>

<https://febrapdp.org.br/download/area-PD-Brasil-e-estados.pdf>

<https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/ms-est%C3%A1-entre-os-estados-com-maior-ado%C3%A7%C3%A3o-de-sistemas-de-integra%C3%A7%C3%A3o-e-plantio-direto-no>

<https://www.agraer.ms.gov.br/programa-visa-otimizar-uso-de-defensivos-e-incentivar-produtos-naturais-no-controle-de-pragas/>

<https://www.agraer.ms.gov.br/em-simposio-sugayama-apresenta-detalhado-historico-de-pragas-e-faz-alerta-sobre-disseminacao-de-especies-em-ms/>

<https://www.agraer.ms.gov.br/governo-firma-termo-com-instituicoes-para-difusao-do-manejo-integrado-de-pragas-em-ms/>

<https://www.agraer.ms.gov.br/governo-do-estado-multiplica-acoes-para-manejo-integrado-de-pragas-em-ms/>

<https://www.agraer.ms.gov.br/tecnicos-da-semagro-iagro-e-agraer-fazem-curso-sobre-manejo-integrado-de-pragas-em-sp/>

<https://www.agraer.ms.gov.br/parceria-do-governo-estadual-com-incra-viabilizara-acoes-para-titulacao-de-milhares-de-lotes-em-assentamentos-de-ms/>

<https://www.agepan.ms.gov.br/novo-marco-regulatorio-do-gas-avanca-com-aprovacao-na-camara-federal/>

<https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/onze-municipios-sao-os-primeiros-de-ms-no-cidade-empreededora>

<https://www.campograndenews.com.br/economia/industria-representa-22-3-do-pib-em-ms-1-6-da-producao-nacional-aponta-cni>

<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/ms-elabora-programa-que-incentiva-o-controle-biologico-na-agricultura>

<https://www.cartasdeservicos.ms.gov.br/%ef%82%b7-programa-de-capitacao-do-servidor-publico-educacao-continuada/>

<https://www.cge.ms.gov.br/programa-ms-de-integridade-gestores-conhecem-propostas-de-acoas/>

<https://www.cidadaniaigbt.ms.gov.br/?p=300>

<https://www.detran.ms.gov.br/detran-ms-lanca-novo-portal-de-servicos-digitais/>

<http://www.escolagov.ms.gov.br/>

<https://www.fundacaoms.org.br/noticias/fundacao-ms-inicia-programa-de-enfrentamento-a-viroses-e-enfezamentos-em-mato-grosso-do-sul>

<https://www.fundacaoms.org.br/control-biologico-de-pragas-e-doencas-na-agropecuaria-e-tema-de-workshop-em-campo-grande>

<https://www.fundacaoms.org.br/pesquisas-sobre-control-biologico-realizadas-pela-fundacao-ms-sao-apresentadas-em-simposio>

<https://www.fundacaoms.org.br/publicacoes/tecnologia-e-producao-safra/tecnologia-e-producao-soja-safra-2018-2019>

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-entrega-titulos-a-assentados-em-mato-grosso-do-sul#:~:text=O%20Governo%20Federal%20entrega%20t%C3%ADtulos,em%20Mato%20Grosso%20do%20Sul.&text=Tamb%C3%A9m%20ser%C3%A3o%20anunciados%20os%20valores,de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul>

<https://www.mpms.mp.br/noticias/2015/05/ministerio-pblico-do-estado-e-parceiros-lanam-campanha-de-educacao-ambiental>

<https://www.msgas.com.br/noticias/e643443c-c055-4c04-ac32-caaaf3827654>

<https://www.msgas.com.br/noticias/02b454dc-ff9b-4cee-a3ba-4e2b163ee4d2>

<https://www.msgas.com.br/noticias/753f818a-27a7-437f-b17b-b34b4d95e954>

<https://www.msgas.com.br/noticias/48fddf87-ea7e-44ac-8b46-c630660e75a4>

<https://www.msgas.com.br/noticias/589530e3-0f6d-408d-b26d-b8594b436b95>

<http://www.ms.gov.br/agropecuaria-puxa-arrecadacao-de-ms-que-tem-mais-recursos-para-investir-em-obras/>

<http://www.ms.gov.br/com-vies-municipalista-governo-presente-leva-estrutura-estadual-para-cidades-do-interior/>

<http://www.ms.gov.br/desburocratacao-reduz-tempo-e-gastos-e-aproxima-estado-do-cidadao/>

<http://www.ms.gov.br/geracao-de-energia-a-partir-de-biomassa-avanca-58-no-estado/>

<http://www.ms.gov.br/gestao-com-responsabilidade-sed-implanta-processos-eletronicos-na-rede-estadual/>

<http://www.ms.gov.br/governador-autoriza-projeto-para-ramais-de-gas-natural-em-sidrolandia-e-ribas-do-rio-pardo/>

<http://www.ms.gov.br/governador-e-secretarios-ouvem-liderancas-dos-municipios-na-segunda-etapa-do-governo-presente/>

<http://www.ms.gov.br/governo-apresenta-proposta-do-programa-estadual-de-incentivo-ao-controle-biologico-em-ms/>

<http://www.ms.gov.br/governo-defende-integracao-do-setor-publico-e-privado-de-brasil-e-paraguai-para-desenvolver-fronteira/>

<http://www.ms.gov.br/governo-do-estado-emite-mais-de-120-autorizacoes-de-ocupacao-em-2020-e-garante-seguranca-a-produtores-familiares/>

<http://www.ms.gov.br/governo-inicia-implantacao-de-sistema-para-integrar-almojarifados/>

<http://www.ms.gov.br/governo-presente-tem-transformado-ms-afirma-reinaldo-azambuja/>

<http://www.ms.gov.br/governo-publica-decreto-e-institui-programa-para-desenvolver-e-fortalecer-o-cooperativismo-em-ms>

<http://www.ms.gov.br/gt-ferrovias-ms-vai-trabalhar-em-projetos-de-importancia-estrategica-para-o-estado/>

<http://www.ms.gov.br/ms-mantem-sistema-de-informacao-moderno-que-serve-de-modelo-para-outros-estados/>

<http://www.ms.gov.br/na-bolivia-reinaldo-azambuja-assina-tratados-nas-areas-de-gas-natural-e-ureia/>

<http://www.ms.gov.br/reinaldo-sanciona-reforma-administrativa-e-avalia-que-medida-amplia-capacidade-de-desenvolvimento-de-ms/>

<http://www.ms.gov.br/plano-de-desenvolvimento-da-agropecuaria-de-ms-passa-por-adequacoes/>

<http://www.ms.gov.br/prefeitos-dizem-que-perfil-municipalista-do-governo-ms-garante-desenvolvimento-para-todo-estado/>

<http://www.ms.gov.br/programa-de-educacao-e-seguranca-para-o-transito-reune-coordenadores-de-escolas-da-capital/>

<http://www.ms.gov.br/uso-de-planta-aquatica-para-produzir-biocombustivel-fomenta-pesquisa-e-sustentabilidade-em-ms>

<https://www.sejusp.ms.gov.br/operacao-prolepse-pma-lanca-campanha-de-educacao-ambiental-para-prevenir-incendios/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/agricultores-familiares-contribuem-com-a-qualidade-da-merenda-escolar-em-navirai/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/associacao-de-produtores-organicos-moderniza-sistema-de-certificacao-agregando-valor-a-carne-sustentavel-do-pantanal/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/ciencia-e-tecnologia-sao-fundamentais-para-pais-atingir-meta-de-carbono-neutro-ate-2050/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/com-apoio-da-agraer-seminario-do-ifms-aborda-qualificacao-profissional-no-campo-em-dourados/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/com-apoio-do-governo-cooperativas-expandem-atuacao-alinhadas-com-o-avanco-da-agricultura-em-ms/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/congresso-ilpf-discute-necessidade-da-reducao-das-emissoes-de-carbono-no-mundo/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/em-10-anos-ms-registra-o-5o-maior-crescimento-na-participacao-do-pib-da-industria-no-pais/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/embrapa-mostra-diversidade-em-solucoes-tecnologicas-na-hortitec-2016/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/em-evento-da-iagro-secretario-destaca-acoes-que-transformaram-economia-sul-mato-grossense/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/empresa-italiana-oferece-tecnologia-para-rastrear-produtos-de-ms-com-destino-ao-mercado-europeu/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/estado-e-parceiro-da-embrapa-oferecendo-aulas-de-educacao-sanitaria-no-projeto-agroescola/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/estudo-de-demanda-mostra-viabilidade-do-corredor-oeste-de-exportacao/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/fco-rural-ja-tem-484-propostas-em-fase-final-de-tramitacao-totalizando-r-481-milhoes/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/governo-apresenta-proposta-do-programa-estadual-de-incentivo-ao-controle-biologico-em-ms/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/governo-de-ms-e-setor-produtivo-se-unem-em-defesa-a-carne-brasileira/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/governo-de-ms-e-uniao-buscam-modelo-aduaneiro-mais-adequado-para-instalar-no-portal-da-rota-biocanica/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/governo-do-estado-oferece-capacitacao-continuada-para-tecnicos-do-programa-leite-forte/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/governo-participa-de-debate-com-setor-produtivo-sobre-desenvolvimento-da-cadeia-da-borracha-em-ms/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/governo-prorroga-isencao-de-icms-sobre-equipamentos-para-geracao-de-energia-solar/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/implantacao-da-rota-bioceanica-e-projeto-estrategico-nacional-afirma-secretario/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/industrias-transformam-dourados-em-polo-da-suino-avicultura/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/inedita-no-pais-granja-em-dourados-aplica-tecnologias-da-suinocultura-4-0/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/ipea-lanca-livro-sobre-a-rota-bioceanica-em-coedicao-com-a-uems/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/ms-possui-3a-maior-area-agricola-do-pais-financiada-pelo-programa-agricultura-de-baixo-carbono/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/modelo-sustentavel-do-agronegocio-de-ms-se-alinha-com-o-fiagro-criado-pelo-governo-federal/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/na-tecnoagro-verruck-destaca-acoes-do-governo-novos-investimentos-e-a-mp-do-agro/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/nova-oportunidade-para-quem-busca-formacao-tecnica-em-agronegocio/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/para-alavancar-producao-de-carne-de-ms-criadores-devem-atingir-100-do-abate-tipificado-ate-2016/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/mineradora-anuncia-projeto-de-r-40-milhoes-para-extracao-de-basalto-em-inocencia/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/plano-safra-2019-2020-atende-plenamente-expectativas-do-setor-diz-secretario-da-semagro/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/produtores-rurais-da-regiao-sul-de-ms-investem-em-qualificacao-para-operadores-de-maquinas-agricolas/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/recursos-do-plano-safra-para-ms-atendem-demanda-e-garantem-investimentos-na-agricultura/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/retomada-da-licitacao-da-ponte-sobre-o-rio-paraguai-tranquiliza-investidores-diz-secretario/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/semagro-e-prefeitura-assinam-convenio-que-garante-recursos-para-estruturar-nucleo-industrial-de-tacuru/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/semagro-participa-de-lancamento-de-mais-uma-industria-em-gloria-de-dourados/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/semana-da-industria-projeto-cerrado-vai-aumentar-em-53-o-pib-estadual-na-fase-de-obras/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/tres-lagoas-ganha-nova-industria-a-primeira-do-ms-a-beneficiar-fibra-curta-de-celulose/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/com-entrega-de-licenca-ambiental-da-semagro-ivinhema-comeca-a-implantar-polo-industrial/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/com-transformacao-digital-na-junta-comercial-tempo-medio-para-abrir-empresa-em-ms-e-de-6-horas/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/construcao-de-megaindustria-em-dourados-envolve-107-empresas-e-1-500-trabalhadores/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/com-investimento-previsto-de-r-3-bi-regiao-de-dourados-planeja-crescimento-integrado/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/semagro-vai-apoiar-implantacao-de-parque-industrial-em-antonio-joao/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/ambiente-institucional-adequado-e-parceria-com-setor-produtivo-favorecem-atracao-de-investimentos-para-ms/>

<http://www.ms.gov.br/ms-lidera-aprovacao-de-convenios-para-captacao-de-recursos-da-uniao/>

<http://www.ms.gov.br/estatais-de-ms-lucram-mais-de-r-100-milhoes/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/mato-grosso-do-sul-e-o-3o-estado-do-pais-com-maior-investimento-entre-2015-e-2019/>

<https://www.semagro.ms.gov.br/pro-desenvolve-governo-regulamenta-fundo-inovador-de-fomento-a-economia-dos-municipios-de-ms/>

<http://www.ms.gov.br/ms-podera-receber-uma-serie-de-investimentos-privados-em-rodovias-ferrovias-e-aeroportos-nos-proximos-anos/>

<http://www.ms.gov.br/investimento-em-parques-industriais-acelera-geracao-de-empregos-em-ms/>

http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/seminariosold/seminario-internacional_mercosul-e-integracao-regional_-mecanismos-de-financiamento-para-governos-locais-e-regionais/apresentacoes/anexo-i-apresentacao-santiago-gallo-01-09-2010

SITES CONSULTADOS:

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/dados>

Atenção primária à saúde. <https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/saude-familia/>

BDE WEB – SEMADE. <http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>

CCEE. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Disponível em: <https://www.ccee.org.br>

CGE. <https://www.cge.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Resolucao-CGE-no-017-2019-Regimento-Interno-Consolidado.pdf>

Datasus <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?pni/cnv/cpniuf.def>

Datasus CNES. <http://cnes.datasus.gov.br/>

DENATRAN-MS. Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul .<https://www.detran.ms.gov.br/legislacao/denatran/>>

DENATRAN-MS. Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul <https://www.detran.ms.gov.br/educacao-2/programas-de-educacao-e-seguranca-para-o-transito/>

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. <http://www.dnit.gov.br>

ECO.A. <https://ecoa.org.br/rota-bioceanica-o-que-e-e-seus-impactos-diretos-e-indiretos/>

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/BEN-Series-Historicas-Completas>

E-SUS. <https://sisaps.saude.gov.br/esus/>

FERROESTE. <http://www.ferroeste.pr.gov.br/NovaFerroeste/Pagina/O-projeto>

FUNDAÇÃO MS. <https://www.fundacaoms.org.br/a-fundacao/atuacao/sistemas-integrados-de-producao>

GESTÃO POR COMPETÊNCIA. <https://www.gestaoporcompetencia.ms.gov.br/>

GOVERNO PRESENTE. <http://www.ms.gov.br/?s=governo+presente>

IGMA. Índice de Gestão Municipal Aquila. https://igma.aquila.com.br/dashboard/get_state?initial=MS_HOME

IMASUL.<https://www.imasul.ms.gov.br/educacao-ambiental-2/projeto-capacitacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel-na-bacia-hidrografica-do-rio-taquari/>

IMASUL EDUCAÇÃO AMBIENTAL. <http://www.imasul.ms.gov.br/programa-atuacao-educacao-ambiental-e-coleta-seletiva/>

IMASUL. PEAMS. <http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/PROGRAMA-ESTADUAL-DE-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-AMBIENTALMS-2018.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Indicadores HIV. <http://indicadores.aids.gov.br/>

IDEB. <http://ideb.inep.gov.br/>

INEP. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/consulta-matricula>

INFRAERO. Estatísticas. <https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/>

MSDigital. <http://www.msdigital.ms.gov.br/>

MAPA CULTURAL. <https://www.mapacultural.ms.gov.br/>

MSGAS. <https://www.msgas.com.br/home>

Portal do Servidor MS. <http://www.portaldoservidor.ms.gov.br>

PROFISCO. <https://www.profisco.ms.gov.br/historico/>

SCGE - Superintendência de Contabilidade Geral do Estado. <https://www.scge.ms.gov.br/arquivos-4/>

SES. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Indicadores. <https://www.saude.ms.gov.br/planejamento/indicadores/>

SEJUSP. <http://www.cgp.sejusp.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Carta-de-Servi%C3%A7os-da-CGP.pdf>

SEFAZ. <https://www.sefaz.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Or%C3%A7amento-Anual-97-parte-2.pdf>

SIDRA/IBGE. <https://sidra.ibge.gov.br/home/>

SISPACTO. <https://aplicacao.saude.gov.br/sispacto/>

SISEAMS. <https://www.imasul.ms.gov.br/sistema-estadual-de-informacao-em-educacao-ambiental-siseams/>

SIRIEMA. <http://siriema.imasul.ms.gov.br/public/acaoeducacao/default.xhtml>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MS. <http://www.transparencia.ms.gov.br/>

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Decreto nº 13.977, de 05 de junho de 2014. Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul; sobre o Programa MS Mais Sustentável, e dá outras providências.

Lei complementar nº 250, de 13 de agosto de. Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, e sobre a organização da Carreira Auditoria, integrante do Grupo Operacional Auditoria, do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo, e dá outras providências.

Lei complementar nº 230, de 9 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, e sobre a organização da Carreira Auditoria, integrante do Grupo ocupacional Auditoria, do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo do Estado, e dá outras providências.

Lei nº 7.862 de 19/12/2002. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

Lei nº 2.263 de 16/07/2001. Dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, no Estado de Mato Grosso do Sul; cria o Conselho Estadual de Saneamento, e dá outras providências.

MS. Lei nº 3.951 de 11/08/2010. Selo verde. Dispõe sobre a instituição do Selo Verde aos empreendimentos passíveis de licença ambiental para a proteção e a neutralização de carbono no meio ambiente, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Plano Estadual de Resíduos Sólidos de MS (PERS), SEMAGRO, 2020.

Portaria IMASUL nº 676, de 23 de abril de 2019. Estabelece a Norma Técnica para Georreferenciamento de Áreas de Interesse Ambiental e de atividades sujeitas ao Licenciamento e Regularização Ambiental no IMASUL, e dá outras providências.

Resolução SEMAC nº 11, 15 de julho de 2014. Implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014. 53.

Resolução SEMADE nº 28, de 22 de março de 2016. Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEMAC nº 11, de 15 de julho de 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014.

Resolução Conjunta SEMAGRO/SAD nº 2, de 21 de setembro de 2018. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a Compensação de Reserva Legal em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária e dá outras providências.

Resolução SEMAGRO nº 673, de 14 de março de 2019 - Altera e acrescenta dispositivos a Resolução SEMAC nº 11, de 15 julho 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014.

